

Arthur Gomes Moreira

**A CRIATIVIDADE NA BUSCA PELA SUPERAÇÃO DO
SUBDESENVOLVIMENTO:
CELSO FURTADO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO
ENDÓGENO**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção
do Grau de Mestre em Economia.
Orientador: Prof. Dr. Marcelo
Arend.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moreira, Arthur Gomes

A criatividade na busca pela superação do subdesenvolvimento: Celso Furtado, cultura e desenvolvimento endógeno / Arthur Gomes Moreira; orientador, Marcelo Arend - Florianópolis, SC, 2015.

175 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia.

Inclui referências

1. Economia. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Estratégias desenvolvimentistas. 4. Celso Furtado. 5. Cultura. I. Arend, Marcelo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

Arthur Gomes Moreira

**A CRIATIVIDADE NA BUSCA PELA SUPERAÇÃO DO
SUBDESENVOLVIMENTO:
CELSO FURTADO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO
ENDÓGENO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia.

Florianópolis, 29 de junho de 2015.

Prof. Roberto Meurer, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Marcelo Arend, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Solange Regina Marin, Dra.
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Silvio Antônio Ferraz Cário, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Apoio à Pesquisa de Santa Catarina, pelo apoio financeiro.

À Comissão Europeia, ao Programa Erasmus Mundus e à Universidade de Uppsala, pelo enriquecedor ano acadêmico no Mestrado Sanduíche.

À minha família, Elizabet, Douglas e Nicolás, por apoiar essa aventura acadêmica, primeiro no Sul, e depois no Norte.

Ao Marcelo Arend, pela estendida orientação e por acreditar no potencial do tema desde o princípio.

*“É livre para se ver na engrenagem, mas não o
suficiente para dela escapar”*
Furtado, 1978.

RESUMO

Diante da retomada da discussão desenvolvimentista na formação de estratégias para a economia brasileira, o presente trabalho pretende trazer para o debate as ideias de Celso Furtado sobre a importância de se valorizar a livre manifestação da cultura no desempenho econômico. Na perseguição do objetivo de desenvolver o País existem hoje três distintas estratégias melhor consolidadas na academia. O social-desenvolvimentismo, o novo-desenvolvimentismo e o modelo de integração dos pesquisadores da Casa das Garças/FGV e afins. Enquanto a primeira se distingue por ser voltada para dentro, por se utilizar do fortalecimento da demanda interna para assim fazer girar a economia (*wage-led growth*), as duas outras são voltadas para fora e buscam na demanda externa o financiamento para o crescimento econômico (*export-led growth*). Sendo esta apenas uma de suas várias diferenças, foram analisadas suas sugestões e verificou-se, de acordo com o que adotamos como “desenvolvimentismo”, se elas se encaixam neste conceito, que foi recentemente proposto por Fonseca (2014) com o intuito de deixar mais claro o debate sobre o tema. Avança-se então para discutir a exequibilidade dessas estratégias no século XXI, diante dos desafios que trazem as dependências cultural e tecnológica que, segundo Furtado, afetam as sociedades periféricas, nosso caso. Haja visto o fato de que as estratégias acima mencionadas pouco trazem da perspectiva furtadiana, corre-se o perigo de nos desviarmos de um desenvolvimento independente. Este trabalho se guiou por sugerir pontos importantes para as estratégias acima. Pontos estes presentes na estratégia de um “desenvolvimento endógeno” que enfrente essas duas esferas da dependência, se valendo, de um lado, das contribuições de teorias estruturalista e institucionalista e, do outro, da abordagem neoschumpeteriana, que vê possibilidades reais de uma inserção mais qualitativa dos países periféricos na economia mundial.

Palavras-chave: Estratégias desenvolvimentistas. Celso Furtado. Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

For the reason that there has been a retake on the developmentalist discussion regarding economic strategies for the Brazilian economy, this essay aims to contribute for the debate by bringing attention to Celso Furtado's ideas about the importance of the free expression of culture for economic performance and social development. There are today three better consolidated strategies in academia that seek for development: the social developmentalism, the new developmentalism and the integration model. Whilst the first distinguishes itself because it is internally oriented and relies on the strengthening of the domestic market (wage-led growth), the other two are externally oriented and rely on the international market to finance economic growth (export-led growth). This being only one of their several differences, their programmes were here analysed. According to the concept of "developmentalism" constructed by Fonseca (2014) it was possible to check whether the strategies can actually be said to fit this label or not. Then, it was discussed the feasibility of those strategies in the 21st century. It has been taken into consideration the challenges of cultural and technological dependencies that, according to Furtado, affect peripheral societies. Given that those three strategies do not contribute much from the furtadian approach, there is a concern that Brazil might lose track of an independent development. This dissertation has guided itself by making suggestions for the strategies mentioned above. Suggestions that are part of an "endogenous development" strategy which faces the two parts of dependency. On the one hand it benefits from structuralist and institucionalist contributions to deal with the cultural dependency, and on the other, from the neo-schumpeterian one, which argues for down-to-earth possibilities for peripheral countries to insert themselves in the global market in a more qualitative way, facing the technological dependency.

Keywords: Developmentalist strategies. Celso Furtado. Economic development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ED – Estado desenvolvimentista
EDD – Estado desenvolvimentista democrático
FGV – Fundação Getúlio Vargas
ICG – Instituto Casa das Garças
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NIC – sigla do termo em Inglês *Newly Industrialised Country*
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB – Produto Interno Bruto
PT – Partido dos Trabalhadores
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DEPENDÊNCIA CULTURAL NA PERIFERIA: A RECENTE VOLTA AO TEMA FURTADIANO	23
2.1 A TRANSFORMAÇÃO DA ABORDAGEM.....	24
2.1.1 Uma nova base conceitual é necessária: a Nova Economia Política	31
2.2 A DEPENDÊNCIA DE UM PONTO DE VISTA CULTURAL....	33
2.2.1 A teoria no antilivro-acadêmico.....	34
2.2.1.1 A civilização industrial	34
2.2.1.2 A expansão global da civilização industrial.....	37
2.2.1.3 Difusão da civilização industrial	40
2.2.1.4 Progresso, desenvolvimento e emulação	50
2.2.1.5 Criatividade	52
2.2.1.6 A luta contra a dependência se dá no quadro da civilização industrial	55
2.2.1.7 A racionalidade burguesa e a deturpação dos fins	62
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
3 QUE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SEGUIR? O DEBATE DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO NO SÉCULO XXI	73
3.1 AS ATUAIS ESTRATÉGIAS PARA O BRASIL.....	76
3.1.1 O social-desenvolvimentismo.....	80
3.1.2 O novo-desenvolvimentismo	83
3.1.3 O programa (neo)liberal da Casa das Garças.....	87
3.2 DESENVOLVIMENTISMO NO SÉCULO XXI?.....	92
3.2.1 Sobre Projeto Nacional	93
3.2.2 Sobre Intervenção Estatal.....	94
3.2.3 Sobre Industrialização	99
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101

4 ANÁLISE DOS AVANÇOS BRASILEIROS NA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO	105
4.1 A ATUAL CONJUNTURA EXTERNA PARA O BRASIL: DÉFICES E DESINDUSTRIALIZAÇÃO	105
4.2 AVANÇOS BRASILEIROS QUANTO AOS RECURSOS DE PODER.....	115
4.2.1 O controle da tecnologia	116
4.2.2 O controle de recursos financeiros.....	119
4.2.3 O controle dos mercados internos.....	121
4.2.4 O controle do acesso às fontes de recursos não-renováveis ...	124
4.2.5 O controle do acesso à mão de obra barata	124
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
5 EM BUSCA DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTISMO PARA O SÉCULO XXI.....	127
5.1 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	129
5.2 CELSO FURTADO E CARLOTA PÉREZ: A APROXIMAÇÃO ENTRE ESTRUTURALISTAS E NEO-SCHUMPETERIANOS CADA VEZ MAIS CLARA	139
5.2.1 Uma oportunidade singular para a América Latina	139
5.3 UMA NOVA INSERÇÃO É POSSÍVEL?	143
5.4 AMPLIANDO OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO DESENVOLVIMENTISMO PARA O SÉCULO XXI	146
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
6 CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS	163
ANEXO A – Lista das obras de Celso Furtado.....	173

1 INTRODUÇÃO

A retomada do tema do desenvolvimentismo vem ganhando força nos últimos anos após um período em que a teoria de inclinação neoclássica dominou o cenário teórico na Economia, em boa medida, pelo menos até o irrompimento da crise financeira global de 2007. A contestação ao pensamento dominante se faz notar ao redor do mundo, muito em função dos perigos e das consequências, agora em evidência, de um modelo que exige o mínimo possível de regulação e interferência estatal.

Pensar qual papel o Estado deve ter no século XXI é a principal motivação deste trabalho. Como colocado a seguir, há uma gama de economistas discutindo diferentes opções que o governo poderia tomar na busca pela superação do subdesenvolvimento. Porém as estratégias que estão hoje mais bem consolidadas – o novo-desenvolvimentismo, o social-desenvolvimentismo e o modelo de integração da Casa das Garças – pouca atenção dão aos aspectos que, a partir da década de 1970, nosso, possivelmente, mais notório economista buscou atentar para.

Celso Furtado percebe nessa época a necessidade de abrir o escopo de sua abordagem acadêmica e centraliza seu foco na questão cultural. Menos economicista, ele percebeu que o processo de acumulação capitalista característico dos países periféricos não é fundamentalmente criativo. Seria, ao contrário, imitativo do que ocorre nos países centrais, refletindo profunda inserção periférica na divisão internacional do trabalho. O fenômeno da não criatividade está relacionado a dois tipos de dependência (também relacionados entre si): a cultural e a tecnológica. São estas duas dependências as frentes pelas quais esta argumentação pretende se guiar.

O principal objetivo deste trabalho é contribuir para o debate desenvolvimentista atual salientando a importância do âmbito da cultura, presente em Celso Furtado. Busca-se trazer para essa discussão a contribuição furtadiana, valendo-se também de abordagens institucionalistas, estruturalistas e evolucionárias. Queremos chamar atenção de todos que contribuem para as diferentes estratégias desenvolvimentistas para as complicações que surgem quando relegam ao segundo plano o âmbito da cultura – material (técnicas) e não-material (valores) – em suas discussões. O trabalho procurará mostrar que é possível se pensar um tipo de “desenvolvimento endógeno”, que trate das mazelas da heterogeneidade social ao mesmo tempo em que,

através do tipo de tecnologia adequada à nossa realidade, busque se inserir no comércio mundial de forma dinâmica. Sua característica principal é o peso dado à cultura nesse decurso. Apresentar-se-ão as bases de um desenvolvimentismo baseado nos escritos de Celso Furtado (principalmente sua abordagem das questões da criatividade e da dependência) sob uma perspectiva atualizada para o século XXI.

Para atingir tal objetivo, esta dissertação divide-se em quatro outros. Especificamente, a) analisar a teoria furtadiana da dependência cultural; b) enumerar e analisar as estratégias atuais de desenvolvimento colocadas pela academia e verificar a possibilidade de serem ou não caracterizadas como estratégias “desenvolvimentistas”; c) verificar até onde o país teria avançado na busca pelo desenvolvimento; d) sugerir bases para um desenvolvimentismo furtadiano no século XXI, valendo-nos das contribuições de estruturalistas e evolucionários.

Com o intuito de prover uma base teórica para a crítica dessas estratégias contemporâneas – utilizando-se da teoria estruturalista de Furtado, com contribuições neo-estruturalistas (CEPAL, Fajnzylber), neo-schumpeterianas (Pérez) e institucionalistas (Veblen) – buscou-se acrescentar ponderações e sugestões para uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico brasileiro para o século XXI.

Celso Furtado, ao atentar para o aprofundamento das desigualdades sociais que a modernização do país trazia consigo, valeu-se de uma metodologia histórico-estrutural em sua análise de longo prazo das dinâmicas que levaram certos países à condição de subdesenvolvimento. Nesse sentido, Furtado também teorizou sobre a dependência. Entretanto, ligado à vertente nacional-dependente (BRESSER-PEREIRA, 2010) – diferentemente do debate entre as correntes da superexploração (Marini) e da dependência associada (Cardoso e Falleto) – ele tinha uma visão sistêmica da dependência, relacionada às questões tecnológica e, sobretudo, cultural, além de defender a coalizão de classes em torno de uma estratégia nacional.

Como afirmam Cunha e Britto (2011), diante da incapacidade da teoria do desenvolvimento econômico em lidar com a realidade dos países periféricos, Furtado percebe a necessidade de expansão do escopo de sua análise, o que o levou a buscar contribuições das diferentes ciências sociais, uma vez que precisaria de ferramentas que a Ciência Econômica, sozinha, não proveria. Em *Prefácio a nova economia política* (1976) ele sugere uma “teoria geral das formações sociais” que ajude a diminuir a “insuficiência do quadro conceitual” das Ciências Econômicas. Nessa linha, em 1978 ele publica *Criatividade e*

dependência na civilização industrial, marcando uma renovação de seu na qual ele detalha sua abordagem, agora mais abrangente, em que a cultura tem papel central na dinâmica econômica dos países.

Com a consolidação do processo de industrialização em um país, Furtado indica que o mimetismo das elites nacionais perante o padrão de consumo dos países centrais causa dois grupos principais de problemas, o do uso não-produtivo do excedente gerado internamente e a incorporação de valores estrangeiros – que nada tem a ver com nossa cultura – nas ordens econômica, sociopolítica e jurídico-institucional. Se, por um lado, há pressões no Balanço de Pagamentos, comprometimento da poupança e do nível de acumulação, de outro ocorre uma distorção na busca pela transformação social almejada, o que impede que se criem “conexões sistêmicas” necessárias para a expansão de uma identidade cultural própria que permita um consenso na busca pelo desenvolvimento. O papel da criatividade aí se revela, pois é ela que deverá orientar as alterações e inovações que permitem tais conexões. Faz-se necessário então buscar o “desenvolvimento endógeno”, uma proposta que consiste em reverter os dois estigmas das sociedades periféricas: a heterogeneidade social e a “dependência cultural” (RODRÍGUEZ, 2009).

A retomada do crescimento nos anos 2000 mostrou ser possível conciliar taxas um pouco maiores de crescimento sem abrir mão da estabilidade, sempre tão clamada pelos ortodoxos. Foi nesse contexto que o Brasil promoveu crescimento econômico e ainda se ocupou de tratar sobre vários aspectos caros à sociedade, como as políticas de combate à miséria. Longe de se darem por satisfeitos com o progresso obtido, vários autores passaram a mostrar otimismo diante do crescimento e preocupação quanto à perda de sua sustentação e sobre os objetivos a serem perseguidos num cenário de aumento da renda nacional.

O atual debate desenvolvimentista no Brasil está colocado em certas estratégias claras e distintas que pretendem se tornar hegemônicas, conquistando atores sociais, para que possam implementar suas sugestões, muitas vezes, discordantes. O chamado social-desenvolvimentismo, por exemplo, propõe um modelo voltado para dentro, para o mercado interno e os benefícios gerados por tal demanda (*wage-led growth*). Já as estratégias do novo-desenvolvimentismo e o modelo de integração de pesquisadores da Casa das Garças/FGV e afins são voltadas para fora, propondo maior integração à economia mundial e visando a demanda externa (*export-led growth*). Foi possível observar,

inclusive, que nesta eleição presidencial de 2014 estas estratégias foram acolhidas pelos candidatos em seus planos de campanha. Ver-se-á então nos próximos anos um debate que pretende definir o futuro do Brasil¹.

A fim de contribuir para o debate sobre o tema, Fonseca (2014) conceituou o termo “desenvolvimentismo”, definição que será usada para classificar as estratégias acima descritas como desenvolvimentistas ou não. A metodologia empregada pelo autor foi a de buscar um núcleo comum dos diversos atributos que o termo ganhou e verificar se existem características mínimas principais. Valendo-se de sua definição, surge a primeira questão: as estratégias propostas atualmente pela academia podem ser classificadas como desenvolvimentistas? Para respondê-la analisamos detalhadamente cada uma delas comparando-as com o núcleo comum de atributos que estruturam o conceito, qual seja: projeto nacional, intervenção consciente estatal e industrialização.

Após analisados seus principais argumentos, coloca-se uma questão mais específica: se as estratégias propostas acima podem ser consideradas desenvolvimentistas, elas atendem à problemática furtadiana de superação do subdesenvolvimento via ataque às dependências tecnológica e cultural? A premissa aqui é que se devida atenção não for dada às consequências da dependência cultural, continuaremos reféns da restrição externa e presos à armadilha da tendência à estagnação.

Discutidas as estratégias, toma-se um passo em direção à construção de capacidades para confrontar o subdesenvolvimentismo. Furtado (1978) argumenta que na luta por uma inserção menos dependente na divisão internacional do trabalho, os países fora do centro dinâmico precisam acumular recursos de poder que os permitam contestar tal condição. O controle da tecnologia, dos recursos financeiros, dos mercados internos, do acesso às fontes de recursos não-renováveis e do acesso à mão de obra barata, representa a ampliação de possibilidades de ampliação do campo de ação dos governos periféricos no longo prazo. Argumenta-se que o Brasil avança em relação a alguns desses cinco recursos, mas ainda muito aquém de um enfrentamento da ordem internacional.

Diante dos desafios característicos de um país dependente, este trabalho propõe uma estratégia de ataque em duas frentes que fica resumido sob o nome, proposto por Furtado e lembrado por Rodríguez

¹ Contudo, vale ressaltar que a análise feita aqui se concentra na esfera das ideias e não das práticas, salvo quando especificado.

(2009), de “desenvolvimento endógeno”. Salientam Cunha e Britto (2011) que a linha de argumentação de Furtado evidencia que de uma perspectiva mais ampla, como a da sociedade como um todo, dependência tecnológica significa dependência cultural. Sendo a cultura um sistema pelo qual cadeias de ações e reações podem causar mudanças estruturais, o desenvolvimento é em si esse processo de mudanças. Ele está ligado a dois tipos de criatividade, a técnica, da cultura material, que fornece à sociedade os instrumentos capacitores de ação e acumulação, e a da cultura não-material, universo de ideias e valores de uma sociedade. A industrialização na periferia, longe de garantir um processo de desenvolvimento pleno, traz sucessivas ondas de expansão e modernização dos padrões de consumo, o que acontece porque junto da imitação de técnicas produtivas e padrões externos, são também absorvidos valores materiais estranhos à nossa cultura. O processo de acumulação que ocorre na periferia não é um processo fundamentalmente criativo, como ocorre no centro, mas sim imitativo com faces técnicas e culturais. Como consequência, a industrialização tardia está associada à dependência cultural.

Por tratar de valores não tangíveis, o estudo da frente da dependência cultural é algo mais abstrato. Nessa linha a política seria a de permitir, em última instância, a exaltação da criatividade – por exemplo, valorizar aspectos culturais daqueles que foram marginalizados pelo processo de modernização, pois estes são os indivíduos que menos foram afetados pela influência externa (FURTADO, 2012).

Pelo lado da dependência tecnológica a política se basearia em competitividade para inserção competitiva em mercados externos. As contribuições a serem destacadas virão de duas fontes, o neo-estruturalismo de viés schumpeteriano e as ideias de dinamismo tecnológico e inclusão social de Carlota Pérez (2010). É possível verificar, como defendem Guimarães et al. (2007), interseções teóricas entre estruturalistas, em especial Furtado, e neo-schumpeterianos que apontam para uma política de Estado que atue no desenvolvimento de um “sistema” que desenvolva a capacidade endógena produtiva e tecnológica. A partir daí a corrente neo-schumpeteriana poderia se valer das contribuições estruturalistas nesse sentido e que se aplicam às condições e especificidades da realidade periférica do Brasil. Complementando, Pérez (2010) atenta para o fato de que as oportunidades de desenvolvimento são um alvo em movimento e as estratégias que o vislumbram precisam ser atualizadas constantemente.

Ela sugere ações em busca de um desenvolvimento num “modelo dual integrado”, compreendendo duas direções, *desde arriba* e *desde abajo*, ou seja, ganhar competitividade nos mercados mundiais por um lado e por outro preocupar-se com níveis geográficos menores, buscando atividades geradoras de riqueza e distribuição de renda ao mesmo tempo.

Advoga-se por um desenvolvimentismo que, diferente do modelo asiático do século passado, não tenha um viés autoritário ou implique pressões sobre a população. O “desenvolvimento endógeno” para o século XXI deve estar edificado em firmes bases democráticas e buscar a homogeneização social. Deve se preocupar com o impacto físico no ecossistema e ter como foco de ação prática a independência tecnológica. E, antes de tudo, deve estar atento e promover um debate fundamentado em nossa cultura sobre o significado de ser *desenvolvido*.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos, dos quais esta Introdução é o primeiro. O segundo capítulo se ocupa do objetivo *a*) ao rever a base teórica furtadiana da criatividade e dependência cultural, na qual o livro de 1978 é a peça fundamental. O terceiro capítulo descreve e compara as três mais estruturadas estratégias de desenvolvimento para o Brasil. Também testamos para sua rotulação como estratégias desenvolvimentistas ou não, cumprindo, assim o objetivo *b*). O quarto capítulo apresenta o recente esforço brasileiro na formação de recursos de poder para enfrentar a dependência. São mostrados números que refletem a posição dependente do Brasil, de acordo com o objetivo *c*). O quinto capítulo se concentra na dependência tecnológica e fornece sugestões para um modelo de desenvolvimento para o século XXI mais baseado em Furtado, de acordo com o último objetivo específico já colocado. No capítulo final apresentam-se as últimas considerações.

2 DEPENDÊNCIA CULTURAL NA PERIFERIA: A RECENTE VOLTA AO TEMA FURTADIANO

A literatura econômica brasileira parece ter debatido em boa monta a queda (e suas razões) de influência da teoria estruturalista na economia latino-americana. Em Arend (2009) e Paula (2013), por exemplo, há a crítica de que as teorias que não percebiam na economia brasileira uma tendência de longo prazo à estagnação, como afirmou Furtado, se tornaram dominantes do cenário teórico e relegaram a segundo plano essa visão estruturalista.

Se houve certo consenso, inclusive interno, de que certos pontos precisariam ser revistos, Celso Furtado realiza, principalmente nos anos 1970, uma autocrítica e se volta a repensar a realidade subdesenvolvida utilizando-se de um cabedal teórico de certa forma distinto do anterior. O autor atentou então para a impossibilidade da teoria exclusivamente econômica dar conta dos problemas latino-americanos. A contestação das ideias de Furtado quanto à tendência à estagnação, apesar de tirar sua contribuição dos holofotes, não a jogou por terra ou a fez perder valor teórico.

Sua interpretação, longe de esgotada, foi canalizada para a abordagem cultural da dependência dos países subdesenvolvidos. O objetivo deste capítulo é de discorrer sobre ela, incorporando parte da recente literatura que também as analisa, de modo a contribuir para o atual debate brasileiro sobre as possíveis estratégias de desenvolvimento a serem seguidas. Julga-se que estas estão carentes dos frutos desta reflexão: um “desenvolvimento endógeno” que perceba possibilidades propiciadas pela própria formação cultural do País, atento às reais demandas da sociedade, mas sem perder de vista os perigos da irresponsabilidade no trato das variáveis econômicas e do meio-ambiente. O desenvolvimento brasileiro não pode ser pensado apenas como uma meta de padrão de consumo ou de vida material a ser alcançado pela população.

O livro que representa e sintetiza essa alteração processual da abordagem é *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978. Nele há uma crítica não só aos valores atuais da sociedade construída nos moldes do capitalismo, mas também ao tipo de sociedade que foi moldada antes, a partir das revoluções burguesa e científica, baseada na racionalidade. Revoluções essas que passaram a ditar as diversas esferas da vida social – como a ciência, as artes, a política – e a direcionar a criatividade em torno do objetivo final da acumulação. A

essa sociedade Furtado chamou *civilização industrial*, que integra inclusive as experiências socialistas do século XX (como não vê-las como exemplos de sociedades voltadas para a acumulação, mesmo que os instrumentos para tal não fossem privados?). É a partir dessa visão histórica que o autor buscou colocar a especificidade da situação periférica no contexto mais global, de expansão da economia europeia.

A seção a seguir tenta perceber em que momento e para onde tendeu a transformação na abordagem de Furtado após as críticas causarem o impacto que tiveram, o que requer dar atenção a uma obra em especial, que reorganiza e estrutura ideias anteriormente presentes em outros livros – *Prefácio a nova economia política*. A seção 2 se debruça sobre o livro que sintetiza o novo modo de entendimento da conjuntura por Furtado, que é *Criatividade e dependência*. A terceira seção conclui o capítulo.

2.1 A TRANSFORMAÇÃO DA ABORDAGEM

Parece haver consenso de que a interpretação das teorias da dependência, baseada na não existência de uma burguesia nacional, foi um dos grandes responsáveis, acompanhado pela crescente influência do monetarismo, pela perda de influência da teoria estruturalista nos anos 1960 e 70. Teriam esgotado aí as contribuições nacional-desenvolvimentistas de seus principais expoentes? Pôde-se ver que na virada do milênio várias das ideias do nacional-desenvolvimentismo vieram à tona, mas e quanto àquela época? Apesar da teoria da dependência-associada ter logrado hegemonia teórica na direção econômica do país, autores como Celso Furtado, ainda que aceitando certa parte da crítica recebida, não ficaram estagnados em sua abordagem.

Com a teoria do capitalismo tardio, Cardoso de Mello aceita a argumentação da dependência-associada, rejeita a periodização histórico-estruturalista da Cepal e, por conseguinte, também a tese de que “na medida em que continuassem a **crescer para fora**, as economias latino-americanas continuariam condenadas à miséria, pois qualquer esforço que fizessem para superá-la seria frustrado” (CARDOSO DE MELLO, 1982 [1991], p. 21, grifos do autor), como defendeu Furtado.

A fé no crescimento econômico – e, em especial, na industrialização – como o processo que permitiria um alcance dos países atrasados em relação aos mais desenvolvidos abandonou a

literatura crítica latino-americana quando os teóricos da dependência perceberam que o avanço da industrialização, por si só, não garantiria benefícios ao todo social.

Para Rodríguez (2009), a abordagem furtadiana no âmbito do estruturalismo é peculiar e distinta dos demais colegas por incorporar explicitamente o tema da cultura na relação com o subdesenvolvimento. Surgiu assim uma base para uma nova construção de propostas alternativas ao processo de desenvolvimento. Essa análise, continua o autor, assim como de distintas vertentes do estruturalismo latino-americano, é não-reducionista: ela estuda acontecimentos do âmbito econômico, mas não se restringe a fenômenos que se inscrevem estritamente a ele e, para isso, usa de alto nível de abstração. E ao mesmo tempo complementa essa abstração com as relações sociopolíticas que nela influem.

Para Furtado (2012), debruçar-se sobre a cultura é preocupar-se com a identidade de uma nação, suas carências e fins.

O essencial da cultura, não esqueçamos, reside em que ela é a resposta aos problemas permanentes do homem. E, neste sentido, o mais importante para nós, que pensamos em cultura, é a *capacidade criativa do homem*. É aqui que está a ligação com o presente, com a luta pela democratização do país, pelo direito de participar na invenção do próprio futuro.

Criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude – eis a essência do que chamamos de democracia (FURTADO, 2012, p. 53, grifo nosso).

Nessa linha, no seu capítulo que abre o livro *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*, organizado por Rosa Freire D'Aguiar, João Antônio de Paula (2013) traça um perfil de Celso Furtado em vistas de destacá-lo como o grande intelectual brasileiro da segunda metade do século passado. Tanto sua ação como homem público quanto seu esforço intelectual refletiram sua contribuição pela busca do desenvolvimento nacional.

As reflexões de Furtado, destaca Paula (2013), sobre a *modernização periférica* – “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e o progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p. 81) –, fenômeno que nosso país acolheu, muitas

vezes com certa euforia propagandística, mostram que ela não foi capaz de promover transformações estruturais e combater tendências recorrentes de nossa sociedade: a concentração da renda e da riqueza, a sonegação de direitos sociais, a precarização do mundo do trabalho, a submissão à divisão do trabalho e a inserção internacional subalterna. Destaca Furtado (2012, p. 38-9) que

[o] distanciamento entre elite e povo será o traço característico do quadro cultural produzido pela modernização dependente. As elites voltam-se, como que hipnotizadas, para os centros da cultura europeia. A visita de uma companhia teatral europeia a uma cidade do país podia ser o acontecimento cultural marcante na vida de toda uma geração. O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do *atraso*. Ignorado das elites, esse povo segue seu curso próprio, reforçando sua autonomia criativa e diferenciando-se regionalmente.

As ideias de Furtado presentes nos livros da década de 1960 mostram que sua posição era a de que o subdesenvolvimento é uma condição que tende a se reproduzir através do tempo, distanciando-se das teorias marxistas e das que viam o crescimento econômico como uma série de estágios bem definidos (CUNHA; BRITTO, 2011) e que sem reformas de base que distribuíssem renda e a riqueza a tendência de longo-prazo das economias latino-americanas seria a de estagnação (CUNHA; BRITTO, 2011; PAULA, 2013).

A visão dominante no campo do desenvolvimento econômico na década de 1960 adotava a generalização concebida por Rostow (1960) do conjunto de cinco estágios de crescimento pelo qual passariam ou passaram todas as sociedades. Primeiro, a sociedade tradicional que, baseada em uma função de produção limitada, era limitada por um teto (tecnológico ou institucional) para seu nível de produto per capita. Segundo, o período de transição e contemplação das pré-condições para a decolagem. Estágio que ocorreu primeiramente na Inglaterra, por motivos endógenos e, no caso dos demais Estados, por fatores exógenos, derivados de sociedades mais desenvolvidas e que os influenciaram. Tem-se aí a ideia de *efeito demonstração*, seja ele positivo ou negativo, mas que serviu para acelerar a formação de tais pré-condições em diversos países. Tem papel crítico na formação de pré-condições o ponto político da formação de um efetivo e centralizado Estado nacional. O

terceiro estágio é o da decolagem, com duração de cerca de vinte anos, em que se quebram as barreiras para o crescimento sustentado. A tecnologia é geralmente o estímulo principal. Durante esse período as taxas de inversão e de poupança são esperadas a dobrar, de 5% do produto nacional, para 10%. O caminho para a maturidade é quarta fase, marcado por um intervalo de progresso sustentado em que o investimento atinge de 10% a 20% da renda nacional. A economia ganha então maturidade, isto é, demonstra capacidade de se sustentar através de outras indústrias, mais interessantes, avançadas e diferentes daquelas que impulsionaram a decolagem. A última fase, a de consumo de massa, é caracterizada pelo fato dos setores líderes se especializarem em produtos de consumo duráveis e serviços.

Para Furtado (1968), o subdesenvolvimento está caracterizado por integrar, na mesma economia, duas funções diferentes de produção – uma capitalista e outra arcaica, mais antiga, num fenômeno dualista.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (FURTADO, 1968, p. 154).

Para Arend (2009) a tese do capitalismo tardio, apoiada nas ideias da dependência-associada de Cardoso e Faletto, tem grande responsabilidade na queda de influência das ideias cepalinas e, em especial, de Furtado. Para o autor, foi justamente a partir da ampla aceitação do entendimento desses autores de que a partir do Governo Kubitschek a economia do país teria entrado numa fase de autodeterminação, afastando assim a tendência à estagnação da economia brasileira, que o país entrou numa trajetória de relativa estagnação que ainda perdura.

Na mesma linha, salienta Paula (2013) que as ideias da tendência de longo-prazo à estagnação das economias latino-americanas receberam críticas, como a de M. C. Tavares e José Serra, que, baseados no “milagre econômico” brasileiro, afirmavam que não haveria uma tendência de estagnação, mas uma crise de realização dinâmica resultante da dependência que impede o progresso técnico autônomo. A crítica tornou-se consenso e o livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) foi condenado ao esquecimento. Apesar dos crescimentos também presentes antes e após o “milagre”, Paula afirma que a questão nunca fora a incapacidade de crescimento, mas que dadas

as características estruturais das economias dependentes, periféricas e subdesenvolvidas, o crescimento sempre seria interrompido por crises inflacionárias e no Balanço de Pagamentos. Os anos 1980-90, argumenta o autor, parecem dar razão empírica a Furtado.

De acordo com Bresser-Pereira (2010), três vertentes se originaram da teoria da dependência, sendo que para duas delas, a corrente da superexploração – que pregava a busca pelo socialismo e tem em Rui Marini e Theotônio dos Santos seus principais expoentes – e a interpretação da dependência-associada – na qual principalmente Cardoso e Faletto defendiam uma associação com o sistema dominante para aproveitar ao máximo as poucas oportunidades que surgem – não existiria no país uma elite nacional-burguesa; enquanto que para a vertente nacional-dependente, sim. Esta última nasceu de uma autocrítica diante dos fatos históricos da década de 1950, que reconhecia a dependência, mas que enfatizava seu enfrentamento. Nela estão presentes autores que defendem a coalizão de classes, inclusive com a nacional-burguesa em torno de uma estratégia nacional². É nesse contexto que é possível inserir Celso Furtado, que então atenta para o aprofundamento das desigualdades sociais que a modernização do país trazia consigo e, valendo-se de uma metodologia histórico-estrutural em sua análise de longo prazo das dinâmicas que levaram certos países à condição de subdesenvolvimento, elabora uma visão sistêmica da dependência, relacionada às questões tecnológica e, sobretudo, cultural.

Parece ter sido Octávio Rodríguez aquele que recolocou o debate do âmbito cultural de Furtado em foco, na virada do milênio. Seu capítulo³ escrito junto de Burgueño para o livro-homenagem aos 80 anos de Furtado, de organização de Bresser-Pereira⁴, foi a base para a estruturação anos mais tarde do nono capítulo, aqui analisado, de *O estruturalismo latino-americano*, de 2009⁵. Baseando-se principalmente

² Ver-se-á no próximo capítulo que a ideia de coalizção de classes de Bresser-Pereira não se aproxima necessariamente com o tipo de desenvolvimento que Furtado tinha em mente.

³ “Estas notas devem ser consideradas como preliminares. Esse caráter não impede de reconhecer que elas foram elaboradas – a título de homenagem – para manifestar a relevância das percepções e ensinamentos de Furtado em sua busca de saídas para a atual crise latino-americana” (BURGUEÑO; RODRÍGUEZ, 2001, p. 78).

⁴ Publicado em 2001.

⁵ A primeira versão do livro ficou pronta em 2005.

em *Criatividade e dependência*, Rodríguez estrutura as bases para sua proposta de “desenvolvimento endógeno”, que buscaria reverter duas mazelas das sociedades latino-americanas: a heterogeneidade social e a dependência cultural.

Para Paula (2013), se nos anos 1960 Furtado estuda as teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento – teorias abarcadas em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) e *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967)⁶ – a fim de dar conta da insuficiência do pensamento econômico europeu em tratar da realidade dos países subdesenvolvidos, nos anos 1970 ele passa a utilizar novos conceitos e referências das demais ciências sociais em sua teoria. Porém, ainda assim Furtado viu a necessidade de transbordar o campo das ciências econômicas, como está representado em *Criatividade e dependência*.

Como afirmam Cunha e Britto (2011) e Paula (2013), diante da incapacidade da teoria do desenvolvimento econômico em lidar com a realidade dos países periféricos, de compreender e enfrentar o subdesenvolvimento numa conjuntura de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1995), Furtado percebe a necessidade de expansão do escopo das bases teóricas e conceituais de sua análise, o que o levou a buscar contribuições das diferentes ciências sociais, uma vez que precisaria de ferramentas que a Economia, sozinha, não proveria. Em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) há o alerta sobre a ideia *mainstream* de que o “desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado” (FURTADO, 1974, p. 16) e que os “padrões de consumo [desses] países tendem a generalizar-se” (Ibid., p. 71).

Mas é nos dois seguintes livros que essa tendência se confirma. Em *Prefácio a nova economia política* (1976) Furtado sugere uma “teoria geral das formações sociais” que ajude a diminuir a “insuficiência do quadro conceitual” das Ciências Econômicas. Nessa linha, em 1978 ele publica *Criatividade e dependência na civilização industrial*, marcando, mais uma vez, uma renovação de seu pensamento – o que teria representado naquele momento, como defendem Cunha e Britto (2011), um esforço de redefinição comparável ao de duas décadas

⁶ O livro de 1967 reproduz muito do conteúdo do livro de 1961, como descrito no Prefácio de *Teoria e política*: “[...] publicamos o presente volume, no qual se reproduzem, parcialmente, capítulos de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”.

antes com a teoria do subdesenvolvimento, moldada através do método histórico-estrutural – na qual ele detalha sua abordagem, agora mais abrangente, em que a cultura tem papel central na dinâmica econômica dos países.

Revelam Cunha e Britto (2011) que nos anos de exílio Furtado dedicou grande parte de seu esforço para elaborar uma linguagem comum às diferentes ciências sociais que pudesse entender o desenvolvimento como a realização do potencial humano. O livro de 1978 representa exatamente isso, uma abordagem diferente de um livro de teoria econômica que encontrou, como declaram os autores, repercussão limitada entre economistas e ainda se mantém como um dos escritos menos conhecidos e estudados de Celso Furtado.

Como destaca Paula (2013, p. 38), a abertura do escopo de estudo de Furtado o fez “redefinir tanto o conceito quanto o programa do processo de desenvolvimento pela maior ênfase dada aos aspectos culturais, éticos, ecológicos e tecnológicos”. Assim, continua o autor, a análise da superação do subdesenvolvimento para Furtado passou a questionar as formas dominantes da economia mundial, a transmutação dos meios (acumulação) em fins (que deveriam ser o bem-estar social, o exercício da liberdade, a cooperação entre os povos) e a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas; e a promover a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto social, a educação que desenvolve as potencialidades humanas nos planos ético, artístico e de ação solidária e a liberação da criatividade da lógica dos meios, estabelecendo a partir dessas ideias um modelo de desenvolvimento para o século XXI.

Nesse novo esforço Furtado tentava avançar para além da natureza estática da teoria econômica, de modo que a dinâmica econômica estivesse sempre imersa em uma dinâmica temporal mais ampla. Para Cunha e Britto (2011), porém, incorporar a reflexão histórica na teoria econômica traz diversos desafios, o que requer, na verdade, uma redefinição das bases conceituais da economia. A contribuição do autor não chega a este ponto, mas está planejada em *Prefácio a Nova Economia Política*, o que por si só já é uma relevante contribuição para abordar sua teoria, afirmam os autores.

2.1.1 Uma nova base conceitual é necessária: a Nova Economia Política

Celso Furtado escreve *Prefácio a Nova Economia Política* (1976) com o intuito de fornecer referências a uma “teoria geral das formações sociais” para que os economistas possam partir para estudos particulares de sua área, uma vez que ele enxerga aí, como dito, uma insuficiência conceitual. Essa teoria social global abarcaria a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais, a da estratificação social e a teoria do poder.

Ao estudar a riqueza e a acumulação, os economistas tendem a preocupar-se mais com o investimento e com a acumulação ligada ao aumento da capacidade produtiva. Sendo o investimento uma forma particular de acumulação, quais as relações entre essa forma e as demais? Quando a acumulação ocorre na esfera produtiva, há progresso técnico e processos tornam-se mais produtivos. Quando ocorre fora dessa esfera, “o progresso técnico se apresenta sob a forma de modificação no estilo de vida de grupos de população” (FURTADO, 1976, p. 15). Nesse âmbito as relações entre o progresso técnico e a acumulação são regidas por fatores sociais, fato mais comum às economias subdesenvolvidas.

Assim, o objetivo do autor no texto é mostrar a importância da compreensão do processo global de acumulação no estudo da acumulação ao nível do sistema produtivo (que é base da teoria do desenvolvimento econômico). Para isso, é necessário estudar o conceito de *excedente*.

O custo básico de reprodução da população é representado pelo nível de vida dos trabalhadores manuais. O cálculo do excedente se baseia na comparação deste custo com a produtividade social do trabalho:

De uma maneira geral, o custo da reprodução da população é homogêneo no espaço e tende a aumentar mais que a produtividade social nas economias capitalistas desenvolvidas e é heterogêneo no espaço e tende a crescer menos que a produtividade social nas economias capitalistas subdesenvolvidas. [...] [Nestas,] a evidência histórica mostra aumento da participação do excedente no produto, sem que isso haja implicado em maior esforço de

acumulação ao nível do sistema produtivo (FURTADO, 1976, p. 25).

Conhecer os processos sociais definidores da utilização do excedente é fator central para estudo do desenvolvimento econômico:

A teoria do desenvolvimento trata de explicar as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social (Id., 1968, p. 3).

“Em todas as sociedades os conflitos e lutas em torno da apropriação do excedente são fator decisivo das transformações sociais” (Id., 1976, p. 27). Assim, *poder* é a capacidade que tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ou dele apropriar-se.

Com o advento das atividades transnacionais, há uma inovação na organização das formações socioeconômicas, o que representa mudanças nas técnicas de transferência internacional do excedente. Com a ampliação deste fenômeno, a utilização da mão de obra tende a acontecer nas regiões onde é menor a pressão para elevação do custo de reprodução. Consequentemente, há um aumento na possibilidade de combinação de recursos produtivos, a divisão social do trabalho se aprofunda e a produtividade aumenta. Isto tudo somado reforça o sistema de dominação, pois há uma difusão mais rápida dos sistemas de cultura dominantes e um reforço nas respectivas estruturas de poder e, assim, ampliação do excedente.

A difusão do modo capitalista de produção e sua penetração mundo afora, causou uma nova forma de organizar a produção, distante do desenvolvimento prévio das forças produtivas. “Graças ao excedente retido localmente, as formas de vida de uma parte da população se iam modernizando, o que criava uma expectativa de progresso” (Ibid., p. 59). Os mercados internos desses países passaram a fazer parte da divisão internacional do trabalho e a se subordinar aos mercados internacionais, de onde os preços relativos definem o excedente local. As questões ligadas à difusão mundial do modo de produção originado na Europa foram estudadas principalmente em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* e em *O mito do desenvolvimento econômico* logo antes de serem aprofundadas no primeiro capítulo de *Criatividade e dependência*.

2.2 A DEPENDÊNCIA DE UM PONTO DE VISTA CULTURAL

Cunha e Britto (2011) informam que a busca furtadiana por uma teoria social global tinha como núcleo, como visto na seção anterior, a teoria econômica da acumulação. Mas mais do que fazer uma teoria interdisciplinar, Furtado buscou incorporar perspectivas mais amplas ao horizonte da análise econômica. Nesse movimento, ele incorporou uma perspectiva original, que é o tema da cultura. Em seu discurso de posse do Ministério da Cultura em 1986, Furtado (2012, p. 51) define *cultura* como a “dimensão qualitativa de tudo que cria o homem. E o que tem sentido profundo para o homem é sempre qualitativo”.

Dado que a acumulação de capital e o crescimento econômico não conseguiam ultrapassar as barreiras da desigualdade de renda e que, na verdade, tendiam a reproduzi-la, era preciso estudar a modernização dos padrões de consumo e sua associação com a difusão da “civilização industrial” (CUNHA; BRITTO, 2011). É em *Criatividade e dependência* que Celso Furtado trabalha mais a fundo o tema, expondo sua argumentação de maneira ampla, lançando-se sobre outras áreas das ciências sociais para poder abrir o escopo analítico da economia.

Para Cunha e Britto (2011), em *Criatividade e dependência*, Furtado explicita as conexões entre o processo de desenvolvimento e a cultura como parte de uma estratégia mais ampla de expandir sua visão sobre o contexto social e suas dinâmicas. Em particular, percebem que o objetivo do livro é explorar as consequências do processo de industrialização na periferia, que vão além do que concerne a esfera produtiva. No livro aparece a dualidade entre o lado da oferta – adoção de tecnologia externa no processo de industrialização na periferia, processo vicioso que, para ganhar produtividade, gera cada vez mais gastos – e o lado da demanda – caracterizada por má distribuição de renda e sua associação com padrões de consumo de fora do país. Assim, a baixa taxa de acumulação ligada à industrialização tardia está combinada com persistente dependência em importações, baixa taxa de crescimento do emprego, concentração de renda e imitação padrões de consumo dos países desenvolvidos.

Nessa percepção, a dependência é vista como resultado de um processo histórico, o qual estará detalhado nas páginas seguintes, mas já há espaço aqui para indicar. O modo retardatário como as nações periféricas entram na divisão internacional do trabalho gera atraso relativo no desenvolvimento de suas forças produtivas. A industrialização promovida pelos programas de modernização acaba por

reforçar tendências concentradoras de renda. Fato este que se explica porque são as elites desses países a parcela da população que melhor dá dinâmica ao tipo de indústria (modernizante) que se instalou na periferia. Só essa minoria teve acesso aos bens de consumo supérfluos, cuja produção se beneficia de economias de escala (diferentemente da produção para consumo de bens básicos) e melhor contribui para a elevação do PIB. Como a demanda por bens de consumo supérfluos está em constante mutação, acionada pelos países centrais, há a constante necessidade de importar certas técnicas. Tal fenômeno facilita o controle de atividades econômicas e a extração de excedente por empresas transnacionais (FURTADO, 1974, p. 106).

A estrutura de dependência está aí colocada. Como as inovações técnicas são monopólio dos países centrais, o fenômeno da dependência pode ser traduzida como sendo uma dependência tecnológica.

2.2.1 A teoria no antilivro-acadêmico

Como já posto acima, o primeiro capítulo de *Criatividade e dependência* – descrito pelo próprio autor em seu Prefácio como um livro que não tem a ambição de ser acadêmico – trata da dinâmica e dos conflitos inerentes à expansão da economia de caráter transnacional. Tendo como foco os desafios das economias dependentes num comércio internacionalizado, Furtado vai, no segundo e terceiro capítulos, buscar compreendê-los se valendo de uma abordagem histórico-estrutural para estudar o capitalismo industrial. Como a acumulação que tal processo obtém hoje foi precedida pela ampliação do excedente comercial e esse movimento caracteriza-se menos por mudanças na técnica e mais por incorporação de novos recursos – como novas linhas de comércio, metais preciosos, terra e trabalho –, a chave para identificar as características marcantes do capitalismo contemporâneo está na observação dos séculos que levaram à formação da civilização industrial.

Deste modo, melhor já adiantar e inserir neste estágio da discussão as ideias presentes no penúltimo capítulo, VII, já que tratam justamente da formação da civilização industrial no berço da Europa.

2.2.1.1 A civilização industrial

Para a compreensão do mundo contemporâneo, faz-se necessário apreender que a revolução burguesa foi o longo processo histórico que

permitiu o surgimento de formas de controle social e que levou à aceleração da acumulação ocasionando a expansão da civilização industrial, justifica Furtado (1978). Em especial, é preciso compreender as singularidades desse ponto, em que a acumulação se acelera bruscamente, que está na origem da civilização industrial. É a partir desse ponto que um novo período histórico de expansão se consolida e forma as bases desse novo tipo de dominação social. Um aspecto tem importância fundamental nessa mudança – o uso do excedente. Como já colocado, o excedente dá conta dos recursos que “sobram” para além do que uma sociedade necessita para reproduzir-se, ou seja, do custo de reprodução da massa da população.

Historicamente temos que o excedente teria existido em praticamente todas as sociedades, o que as permitiu crescerem, diversificarem e engendram desigualdades sociais internas. Aliás, a dominação social é reflexo de como o excedente é criado e a estratificação social é reflexo do uso que dele fazem. De forma geral, dois processos de formação do excedente se fizeram presentes: o autoritário, exercício direto de coação; e o mercantil, nas operações de troca e intercâmbio. Em realidade, estas duas formas muitas vezes se apresentaram ao mesmo tempo, o que permitiu que recursos obtidos pela coação fossem inseridos na esfera mercantil, inclusive por grupos não necessariamente ligados ao poder. Tal intercâmbio possibilitou a especialização e maior eficiência no uso dos recursos.

A forma mercantil de captação do excedente apenas excepcionalmente passou a moldar as relações sociais, como foi o caso das cidades autônomas em que as atividades econômicas ocorriam extramuros. Foi a revolução burguesa que permitiu a maior abrangência da forma mercantil. Esta incorporou não somente horizontalmente diversas atividades humanas, mas também verticalmente a força de trabalho e os recursos naturais, transformando-os em “fatores de produção”.

Enquanto em Portugal – dada a aliança entre o poder real e a classe burguesa que lá se formou – desenvolviam-se as possibilidades reais que levariam a Europa a uma grande expansão econômica, na Itália ocorria outra revolução, esta cultural, que buscava abarcar os conhecimentos produzidos na Grécia Antiga⁷. Foi a combinação desses

⁷ “Desde sua origem, a ciência moderna está ligada à ideia de acumulação de conhecimentos que permitem ao homem aumentar sua capacidade de ação;

dois impulsos, as expansões geográfica e de conhecimento, que permitiu a ascensão da cultura europeia como dominante mundial.

Numa conjuntura de depressão econômica, os países tenderam a adotar posturas protecionistas. A Inglaterra então, através da acumulação de reservas e do protecionismo, pôde disciplinar seu comércio internacional e se inserir de maneira mais dinâmica no mercado mundial. Enquanto o protecionismo levava ao bilateralismo, a Inglaterra conseguiu transformar-se em centro de transações multilaterais, o que proporcionou-lhe a iniciativa, a escolha de clientes, a manipulação de preços, a penetração no mercado de manufaturas e a emissão da moeda de aceitação global. Ou seja, ela conseguiu uma margem de manobra em um período em que seus pares sofriam com perda de dinamismo. O espaço dinâmico da economia europeia passava então da Holanda para a Inglaterra, enquanto a atividade dinâmica passava da acumulação através de abertura de novos espaços comerciais para as atividades produtivas.

Se o comércio não mais expande, seria necessário enveredar pelas áreas da produção para continuar acumulando. Para gerar excedentes na exportação e proteger o mercado interno evitando fuga de metais preciosos, a Inglaterra buscou aumentar a produtividade no setor têxtil. No fim do século XVIII a Inglaterra tinha reunido as condições requeridas para comandar as transações internacionais, como o poder financeiro, o controle dos meios de transporte, dos preços. A acumulação passou a exigir atividade produtiva em setores com demanda potencial. Lá criou-se uma conjuntura que permitiu uma mudança qualitativa no sistema. A burguesia foi cada vez mais controlando o sistema produtivo e buscando reduzir custos, o que levou à mecanização.

A nova visão de mundo que começa a prevalecer é moldada pela revolução burguesa, que “não é outra coisa senão a ascensão de uma forma de dominação social e de visão do mundo ligadas à apropriação mercantil do excedente” (FURTADO, 1978, p. 136). Essa visão, em muito influenciada pelo Renascimento, que tem como características o individualismo, os espíritos de competição e inovação, passa a moldar a visão anterior, marcada pelo modo autoritário de extração do excedente. A sociedade europeia do século XVIII é resultado da interação dessas duas visões. A nova época se marcaria pelos desejos de novos

portanto, responde aos requerimentos de uma civilização que tende inexoravelmente a transformar o mundo físico” (FURTADO, 1978, p. 138).

conhecimentos e pela possibilidade de inovações nas atividades econômicas.

2.2.1.2 A expansão global da civilização industrial

Explica Furtado que no último quarto do século XX essa expansão trouxe duas ordens de problemas: a) quanto ao conjunto da economia internacional – confiança dos centros de decisão e legitimidade do poder daqueles que se apropriam do excedente gerado pelas multinacionais, propagação dos processos desestabilizadores das economias regionais; b) quanto às consequências internas da inserção na divisão internacional do trabalho. Porém a teoria econômica dominante entende a globalização e a econômica internacional do ponto de vista do comportamento de agentes racionais. Porém um ator econômico não necessariamente reage de forma similar (racional) aos outros. Se ao seu comportamento for incorporado o atributo da “criatividade”, este ator pode também impor a própria vontade em face de modificações do contexto:

Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder (FURTADO, 1978, p. 10).

O comportamento do agente racional, daquele que não exerce poder, é simplesmente adaptativo, o que permitira sua previsibilidade. Poder transformar o contexto em que atua faz do agente um elemento motor do sistema econômico. Então existe uma gama de tipos de agentes entre aqueles que são puramente adaptativos e aqueles que podem modificar o comportamento de milhares de outros agentes. Escapa à análise macroeconômica a complexidade das interações entre esses agentes motores. A grande empresa, por exemplo, não só tem capacidade de iniciativa inovadora, como também pode limitar ou canalizar o poder de iniciativa de certos agentes.

Pode-se definir o perfil de um sistema econômico ao identificar onde estão seus centros de decisão e como eles tratam os agentes e seus diferentes níveis de poder. Um centro hegemônico concentra e organiza a atuação de vários desses centros coordenadores. No âmbito das atividades econômicas internacionais, as empresas atuam basicamente

com os mesmos critérios de racionalidade que empregam dentro de seus países⁸. Porém, para os centros de comando, tais relações representam novos elementos e efeitos que podem escapar ao seu poder de centros responsáveis pela política econômica nacional. Nada assegura que essas transações serão benéficas ao sistema econômico no qual atuam. Na verdade, quanto maior seu poder de atuação, maior a chance dessas empresas se desvencilharem da ação dos centros coordenadores nacionais.

As operações de mercado são, via de regra, transações entre agentes de poder desigual. Com efeito: a razão de ser do comércio – expressão de um sistema de divisão do trabalho – está na criação de um excedente, cuja apropriação não se funda em nenhuma lei natural. As formas ‘imperfeitas’ de mercado a que se refere o economista, não são outra coisa senão um eufemismo para descrever o resultado ex post da imposição da vontade de certos agentes nessa apropriação. Posto que todos os mercados são de alguma forma ‘imperfeitos’, as atividades de intercâmbio engendram necessariamente um processo de concentração de riqueza e poder (FURTADO, 1978, p. 13).

É o que espera o empresário, segundo Schumpeter (1997), ao fundar uma nova atividade, com vistas a obter um excedente extraordinário sobre seus novos (e mais baixos) custos, dado o preço existente, e para isso utiliza-se de uma nova tecnologia, uma inovação – “[que] significa produzir a um custo menor por unidade, acabando com a antiga curva de oferta e iniciando uma nova” (SCHUMPETER, 2010, p. 31) –, o acesso a um novo mercado etc que o permite, por exemplo, um produto físico maior.

⁸ “Ao transacionar com o exterior, a empresa atua simultaneamente como representante de seus interesses próprios – e nisso a operação é idêntica a outra qualquer – e dos interesses do sistema econômico em que está inserida. Teoricamente, se os recursos financeiros, de mão de obra, técnicos e outros que a empresa utiliza estiverem recebendo a melhor aplicação (sendo pagos de acordo com as mais altas tarifas prevalecentes nos mercados) a transação com o exterior trará necessariamente vantagens ao sistema econômico” (FURTADO, 1978, p. 13).

O capitalismo industrial tomou duas características históricas, a concentração de poder econômico e a organização da classe trabalhadora. A primeira delas não levou à “espoliação das massas”, mas logrou reduzir riscos e instabilidades, tanto para a acumulação quanto para o mercado de mão de obra. O capitalismo industrial, portanto, permitiu a elevação do salário real, o que se deu não somente através da acumulação e da produtividade, mas da organização e da combatividade da classe trabalhadora.

A organização do capital, de um lado, e as organizações sindicais, de outro, traz à tona o caráter político das decisões econômicas dos centros coordenadores. O poder político se dará da interação entre as instituições que formam o Estado com os grupos que controlam o processo de acumulação e com as organizações sociais. É percebendo que o capitalismo industrial representa mais do que apenas uma forma de organização da produção, ou seja, que é um sistema de organização social, que se pode tomar a grande empresa como uma manifestação de condensação do poder e não apenas de concentração de riqueza, afirma Furtado (1978).

Em síntese: a grande empresa é um conjunto organizado hierarquicamente de relações sociais, que é posto a serviço de uma vontade programada para condicionar o comportamento de segmentos da sociedade (FURTADO, 1978, p. 16).

No processo de concentração de poder, as grandes empresas substituíram o mercado na administração de preços e empregaram um planejamento setorial, fatos que limitam a ação do Estado. O traço dominante do capitalismo industrial é a complexidade de sua estrutura de poder. Apesar da diversificação da ação do Estado, são as grandes empresas que promovem as “iniciativas no campo da acumulação e da orientação da criatividade” (Ibid., p. 17).

A capacidade inovadora do capitalismo industrial mostra-se maior no âmbito internacional. Dentre as várias formas de expansão da empresa no exterior, a mais frequente foi a criação de subsidiárias no mercado para o qual se dirigiam, o mercado importador. Esse fenômeno, segundo Furtado (Ibid., p. 18), não tem outro objetivo que não o de “gerar novos recursos de poder com vistas a aumentar ou manter o ritmo da própria expansão em face da concorrência de outras empresas e das pressões sociais emergentes neste ou naquele país”.

Diante da expansão do poder das organizações sociais que buscam uma distribuição mais próxima de uma renda igualitária, o processo de internacionalização das empresas constitui uma “tentativa de recuperação da liberdade de manobra”. As novas áreas buscadas são aquelas em que as massas trabalhadoras estão menos organizadas.

Assim, a empresa restabelece sua vocação de agente concentrador de riqueza e de renda, o que ocorre primeiramente dentro desses espaços menos afortunados e, em seguida, em benefício de seus países de origem. Além disso, as empresas transnacionais podem também conseguir administrar um sistema de preços, o que busca transferir recursos para a matriz. Ora, o benefício do baixo nível de salários e do acesso a recursos naturais abundantes é em favor dos países que controlam o capital dessas empresas:

A concentração internacional de renda que resulta da ação das grandes empresas é decorrência da situação global de dependência dos países em que se situam muitas de suas filiais, o que é a regra geral no que respeita a Terceiro Mundo (FURTADO, 1978, p. 20).

2.2.1.3 Difusão da civilização industrial

Já de volta aos capítulos II e III de *Criatividade e dependência*, Furtado informa que à medida que o excedente expandia-se nos Estados europeus monárquicos também solidificava as novas forças sociais e transformava o sistema de dominação social. “A revolução burguesa não é outra coisa senão a forma particular que assumiu a evolução social europeia” (Ibid., p. 27). A grande burguesia, se valendo de seu crescente poder financeiro, foi buscando espaço nos centros de decisão e gerando modificações institucionais. Modificações essas que estenderam a característica liberal da atividade mercantil (como o livre comércio) para diversos setores da vida social. Quando a produção também se subordinou a esse caráter mercantil, estava gestada a revolução industrial.

Essa subordinação à lógica do mercado transformou os recursos produtivos, como o trabalho e a terra, em mercadoria, em coisas que poderiam ser transacionadas com base em um valor de troca. Estando os mercados sob controle daqueles que obtiveram acumulação prévia, a classe burguesa, a crescente incorporação de pessoas aos primeiros reforçou a segunda. Essa dinâmica de acumulação, mudanças no poder

de classe e nas instituições é específico da sociedade europeia. É desse contexto histórico delimitado que nasce a civilização industrial. Já sua difusão é um outro processo histórico.

A queda dos impedimentos sociais (como os feudos e as corporações de ofício), a mercantilização dos fatores, e todas suas implicações diretas, como a divisão do trabalho, fizeram com que a sociedade que surgiu dessas transformações incluísse em sua cultura esses aspectos econômicos e tomasse como objetivos em si mesmos as ações de acumular e ampliar o excedente. Passou a ser “racional” a eliminação de obstáculos para a eficiência produtiva. A produção não mais obedecia a uma relação estável entre atores em grupo social e transformou-se em “especulação”. “De uma forma ou de outra, todas as relações sociais tenderiam a refletir, em graus diversos, a despersonalização inerente à preeminência da acumulação” (FURTADO, 1978, p. 31).

A racionalidade instrumental que caracterizou certas sociedades europeias produziu traços em seu estilo de civilização: a industrialização – tecnicismo das atividades produtivas; a urbanização – o espaço do mercado de trabalho; e a secularização – a razão para legitimar o sistema de poder. Nesse quadro, em que a burguesia ascendia, foram sendo rejeitados os vínculos com as formas tradicionais de domínio social, como o dogmatismo no plano do conhecimento e o autoritarismo nos julgamentos de valor, o que deu um caráter de liberação do indivíduo a essa dinâmica. Criaram-se condições para que novos grupos sociais tomassem iniciativa e buscassem espaço político. Seria o processo de democratização que a revolução burguesa traria com a civilização industrial.

Apesar de a acumulação sempre ter se constituído em um dos pilares da dominação social, a burguesia a utilizou para controlar o sistema de produção. A busca pelo excedente representou novas formas de poder (não ligadas à propriedade da terra ou à tutela da população). O desvio do excedente para o sistema de produção representou a reestruturação do sistema de poder. E para manter a dinâmica da acumulação era preciso inovar nos métodos produtivos para fazer frente à concorrência. “Sem economia de recursos (aumento de eficiência) e modificação nos padrões de consumo (diversificação da produção) a acumulação ao nível das forças produtivas tenderia a um ponto de saturação” (Ibid., p. 32). Logo, a inovação passou a ser um instrumento de poder. Com os rápidos processos de acumulação e desenvolvimento tecnológico alguns dos povos europeus conseguiram expandir seu

controle sobre praticamente todo o globo, como coloca Furtado (1976, p. 33):

A história moderna e contemporânea é em grande parte um reflexo dessa empresa de dominação planetária e do esforço inverso dos povos dominados para liberar-se. O empenho visando a estender as áreas de dominação e a resposta que o mesmo provoca – despertar das nacionalidades, movimentos sociais libertatórios – são aspectos do processo global de difusão da civilização industrial, a qual tende a tecer laços de interdependência entre todos os grupamentos humanos. Para escapar à dominação externa foi necessário antecipar-se no esforço de assimilação, ainda que parcial, das técnicas da civilização industrial. Liberar-se dessa dominação, que tenderia assumir formas cada vez mais sutis no campo econômico, é a difícil tarefa que atualmente enfrentam os povos que se identificam como pertencendo a um Terceiro Mundo.

Continua Furtado (1978) a esclarecer que enquanto alguns países, preocupados com a soberania regional que tinham, promoveram se incorporar à civilização industrial de modo autônomo, em maior ou menor grau (casos do Japão e da União Soviética), aos países do antigo Terceiro Mundo coube um acesso à civilização industrial de modo dependente. A expansão europeia representou a entrada de valores materiais da civilização industrial nesses países. O comércio exterior aprofundou a divisão internacional do trabalho e o fosso entre os níveis de acumulação. Observou-se a transferência de mão de obra de atividades de subsistência para as *plantations*, o que permitiu aos seus grupos controladores obter renda para ter acesso aos mercados internacionais e aos frutos do progresso técnico. Foi deste modo que se transplantaram “padrões de comportamento” surgidos da civilização industrial para as sociedades periféricas, que por sua vez não absorveram as técnicas produtivas que moldam essa civilização.

Nos países em que não houve esse descompasso, as forças produtivas desenvolveram-se paralelamente com a mudança nos padrões de consumo. Nos países dependentes os padrões de consumo diversificaram-se sem que as técnicas produtivas evoluíssem. No primeiro caso a acumulação permite e acelera a assimilação de novas

técnicas produtivas. No outro, a acumulação ocorre fora do sistema produtivo: na modernização do padrão de consumo. O “acesso indireto” aos frutos do progresso técnico representou dificuldades nas tentativas de quebra da dependência. A ideologia racional, que nos primórdios do capitalismo permitiu contrariar as estruturas tradicionais de poder, agora, empregada no contexto de um espaço dependente, serviu de instrumento para reforçar a própria dependência: as tentativas de mudar o quadro estrutural eram tratadas como irracionais. Assim, o excedente gerado pela produção primário-exportadora, ao não requerer grandes transformações produtivas, não gerava mobilidade nas estruturas sociais e agravava a dominação social.

O fenômeno da industrialização no contexto dependente é então explicado por Furtado (1978). Três direções distintas de desenvolvimento se formaram do advento do capitalismo na Europa: a) o desenvolvimento da Europa Ocidental – que num primeiro momento liberou-se mão de obra da economia pré-capitalista e, à medida que essa oferta esgota-se, o progresso tecnológico passa a dar flexibilidade ao sistema; b) a expansão para territórios similares, com recursos abundantes e desocupados no além-mar – que não passam de prolongações da economia industrial europeia; c) a expansão da economia industrial europeia a regiões já ocupadas e com um sistema pré-capitalista já estabelecido – o que deu origem a estruturas dualistas, caracterizadas por haver um setor maximizador de lucro e outro preexistente.

Explica Furtado (1968) que, assim como ocorreu na Europa, a massa de mão de obra vai sendo gradualmente incorporada à atividade capitalista na região de sistema arcaico. Porém, como a introdução do sistema capitalista na periferia se dá por uma empreitada estrangeira, a massa de lucros gerada não se integra na economia local. Assim, o salário não será definido pela produtividade, como aconteceu no velho continente, mas sim pelo nível de subsistência moldado pelo sistema arcaico. E o dinamismo da economia capitalista se dá pela forma como se utiliza a massa de renda à qual cabe aos empresários. Essa é a parcela que não é utilizada no mercado local, mas volta ao berço da atividade, e lá segue tendo suas características dinâmicas. No caso brasileiro, os lucros obtidos com o café tinham papel diferente dos lucros da economia industrial. Na economia cafeeira, o elemento dinâmico da atividade não era a inversão nela realizada, mas a demanda externa pelo produto tropical.

O que tendeu a acontecer na terceira onda do espraiamento do capitalismo foi o surgimento da industrialização a partir de fenômenos internos e externos. A firma importadora de bens prontos, geralmente no papel de empresas multinacionais, se depara em algum momento com uma “contração conjuntural da capacidade para importar” que a faz investir em atividades industriais locais. Assim, também ocorre uma modificação da composição das importações, passando a incorporar insumos (e a cada vez insumos mais “nobres”). Numa fase mais avançada a indústria local precisa buscar mercados externos para crescer e será o acesso a esses mercados que definirá os limites da industrialização interna. A vinculação da indústria dependente com o comércio exterior, em especial com a importação, fica clara com a relação entre as elites e a busca por valores materiais da civilização industrial. A indústria então se mostra como uma extensão das forças produtivas do exterior, que é o espaço de onde origina-se o fluxo de importações. Mesmo no caso de indústrias totalmente internalizadas, os agentes locais da empresa multinacional não têm acesso aos elos mais “nobres” da concepção dos produtos, que ficam na matriz (FURTADO, 1978).

Em sociedades subdesenvolvidas mais complexas – nas quais já existe uma indústria regional, voltada para o mercado interno e produtor de artigos de consumo geral em cópia ao concorrente importado – a demanda externa é completada pela demanda interna. Nos momentos de crise do setor externo-exportador, restringe-se a capacidade de importação, acarretando desvalorização cambial. Aumenta a procura por manufaturados nacionais, mas diminuem as possibilidades de crescimento já que reduz-se a capacidade de importação, como de máquinas e equipamentos. O resultado prático de se buscar produzir internamente o que antes era importado, da forma como se dá o desenvolvimento do setor industrial na periferia, adotando uma tecnologia compatível com a estrutura de custos e preços que é similar ao que prevalece no mercado internacional, é que a estrutura ocupacional do país muda com lentidão. As inversões passam a ocorrer com mais frequência em setores menos dependentes de importações, como construções. Alcança-se a fase superior do desenvolvimento com a diversificação do núcleo industrial local de modo que ele passa também a produzir bens de capital. Mas isso não significa que o setor dinâmico da economia passe a ser o industrial ligado ao mercado interno (FURTADO, 1968).

O que determina a tecnologia empregada pela indústria dependente é a demanda interna desses grupos sociais que tiveram acesso indireto à civilização industrial. Assim, conforme Furtado informa (1978, p. 41),

o processo de industrialização assumirá a forma de um esforço de adaptação do aparelho produtivo a essa demanda sofisticada, o que o desvincula do sistema de forças produtivas preexistente. Surge assim um subsistema produtivo de alta densidade de capital, que não corresponde ao nível de acumulação alcançado no conjunto da sociedade, com fraca capacidade de geração direta de emprego. Como o referido subsistema permanece estruturalmente ligado a economias não somente mais avançadas na acumulação mas também em permanente expansão, os vínculos de dependência tendem a reproduzir-se.

Segundo Furtado (1968), as economias subdesenvolvidas são caracterizadas pela heterogeneidade tecnológica entre seus setores econômicos. Nelas, coexistem diferentes funções de produção para um mesmo sistema econômico. Segundo a teoria *mainstream* deveria existir mobilidade de fatores de produção, mas não é o que acontece nessas economias dualistas, onde as transformações não ocorreram de forma endógena, mas a partir da introdução de empresas exteriores. Assim, se o setor dinâmico aumenta seu produto, mas sem absorver a mão de obra disponível, eleva-se a renda per capita da economia, mas mantém-se o grau de subdesenvolvimento. Portanto, numa economia dualista,

o grau de subdesenvolvimento está dado pela importância relativa do departamento atrasado, e o crescimento se mede pela taxa de incremento da participação do departamento desenvolvido no produto social (FURTADO, 1968, p. 163).

No processo de desenvolvimento, é importante dar atenção à elasticidade-renda da procura por bens manufaturados que, segundo Furtado (Ibid., p. 179), é superior à unidade. Essa constatação reflete nas duas formas em que o desenvolvimento pode assumir: expansão do setor externo; e crescimento da produção industrial acima da demanda do mercado interno.

Nos países subdesenvolvidos latino-americanos a industrialização assumiu a forma de substituição de importações. Mas mais do que apenas uma forma de atender a procura interna, ela traz consequências positivas para a economia, segundo Furtado (1968, p. 180):

ela traz consigo aumento da dotação de capital por unidade de outros fatores e acarreta uma melhora na qualidade mesma dos fatores de produção. Daí resulta que, com a industrialização, aumenta a flexibilidade de uma estrutura produtiva e se eleva a eficácia dos fatores disponíveis. A maior abundância relativa de capital dá acesso a formas tecnológicas mais complexas.

Nas economias subdesenvolvidas a industrialização, segundo Furtado (1968) se realiza, inicialmente, quase como um subproduto do fenômeno gerado pela exportação de produtos primários e, assim, reflete um aumento da demanda global. Para os grandes países da América Latina esse tipo de industrialização ocorreu antes da I Guerra Mundial.

Uma segunda fase de industrialização acontece, ao contrário da primeira, pela contração da demanda global e as tensões que isso gera. Baixa da renda do setor exportador, contração da receita governamental, pressões na Balança de Pagamentos dada a deterioração dos termos intercambiados, desvalorização cambial, tudo isso contribui para uma posição competitiva da produção industrial interna. Com o declínio das importações a produção interna passa a atender a uma demanda insatisfeita, como ocorreu entre a I Guerra e meados dos anos 1950 na América Latina.

Para Furtado (1968) o processo de substituição de importações começa a apresentar sinais de saturação nos anos 1950. Acontece que a economia não mais consegue aumentar sua eficácia apenas encarecendo os concorrentes externos. E no caso de bens de capital, isso na verdade reduz a eficácia de investimentos na economia. Esgota-se assim a segunda fase do processo de industrialização, que somente pode avançar se a economia conseguiu alcançar certo grau de diversificação, com avanços e independência tecnológicos. Ou seja, para que o setor industrial continue tendo papel propulsor do desenvolvimento, a taxa de investimento bruto teria que se manter elevada. Entretanto não foi o que ocorreu nos países latino-americanos.

Destarte, Cunha e Britto (2011) salientam que a linha de argumentação de Furtado evidencia que de uma perspectiva mais ampla,

como a da sociedade como um todo, dependência tecnológica significa dependência cultural. A cultura é um sistema pelo qual cadeias de ações e reações podem causar mudanças estruturais. O desenvolvimento é em si esse processo de mudanças. E esse processo está ligado a dois tipos de criatividade: a técnica, da cultura material, que fornece à sociedade os instrumentos capacitores de ação e acumulação; e a da cultura não-material, universo de ideias e valores de uma sociedade. A industrialização na periferia, longe de garantir um processo de desenvolvimento pleno, traz sucessivas ondas de expansão e modernização dos padrões de consumo, o que acontece porque junto da imitação de técnicas produtivas e padrões externos, são também absorvidos valores materiais estranhos à nossa cultura. O processo de acumulação que ocorre na periferia não é um processo fundamentalmente criativo, como ocorre no centro, mas sim imitativo com faces técnicas e culturais. Como consequência, a industrialização tardia está associada à dependência cultural.

Para Furtado (1978), um fator que determinaria a estrutura social dos países que tiveram acesso indireto à civilização industrial é a natureza da inserção na divisão internacional do trabalho⁹. Por exemplo, se o acesso deu-se com a implantação de unidades agrário-exportadoras controladas no exterior, as transformações sociais tendem a ser mínimas e a modernização ocorre sob controle dos grupos tradicionais e dominantes. Por outro lado é possível que em um regime de exploração agrícola em que a terra é mais bem distribuída ocorra, junto das mudanças nos hábitos de consumo, melhorias nas técnicas de produção. O perfil que a estrutura social adquire tende a se reproduzir no tempo e sem que o Estado possa alterar nada nesse processo. Isso marcará as estruturas de dominação e a inserção no quadro dependente.

Sendo o processo de acumulação o eixo de evolução da civilização industrial – em especial, do capitalismo –, para que ele se renove é necessário que haja permanente diversificação e sofisticação dos estilos de vida das sociedades, como vimos. É essa a dinâmica que o processo encontrou para garantir os incentivos à acumulação. Segundo Furtado (1978), na civilização industrial surgiram técnicas – como a

⁹ "[F]atores institucionais – controle do acesso à terra por uma minoria, ou prevalência da organização familiar –, ou de ordem ecológica – maior ou menor pressão sobre os recursos naturais ao nível da técnica prevalente –, contribuirão decisivamente para moldar o perfil social através da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho" (FURTADO, 1978, p. 45).

discriminação do preço – para condicionar o consumo das massas, suas “necessidades”, de acordo com seu poder financeiro. É na discriminação de consumidores que a acumulação alcança eficiência máxima, apesar de pela difusão dos padrões de consumo ela também ocorrer.

Historicamente o que garantiu a acumulação intensa foi a disciplina social, seja pela coação, por estímulos do próprio sistema econômico ou por motivações históricas em casos particulares. Já na sociedade atual logrou-se criar um conjunto de objetivos ligados aos interesses pessoais dos trabalhadores. “Ora, esses incentivos amarrados aos interesses individuais encontram uma fórmula eficaz no sistema de ascensão social fictícia: no horizonte de ‘necessidades’ a satisfazer que se distancia sempre” (FURTADO, 1978, p. 48). É fictícia tal ascensão porque é infundável o fluxo de novidades que se apresentam na esfera do consumo.

Do ponto de vista descritivo o desenvolvimento seria “o processo cultural e histórico cuja dinâmica se apoia na inovação técnica [...], posta a serviço de um sistema de dominação social” (Ibid., p. 48). A ideologia na qual ele se baseou entende os processos sociais como essencialmente racionais. O que a ideologia liberal buscava era dismantlar o quadro institucional preexistente, que impedia a ação da classe mercantil e limitava sua busca pela acumulação. Criar-se-ia assim o espaço necessário para sua livre ação, guiada pela acumulação, para a obtenção de prestígio e poder:

a reorientação e intensificação da acumulação não eram simples resultantes da ação de forças sociais guiadas pelo senso comum: estavam condicionadas pela lógica implícita no projeto de dominação social da classe mercantil (Ibid., p. 49).

Vencida esta batalha, a preocupação da classe mercantil passaria para as demandas dos grupos sociais que pressionaram por redução das desigualdades sociais.

Demandas estas que foram fundamentais na configuração da sociedade que emergiu junto da civilização industrial. Porém, elas não conseguiram afetar o sistema de poder. Houve a ampliação dos mercados e das formas diversificadas de consumo. Apesar de elevar o nível de vida, esse aumento no nível de consumo é também um subproduto do processo de reprodução das desigualdades sociais e impede outras formas de transformações sociais, afirma Furtado (1978).

Furtado (1978) nos explica que a dinâmica dependente de busca pelo desenvolvimento (onde a dependência não foi simplesmente imposta pela violência) ocorreu uma aliança de parte das elites locais com interesses externos. Isso as permitiu reter parte do excedente e usá-lo no mercado de importações. À medida que outras atividades econômicas derivadas do setor primário-exportador surgem e espalham-se, amplia-se também a área de influência das elites.

A industrialização tardia, portanto, não escapa da dependência. Boa parte do que antes era suprido com importações passa a ser controlado internamente por filiais das empresas exportadoras do exterior. Essas subsidiárias têm dupla inserção na economia nacional, pois nela atuam internamente, mas pertencem a grupos multinacionais. Assim, isso as permite, em formas de oligopólio, quebrar barreiras à entrada nas economias locais e ao mesmo tempo criar barreiras à entrada de competidores nacionais dada sua menor escala. Segundo Arend (2009) a industrialização dependente promove a inserção de um país em setores dinâmicos de um paradigma tecnoeconômico¹⁰ já em maturidade, reforçando a defasagem técnica deste perante os países que estão na fronteira tecnológica. Isso criaria um efeito de aprisionamento (*lock in*) a padrões técnicos já esgotados pelos países centrais.

Na busca pela acumulação é necessário que se gerem recursos internamente para diversificar a demanda sempre em cópia dos padrões de consumo (em constante renovação) do exterior. Porém essa pressão muitas vezes se traduz em concentração de renda e distanciamento dos padrões de consumo e de vida das elites em relação à grande massa da população. Limitada a certos setores, a evolução das forças produtivas permite às transnacionais gerarem considerável excedente, ainda mais se contempladas com oferta de mão de obra elástica. A heterogeneidade social assim se reafirma e aumenta.

¹⁰ “Cada revolución tecnológica ofrece un enorme potencial de generación de riqueza y bienestar social. Cada una es claramente superior a las anteriores en términos de efectividad y productividad, no solo por las nuevas tecnologías, sino también por el nuevo 'paradigma tecnoeconómico y organizativo' que las acompaña como óptima práctica. En cada oleada sucesiva se articula un conjunto de principios, métodos, formas organizacionales y criterios nuevos y distintos. Los emprendedores, las empresas, los gobiernos y las sociedades se benefician en mayor o menor medida de ese potencial según su capacidad para adoptar el nuevo paradigma y adaptarlo a sus propósitos específicos” (PÉREZ, 2010, p. 126).

Para Furtado (1978), fica então complicado rotular esse processo de difusão da civilização industrial a países dependentes como um processo de *desenvolvimento*, quando este, nos países que primeiramente ingressaram nessa civilização, testemunhou transformações sociais e certa alteração no sistema de poder antes da intensificação da acumulação. Estaríamos utilizando um mesmo conceito para dois processos históricos distintos. O crescimento da produtividade e o aumento da acumulação promoveram a *modernização*, que implica pressão sobre o proletariado. “[O] desenvolvimento das forças produtivas em condições de dependência não engendra as transformações sociais que estão na base da valorização da força de trabalho” (FURTADO, 1978, p. 60).

2.2.1.4 Progresso, desenvolvimento e emulação

Para tratar agora das ideias de progresso e de desenvolvimento, segue-se dentro do contexto da utilização por Furtado da visão histórica e estrutural para a compreensão da conjuntura atual. A ideia de progresso que a cultura da revolução burguesa promoveu – ao exacerbar o racionalismo e o empirismo nas mais diversas esferas – para permitir o enfrentamento da ordem social anterior serviu de “alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos” (Ibid., p. 67). Era preciso um quadro institucional que legitimasse os interesses da classe social baseada na acumulação e produção e que ao mesmo tempo disciplinasse os demais grupos sociais e seu interesse coletivo. Foi através da universalização da ideia de “superioridade dos critérios racionais” que o progresso pôde controlar as forças desestabilizadoras.

Vale ressaltar que não se deve confundir *civilização industrial* com *revolução burguesa*. A primeira nasce do explosivo desenvolvimento das forças produtivas que se seguiu à imposição dos critérios mercantis à organização da produção e à prevalência da racionalidade instrumental, ambas permitidas pela revolução burguesa.

Disso tem-se que experiências de outros modos de produção que negam as relações próprias do capitalismo sem negar a lógica de acumulação específica da civilização industrial correm o risco de não necessariamente afirmar uma busca por uma sociedade igualitária. Sabe-se que o centro dessa acumulação está nos países avançados, capitalistas, berço e ponto de difusão dos valores culturais da revolução burguesa. Destarte, as experiências anticapitalistas que se basearam na

ideia de acumulação-progresso também operaram para a difusão desses valores, explica o autor.

Analogamente à *ideia de progresso*, a *ideia do desenvolvimento* “serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência” (FURTADO, 1978, p. 68). Neste quadro, em que os valores materiais dessa civilização eram inseridos, o *desenvolvimento* significou buscar legitimidade à inserção da periferia no contexto industrial relegando a ela papel de especialização regional na divisão internacional do trabalho, sob o argumento de que especializar-se era o caminho mais curto e “racional” para eliminar o atraso e diversificar o consumo. Caminho este traçado pelo pacto entre interesses externos e grupos dominantes internos.

Num período seguinte, em que se buscou industrializar o país, ainda que sob influência da dependência, o pacto entre esses setores teve de ser alterado de modo a substituir a ideia das vantagens comparativas pela do desenvolvimento. O termo *desenvolvimento*, então, explica Furtado (1978), ganha uma conotação de desempenho internacional, e não de crescimento cultural próprio, e isso reflete a tentativa dos países em se parecer com as nações que lideram o processo acumulativo. A estratégia econômica a ser adotada era quase sempre a mesma: aumento da poupança interna e atração de capitais externos com vistas a acelerar a acumulação. Estava justificada assim a concentração de renda, pois são os ricos que têm maior capacidade de poupar. As elites recorrem então a aquela ideia de progresso e, somada à racionalidade das empresas transnacionais, convergem para acelerar a diversificação e a sofisticação dos padrões de consumo em detrimento das necessidades da população. Assim, a ideia de desenvolvimento difere-se da de progresso por incorporar uma conotação economicista mais estreita, representando um pacto entre grupos internos e externos, enquanto a segunda sugere mais uma coesão de classes (FURTADO, 1978).

No processo de industrialização dependente, as transformações estruturais decorrem do esforço de adaptação dada a grande transferência de técnicas geradas em sociedades de nível de acumulação mais avançado. Diferentemente do que ocorreu nesses lugares, os conflitos sociais e sua inserção política não representaram um elemento propulsor dessas transformações, daquilo que se chamou “desenvolvimento”. Furtado não vê evidências que mostram que nosso modelo de inserção conduz a formas sociais estáveis. O que se nota, na verdade, é uma instabilidade e uma heterogeneidade social, que serve,

escreve ele, como justificativa para um autoritarismo preventivo, arma utilizada também para gerar rápida acumulação. Perde-se, assim, a linha do verdadeiro desenvolvimento, aquele que expressa a capacidade de solucionar problemas específicos de uma sociedade, de prover os indivíduos com os elementos constituintes de uma vida de bem-estar, de funcionalidades¹¹.

2.2.1.5 Criatividade

Vistos alguns pontos-chave na teoria furtadiana, é hora de tratar da criatividade. A geração de excedente adicional em uma sociedade permite à criatividade de seus membros utilizá-lo nas mais diversas formas. A criatividade tanto permite gerar novos excedentes quanto criar novos valores culturais. “[E]sse processo liberador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento” (FURTADO, 1978, p. 73). A atividade criadora acontece dentro de um espaço estruturado que tende a saturar-se e impô-la limites. Na dialética da inovação tudo se inicia com uma “autêntica mutação” pela qual esse processo tende a se guiar. Isso até que seus próprios limites promovam outras discontinuidades e a inovação assim evolui.

Tem-se em Schumpeter (1997, 2010) uma dinâmica parecida: o processo da “destruição criadora”, fenômeno do capitalismo no qual há uma incessante revolução da estrutura econômica a partir de dentro, que destrói o antigo e cria nos elementos. É essa nova criação (novos bens de consumo, novos métodos de produção, abertura de mercados, novas formas de organização industrial etc) o impulso fundamental do sistema capitalista. Já o desenvolvimento schumpeteriano é um processo endógeno e não um conjunto de adaptações que acontecem naturalmente, “impostas de fora”, como puro crescimento econômico dado o aumento populacional e da riqueza. Ele depende de pré-requisitos para acontecer e altera o estado de equilíbrio existente. Para Schumpeter (1997, p. 46), “a ocorrência da mudança ‘revolucionária’ é justamente o nosso problema, o problema do desenvolvimento econômico num sentido muito estreito e formal”. Via de regra, é o

¹¹ *Functionings*, no original, é como Amartya Sen (2003) baseia sua teoria do desenvolvimento. Para o autor, os elementos constituintes de uma vida plena derivam da combinação de várias diferentes funcionalidades, que vão desde a possibilidade de uma pessoa de evitar a morbidez, até complexas habilidades, como tomar parte na vida da comunidade e aparecer em público sem timidez.

produtor que inicia a mudança econômica, ao combinar, de modo diferente, meios produtivos que estão ao alcance. Se essas novas combinações aparecem de modo descontínuo e rápido, é aí que veremos o desenvolvimento. A *inovação* é, no sentido de progresso econômico, a “alocação de recursos produtivos em usos até agora não experimentados na prática, e na sua retirada daqueles para os quais elas serviram até agora” (2010, p. 80).

No caso da cultura surgida da revolução burguesa, Furtado (1978) afirma que o espaço estruturado que molda a criatividade é a racionalidade. Na civilização industrial todas as formas de criatividade foram progressivamente subordinadas à racionalidade instrumental. Por exemplo, nem sempre a pesquisa científica teve esse caráter instrumental, de busca de eficiência e diversificação do consumo. Seu caráter também já foi o de uma “aventura superior do espírito” e o de tentar compreender e conhecer o “mundo sensível”. Mas “conhecer” tal mundo também é um objetivo da ideologia do processo de acumulação, tanto que a ciência ganhou status dos mais elevados na sociedade atual. Por outro lado, a criação artística, sob influência dessa ideologia, foi utilizada também para diversificar padrões de consumo. Fragilizou-se seu vínculo com os impulsos que são a base da arte, como a busca pela auto-identificação e por situar-se nesse mundo.

Furtado (1978) informa que para acumular excedente na economia capitalista há que acontecer duas coisas: a inovação e a difusão. A primeira serve para discriminar consumidores e criar níveis mais altos de gastos que somente alguns poderão alcançar, de modo que os demais almejem também chegar lá. A difusão permite que certa parcela desse nível inicialmente restritivo seja alcançada através da homogeneização de certos padrões de consumo.

A aquisição de mercadorias no mercado restringe a personalidade própria do uso e criação dos bens que necessita. Porém, os bens que o indivíduo coleciona proporcionam-lhe certo conforto, mas nada dizem de sua personalidade (FURTADO, 1978). Adquirir bens assume a forma de um mimetismo social e “a vida como projeto original tende a ser substituída por um processo de adaptação a estímulos exteriores” (Ibid., p. 76). Como esses objetos são produzidos para gerar acumulação, a homogeneização dos padrões de consumo torna-se uma poderosa alavanca para tal fim. Como consequência, será o processo de acumulação (e não a atividade criadora) que ditará o estilo de vida da sociedade, sua cultura.

Sob a batuta da racionalidade instrumental, a ciência, o progresso, tudo indicaria que o homem seria cada vez menos desalienado. Porém não é necessariamente verdade a redução do campo do irracional na sociedade atual, como afirma Furtado, (1978, p. 77, grifos no original):

o homem comum não está em condições de *entender* os *gadgets* que são postos à sua disposição e tampouco a sua visão de mundo – alimentada pelos *mass media* – é menos povoada de elementos míticos do que em outras épocas.

A capacidade criadora do homem também se expressa na esfera social, como é o caso da invenção de novos tipos de associação entre os indivíduos (sociedades anônimas, greves etc). Na esfera social a atividade política é o maior indicativo de canalização da criatividade em nome dos fins. A ativação política foi o que permitiu o surgimento de um pluralismo institucional presente nas sociedades que emergiram junto da revolução burguesa. Nestas sociedades, o processo de acumulação e suas turbulências refletiu-se no antagonismo de grupos e em sua conscientização.

A ativação política é condição necessária para que se manifeste a criatividade no plano institucional, vale dizer, para que se inovem as formas sociais de maneira a reduzir as tensões geradas pela acumulação (Ibid., p. 79).

Tensões geradas, por exemplo, pela concorrência e pela luta de classes (incrementada pela escassez de mão de obra) requereram um complexo sistema de arbitragem. Além disso, são também necessárias “superideologias de função essencialmente moderadora”, como o “nacionalismo”, a “defesa da família” ou a “civilização cristã” para obter uma maior disciplina social ou conter avanços contra os interesses hegemônicos.

Nesse sentido, as experiências de economias centralmente planejadas e com rígido controle social não permitiram a criação de um espaço político para discussão dos antagonismos. Dessa forma houve esvaziamento de atividade política, o que não promove a liberação do homem, mas o niilismo e a revolta (FURTADO, 1978).

Já no caso dependente, a atividade geradora de excedente – geralmente exportação de produtos primários – não tem escala tão

grande, impondo à população o domínio social no quadro do sistema tradicional. Nesse caso os antagonismos e a atividade política ocorrem entre os grupos que dividem o excedente (donos da terra e comerciantes internacionais). Na fase de industrialização dependente, na qual a acumulação ainda assim mostra-se insuficiente, dadas as estruturas sociais e a heterogeneidade tecnológica, a massa assalariada ingressa na atividade política sob controle das elites. As inovações institucionais incorporadas nessas sociedades tendem mais a ser um caso de mimetismo ideológico do que uma autêntica criatividade política. “A tendência ao mimetismo, alimentada pela dominação ideológica, substitui uma forma de imobilismo por outra” (FURTADO, 1978, p. 82).

2.2.1.6 A luta contra a dependência se dá no quadro da civilização industrial

A análise de Furtado (1978) volta-se então para o entendimento da dependência no cenário atual, de aproximação entre os países e da perda de efetividade dos Estados. Foi após o fim da 2ª Guerra que muitos Estados nacionais passaram a se comportar de maneira mais articulada entre si, sem exacerbar rivalidades, comenta o autor. A hegemonia militar estadunidense favoreceu a queda do sistema colonial europeu ainda existente no século XX e ampliou áreas para a presença de suas grandes empresas. Globalmente, houve maior integração de seus mercados, moldaram-se padrões de consumo e concentrou-se o poder econômico. Onde antes se valiam de barreiras aduaneiras, passaram a competir via inovação. Um traço comum às economias centrais no atual cenário é o reforçamento de suas grandes empresas. E esse crescimento é em parte devido à transnacionalização. Se num primeiro momento os Estados nacionais foram importantes para o desenvolvimento do capitalismo, agora eles se colocam como barreiras à sua expansão.

De fato, as transformações globais levaram à perda de capacidade interna de regulação e passaram a afetar também as forças sociais. Na tentativa de absorver o desemprego, o crescimento econômico teve de ser direcionado para a economia internacional, o que, caso não esteja havendo expansão, significa abrir espaço em detrimento de outros. Esse processo leva a perda de eficácia de outro, o qual se dá no mercado de trabalho, em que assalariados buscam eficazmente sua parcela na participação dos frutos da acumulação e do progresso técnico (FURTADO, 1978).

A teoria econômica (a microeconomia e o conceito de produtividade do trabalho) começa a falhar conforme avança a acumulação e novas formas são utilizadas para manipular o excedente. “[M]ais avança a acumulação e mais diversificado se faz o produto final, mais difícil é traduzir o produto social em componentes que podem ser referidos ao conceito de produtividade física do trabalho” (Ibid., p. 87). As elites podem utilizar o poder social que têm (propaganda comercial, controle patrimonial etc) para controlar o excedente. O sistema de crédito, ao operar com base em garantias patrimoniais, também reforça a manipulação do excedente. Perde-se novamente eficácia para que as forças que demandam distribuição de renda operem. Assim, com as mudanças ocorridas no pós-guerra foi possível aos grupos que exercem tutela cultural moldar as preferências de modo a extrair excedente da posse de determinadas riquezas, às quais poucos têm acesso (FURTADO, 1978).

Diante dos fatos de que houve perda de eficácia das formas tradicionais de mediação da apropriação do excedente, de que o Estado perdeu força como elemento impulsionador da economia, para fazer frente às novas forças concentradoras de riqueza é necessário que as estruturas sociais busquem controlar o Estado, que os trabalhadores tenham acesso aos centros de decisão política, mesmo que sob hegemonia burguesa. Destarte, é preciso fazer frente ao processo de internacionalização das tomadas de decisões (que ocorrem fora da esfera de ação dos Estados nacionais).

Impossível não lembrar, neste momento, do que poderia ter representado o alcance ao poder pelo Partido dos Trabalhadores. O partido logrou vitória no executivo em 2002 e o Estado ganhou força. Demandas sociais básicas foram pela primeira vez atendidas, mas o governo ficou longe de internalizar centros de decisão. Diante da falta de homogeneidade em seus quadros e nos objetivos a serem alcançados, os trabalhadores perdem espaço nas decisões políticas e o atual governo cada vez mais envereda-se para um ajuste neoliberal¹². Nesse sentido, para Furtado a experiência social-democrática da Suécia¹³ rendeu muito

¹² Conferir o artigo de dezembro de 2014, “O Planalto de Kafka”, de André Singer na Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2014/12/1567693-o-planalto-de-kafka.shtml>. Acessado em 25/02/2015.

¹³ Um traço marcante do modelo sueco foi a organização precoce entre atores sociais em busca de reformas. A coalização entre trabalhadores da cidade e do

mais frutos na redução das desigualdades sociais do que as experiências de confrontação ideológica na linha leninista, como no caso da França.

Mesmo que a característica armamentista das economias centrais – em especial a estadunidense – tenha aliviado em certo grau as despesas com tecnologia para a iniciativa privada, não fez frente diante da necessidade destas de procura de novos espaços para acesso a fontes de recursos não-renováveis e de mão de obra barata, afirma Furtado (1978). A busca por este fator, continua, reflete a necessidade dos países centrais de encontrar um modo de acumular sem que isso leve a tensões sociais dentro de suas fronteiras, em suas sociedades, o que certamente aconteceria caso a intensificação da acumulação ocorresse dentro desses espaços.

A difusão planetária da civilização industrial, para a qual as perspectivas de expansão mundo afora das economias centrais teve peso decisivo, também se valeu da queda do regime colonial anacrônico em vários países, como a Índia. Era necessário um novo tipo de Estado nacional, com infraestruturas modernas que viabilizassem os investimentos e a exploração. Um novo tipo de liderança interna teria de ser empossada e utilizada, de modo a garantir a aceleração da acumulação e o acesso às formas de vida criadas pela expansão da civilização industrial. Seria a emergência das estruturas de poder tecnoburocráticas. Muitas vezes elas se utilizaram de um aparente “interesse nacional” e de um clima de hostilidade com as empresas estrangeiras para legitimar-se, mas não deixaram de cooperar com elas. A tecnoburocracia é frequentemente o único elemento que dá liga à unidade nacional, sobrepondo-se sobre interesses regionais. Utilizando-se dessa autonomia e da tutela sobre a população, ela consegue verticalmente, de cima para baixo, encaminhar reformas com interesses de acelerar o processo de modernização, que só são interessantes para os que dele se beneficiam, afirma Furtado (1978).

Sendo, para Furtado (1978), a China o único exemplo de tentativa de oposição aos valores da civilização industrial, os demais países de acumulação retardada são categorizados como periféricos. Para estes, não basta romper com as amarras externas e centralizar as atividades

campo resultou em um governo de 44 anos para os social-democratas (1932-1976). O acordo de Saltsjöbaden, entre a confederação dos sindicatos (LO) e a associação dos empregadores (SAF), em 1938, marcou a força do proletariado sueco e a busca pelo Estado de bem-estar social no qual haveria uma distribuição mais igual de renda entre as classes.

econômicas para que consigam um desenvolvimento autônomo. Se o objetivo de um país é – sob a bandeira do socialismo ou não, e mesmo que logre reduzir as desigualdades sociais – reproduzir valores materiais da civilização industrial, as relações de dependência não se extinguirão.

A dependência deve ser percebida inicialmente como um conjunto de traços estruturais que emergem da história: a forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho gerando um atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas; a industrialização supeditada pela modernização reforçando as tendências à concentração da renda; a necessidade de importar certas técnicas facilitando o controle das atividades econômicas pelas empresas transnacionais. Somente numa segunda leitura é que a dependência deve ser entendida como uma posição débil ou subordinada nas confrontações que conduzem à fixação dos preços internacionais e, por último, determinam a apropriação do excedente gerado pela divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1978, p. 101).

Nos países em que a acumulação deu-se de forma atrasada, sendo esta mesma acumulação o vetor do progresso tecnológico, sua elevação não é condição suficiente para reduzir a dependência, mesmo que seja fator importante. Se a acumulação acontece sob controle de grupos transnacionais temos aí um problema. Entretanto também não é o controle da direção das empresas sua solução. Lembra Furtado (1978) que o controle da atividade da empresa no mercado interno é pouco e não modifica o quadro da dependência em relação a essa atividade no contexto internacional, onde se controlam preços, a formação de novas técnicas, as redes comerciais.

Uma vez que todos os países na civilização industrial estão empenhados em acumular, o grau de dependência reflete o nível alcançado de acumulação nas forças produtivas e a autonomia tecnológica, duas variáveis que estão altamente correlacionadas. A exceção está nos casos de países cuja economia está baseada na exploração de recurso não-renovável ou quando há enorme dimensão territorial e demográfica, o que permite certa autonomia tecnológica com baixo nível de acumulação nas forças produtivas e maior

importância da acumulação fora dessa esfera, como em habitações, bens duráveis, infraestrutura etc.

A exploração internamente controlada de um recurso não-reprodutível valioso não assegura a superação da dependência, mesmo que forneça importantes ferramentas em sua busca. Requer, portanto, modificar as relações de força na ordem econômica internacional utilizando-se de todas as possibilidades existentes¹⁴:

O caso limite que vimos de considerar – um país periférico que reúne as condições para anular o atraso na acumulação e instalar, sob controle interno, um parque industrial internacionalmente competitivo – nos ajuda a compreender que a luta contra a dependência está em avançar pela via das relações internacionais (e conseguir alterá-las qualitativamente) e não em recuar e isolar-se. Para a quase totalidade dos países periféricos, já não existe a possibilidade de escapar ao campo gravitacional da civilização industrial; portanto, é no quadro desta que se dará a luta contra a dependência (FURTADO, 1978, p. 103).

E quais são os recursos de poder sobre os quais se assenta a ordem econômica internacional que se busca alterar? Furtado lista cinco: (a) o controle da tecnologia, (b) o controle das finanças, (c) o controle dos mercados, (d) o controle do acesso aos recursos não-renováveis e (e) o controle do acesso à mão de obra barata. Combinados, geram posições de força dos agentes (Estados e empresas) na luta pelo excedente global. Podem-se ordenar tais posições e se obtém uma estrutura, que é justamente o que a luta contra a dependência deve buscar alterar. Por isso a importância de coligações de países para controlar certas riquezas

¹⁴ Está colocado no capítulo 3 deste trabalho que a estratégia social-desenvolvimentista parece atenta ao fato de que, por não ter autonomia tecnológica, o país se valeria mais de investimentos em infraestrutura, em suas nas cadeias, no Pré-Sal e no consumo de massa do que em inovação. Porém, como registrado por Furtado, não há garantias de que esses fatores assegurem a superação da dependência. Nas linhas a seguir Furtado argumenta que todos os recursos devem ser envolvidos para este fim, sendo a tecnologia o principal deles.

como o petróleo e ainda mais importante, sua oferta e preço no comércio internacional.

Destaca-se, porém, que o recurso (a) tem uma singularidade que o torna a “trava mestra da estrutura de poder internacional”: a tecnologia pode substituir-se aos demais recursos de poder (FURTADO, 1978). Na civilização industrial, a acumulação permitiu o uso criativo do excedente orientando-o para a tecnologia, elemento importante para a busca, mais uma vez, por acumulação. Quem controla a acumulação (ou a tecnologia, em primeira instância), melhor consegue captar o excedente. À medida que as transnacionais expandem-se, maior o grau de dominação tecnológica, uma vez que estas não têm interesse em ceder tecnologia, mas sim explorá-la diretamente. “Reduzida a suas últimas consequências, a luta contra a dependência vem a ser um esforço para anular os efeitos do monopólio desse recurso detido pelos países centrais” (Ibid., p. 105).

Quanto aos recursos financeiros (b), os periféricos têm, segundo o autor, tido oportunidades maiores de acessá-los, principalmente no pós-1970. Algumas dessas vias são a exportação e controle dos preços do petróleo, o crédito do Estado ou o mercado financeiro internacional. Possuir acesso aos recursos sem ter em contrapartida tutelas como a do Fundo Monetário Internacional permite elaborar e promover projetos maiores.

Na tentativa de preservar o mercado interno (c), os países sempre fizeram uso de barreiras tarifárias. Mas no contexto de expansão das atividades das empresas transnacionais é fácil a implantação de filiais nos países periféricos e as barreiras à entrada de concorrentes transnacionais também são pequenas. De acordo com Furtado (1978) tende-se a concentrar a oferta na mão de poucos, criando uma concorrência monopolística que é ineficiente e tem prejuízos sociais. Contra essa deficiência, os Estados acabam escolhendo algumas empresas para usufruírem de privilégios. A busca por impor controle ao avanço das transnacionais pode se dar substituindo o modelo de cessão de exploração do mercado por um modelo de exploração por tempo limitado, que requeira transferência progressiva dos centros de decisão (departamentos financeiro, de produção, de *marketing*) para o setor interno. Se se logra sucesso nessa estratégia em vários setores, pode-se então barganhar a cessão de tecnologia com custos menos onerosos. Isso tende a ser mais fácil quanto maior o mercado interno, o que significa, no caso de países com mercados pequenos, a necessidade de coligação com vários outros.

A divisão do globo que fizeram alguns poucos países representou não a busca por mercados ou espaços para alocar capitais excedentes, mas sim a necessidade de acesso a recursos não-renováveis (d), afirma Furtado (1978). A orientação tecnológica adotada pouco preocupou-se com a possibilidade de escassez dessas matérias-primas. É interesse dos países centrais que não se crie consciência dessa possibilidade já que grande parte das reservas está nos países periféricos, de modo que não tentem controlar sua oferta. Os países centrais dotados de recursos então os exploram ao máximo, impedindo a organização da oferta e a briga por melhora de posição da periferia.

A busca pela mão de obra barata dos países periféricos (e) é reflexo do empenho em reduzir a pressão existente nos países centrais pela elevação dos salários reais. Com a descentralização das atividades industriais, as transnacionais então utilizam a mão de obra barata e abundante da periferia para a produção de manufaturados. Se essa atividade ganha importância para os grupos transnacionais seria a oportunidade para os países dependentes transformarem esse fator em um recurso de poder, assim como faz a China. O bloco periférico poderia coordenar uma política fiscal para reter parte do excedente originado da exploração da força de trabalho que ofertam, invertendo a atual situação de concorrência dentro do próprio bloco pelo capital transnacional.

É claro que esses recursos de poder já são utilizados em maior ou menor grau pelos países periféricos. Mas então seria preciso utilizá-los de forma articulada, objetivando modificar a estrutura de ordenação das relações internacionais. Se a tecnologia é o recurso singular do conjunto e aquele que é monopolizado pelos países centrais, então

a *dependência* é primeiramente *tecnológica*. Reunir outros recursos de poder para neutralizar ainda que parcialmente o peso da dependência tecnológica – eis a essência do esforço que realizam os países periféricos para avançar pela via do *desenvolvimento* (FURTADO, 1978, p. 111, grifos do autor).

Lutar contra a dependência significa controlar as próprias fontes de recursos não renováveis e o acesso ao mercado interno. Assim, surge maior capacidade de acumular recursos financeiros e aumentar o leque de ação. “A luta na frente tecnológica somente se torna viável quando foi assegurado o controle de importantes segmentos do mercado interno

e reunida uma massa crítica de recursos financeiros” (FURTADO, 1978, p. 112). Nesse esforço, as coalizações de países periféricos, seja de acordo com proximidades geográficas ou quanto a exportação de um produto específico, têm papel fundamental, pois permitem reunir diversos recursos de poder e aumentar o poder de barganha.

Contudo, nada então será mais contraproducente do que a instigação de rivalidades regionais e de corrida armamentista, que não seria outra coisa senão fuga de excedentes, rompimento da solidariedade entre países com dificuldades semelhantes e reafirmação da dependência.

A possibilidade de um dia os países periféricos poderem confrontar a racionalidade instrumental da civilização industrial nos parece distante, mas passa pela luta contra a dependência, pela liberação da capacidade criadora de um povo, como diz Furtado (1978). Faz-se necessário a formação de uma vontade coletiva na periferia, de modo que se utilize do potencial dos recursos do poder.

2.2.1.7 A racionalidade burguesa e a deturpação dos fins

Analisados os aspectos histórico-estruturais que levaram ao aparecimento da situação dependente, Furtado alcança o nível mais elevado de abstração de seu livro de 1978 no último capítulo, no qual teoriza sobre as contradições inerentes a uma sociedade cujos valores são ditados pela lógica da acumulação. Assim, como já colocado, foram dois os sistemas de cultura que coexistiram na Europa no longo período de transição para a civilização industrial. De um lado a visão de mundo antiga, hierárquica, que prezava pela imutabilidade e era fundada na religião e no domínio social baseado no controle da terra. De outro, surgindo no meio urbano, elaborava-se a cultura burguesa, que questionava os valores antigos, a unidade religiosa e colocava em marcha uma renovação da cultura. Esse processo se valeu de uma releitura da cultura grega clássica, de sua ciência.

Aquilo que Celso Furtado chamou de *civilização industrial* resultou da convergência de dois processos de criatividade cultural: a revolução burguesa, que é a “imposição da racionalidade instrumental à organização da produção” (Ibid., p. 140) ou ainda “a quantificação de todos os ingredientes da produção, vale dizer, a redução do processo da produção a esquemas ‘geometrízáveis’” (Ibid., p. 141); e a revolução

científica¹⁵, que atribuiu uma estrutura racional à natureza. Nesta visão tudo é matematizável e não há espaço para abstrações de percepção sensível. É uma visão baseada em Platão na medida em que deixa de ser baseada em Aristóteles, ou seja, passa do empirismo para o formalismo, do qualitativo para o quantitativo (FURTADO, 1978).

Entretanto essa visão não se tornou hegemônica com rapidez ou facilidade. Suas abstrações e sobreposições ao mundo sensível iam de encontro ao senso comum. Mesmo assim ela se torna dominante e desqualifica todas as outras formas de conhecimento: “só o conhecimento *científico* será *verdadeiro*” (Ibid., p. 141).

A aplicação da racionalidade na esfera da produção (característica da revolução burguesa), que é o núcleo central da estrutura social, levou à aplicação do quantitativo, do cálculo em outros processos sociais, moldando o comportamento dos agentes sociais e levando para a história a “manifestação da Razão”. Isso permitiu gerar uma linguagem comum tanto para o trato da natureza quanto do social. Foram estabelecidas leis gerais, “leis da natureza”, submetendo à lógica racional tanto a produção quanto a sociedade (FURTADO, 1978).

A civilização industrial, assim como muitas outras, faz uso de moeda, pratica intercâmbio e persegue o excedente. Não é exclusividade sua o comportamento racional visando um fim predeterminado. Mas, explica Furtado (1978), a revolução burguesa implantou um tipo de dominação social que mercantiliza os meios de produção e submete ao processo produtivo critérios de racionalidade instrumental de modo que grande parte da sociedade torna-se alienada e inerte a normas racionais. As parcelas de trabalhadores deixam de conhecer os objetivos últimos dessa lógica. Então subordinam-se à racionalização a criatividade e a liberdade.

Se quanto mais intenso o processo de acumulação mais rápido o avanço da racionalização pela sociedade, continua o autor, a ascensão ao poder de grupos dispostos a impor forte ritmo de acumulação à população implica ampliação da área social submetida à racionalidade instrumental. Isso serviu como preparação da sociedade para a assimilação da nova visão e do discurso científico. Contestava-se assim a antiga visão tradicional do mundo.

¹⁵ Uma revolução científica é a “estruturação de um corpo de conhecimento que se comporta como um subsistema autônomo de caráter cumulativo, que autodefine os seus métodos e campo de ação colocando-se fora da interferência de qualquer outra forma de conhecimento” (FURTADO, 1978, p. 144).

A ideologia dessa nova visão está na orientação para os campos de pesquisa de produção de ciência. O conhecimento científico passa a se impor sobre qualquer outro porque permite ao homem aumentar sua capacidade de ação e previsão. Daí o foco na ciência que produz tecnologia, em especial os processos técnicos desenvolvidos para poupar mão de obra, de modo que não podem deixar de ser, também, uma forma de poder (FURTADO, 1978).

Foi com Kant, no século XVIII, um século após Newton, que o conhecimento científico finaliza a ruptura epistemológica e assume postura de paradigma, informa Furtado (1978). Com Kant, o conhecimento científico “se apoia numa *razão* ela mesma dotada de fins” (Ibid., p. 145, grifo do autor). Em sua contramão, outro alemão, já no século XIX, refletiu sobre o mundo assentado na razão, seus valores, a *redefinição* dos valores e a identificação dos *fins*. Nietzsche percebeu que a fundação do mundo em que vivia estava baseada na lógica dos meios, subordinando a eles os fins, o que levaria a civilização para a ruína. Para ele tal lógica que exacerba a racionalidade leva à destruição da criatividade e à desumanização do homem. Furtado se valeu bastante das ideias desse autor para compor seu raciocínio nesta última parte do livro.

Nietzsche empenhou-se em revelar a necessidade do homem em conquistar sua própria liberdade, autotransformar-se. É daí que surgiria a ligação íntima entre as ideias de liberdade e de criatividade. Ao rejeitar a existência de uma entidade superior, Nietzsche queria conceber a ideia de liberdade à luz de uma concepção positiva. Essa é a ideia de criatividade que Furtado adota, ter o homem as próprias rédeas do que é responsável na vida, de sua criação, de sua própria obra.

A ação criadora do homem – expressão de sua liberdade – pode assumir várias formas. É do estudo delas que se poderá ter uma visão das tendências da civilização. Pelo curso da história essas formas foram sendo utilizadas pelo processo de acumulação. A economia de mercado tem como característica um fluxo de inovações voltado para o controle e uso da natureza. E tem como projeto de ordem social colocar a vontade de poder do homem a serviço das necessidades humanas. Entretanto tais necessidades não são precisas e se definem de acordo com a conveniência, que é utilizada pela lógica dos meios. Assim, a criatividade se subordina a essa lógica e a liberdade toma um tom instrumental. Ou seja, se a conveniência é acumular, a essa lógica se subordina a inovação tecnológica, que, por sua vez, tem conveniências que vão subordinar a criação científica (FURTADO, 1978).

O campo da atividade artística, por ser expressão clara e nobre da liberdade, serve de exemplo a Furtado para mostrar como a criatividade pode ser manipulada pela lógica dos meios. É o caso dos objetos de arte perderem seu valor cultural como forma de expressão, sua mensagem intrínseca e transformarem-se em valor de troca. É a notoriedade do artista ser usada não para permitir que sua mensagem tenha maior alcance, mas, de novo, para que seja fonte de valor de troca.

Que tipo de liberdade é a que se preza na sociedade atual?

Neste contexto adquire inescapável significação a pergunta de Zaratustra: liberdade para quê? Quanto mais avança a acumulação, mais o sistema necessita de criatividade e mais a liberdade se subordina à lógica daquela, a qual exclui toda possibilidade de visão global. Não sendo possível entender o sistema globalmente, tampouco será possível alcançar uma efetiva consciência crítica, que corresponde ao exercício pleno da liberdade. Essa situação de homens que são chamados a exercer uma liberdade de forma quase alucinante, mas que se sabem prisioneiros num labirinto borgiano, não é estranha à forma negativa – no sentido de excludente de percepção globalizante – de muito do que de mais relevante deu a arte deste século [...] (FURTADO, 1978, p. 150).

Para Furtado o caso mais dramático dos problemas que derivam da sobreposição da lógica dos meios sobre tudo mais é a difusão da tecnologia nuclear. Esse é um exemplo de que o homem se mostra incapaz de entender o que criou, que não controla sua técnica completamente (no caso, o destino dos resíduos). Mostra o descomprometimento moral de muitos cientistas e a alienação do homem, que perde sua identidade. “É livre para se ver na engrenagem, mas não suficientemente para dela escapar” (Ibid., p. 152).

No caso das Ciências Econômicas essa lógica ficou evidente nos modelos de crescimento a partir dos anos 1950:

Esses modelos se fundamentavam na premissa de que a lógica do crescimento do sistema de forças produtivas deve prevalecer sobre os fatores que conformam o processo social. É o princípio de que, sendo escassos os meios de que dispõe a sociedade, o critério de máxima eficiência deve

prevalecer na utilização deles. Por conseguinte, impõem-se os critérios quantitativos. Esse raciocínio tem implícita a falsa premissa da autonomia dos fins que presidem a ordenação social, relativamente aos meios utilizados para alcançá-los. É o mito da soberania do consumidor. Não se têm em conta as inter-relações entre fins e meios, e são ignorados as implicações do controle dos meios por indivíduos, grupos sociais e países na definição dos fins (FURTADO, 2012, p. 109).

Furtado destaca a política como uma esfera onde se conseguiu estabelecer uma atividade criadora na civilização industrial: “[s]e criatividade é liberdade, em nossa época, o único espaço em que a atividade criadora deu-se de forma autêntica de liberdade que existe é a política” (Id., 1978, p. 153). Se o homem encontra-se sem propósito, inseguro num mundo de instabilidades, ele tende a recorrer submisso ao Estado, abdicando de sua liberdade, permitindo o aparecimento de fenômenos como o totalitarismo.

As causas da instabilidade global vêm do fato que as atividades econômicas são coordenadas em nível nacional, mas seus impulsos se dão no nível transnacional, impedindo que ocorra ao mesmo tempo expansão e estabilidade, esclarece Furtado (1978). Diante da expansão dos interesses externos sobre certas áreas, grupos internos podem com eles conflitar. Volta-se ao protecionismo acentuado, à autarquia, ao atraso tecnológico. Mas também se faz necessário um controle dos investimentos externos. Obter estabilidade interna (pleno emprego, superávit no Balanço de Pagamentos) num contexto de instabilidade externa implica ter êxito em detrimento de outros, problema internacional ainda sem solução segundo o autor. Do que não se pode abrir mão é de reforçar os centros de controle da atividade econômica.

Faz-se necessário esclarecer que a ciência e a tecnologia não são um problema em si. O problema está na visão de mundo que condiciona a criatividade e molda o desenvolvimento destes dois, afirma Furtado (1978). A ciência produz conhecimento fazendo uma *redução* da realidade a elementos que podem sofrer um tratamento analítico formal. As escolhas arbitrárias do modelo geram alguns tipos de problemas epistemológicos, como o nível de seletividade da leitura que se pretende fazer ou a utilização inadequada de uma abordagem mais prática às ciências físicas – como o princípio da causalidade e seu uso de funções analíticas – para descrever fenômenos sociais. No esforço de fugir

desses enfoques, as ciências sociais recorrem a outro, o estrutural, no qual Furtado coloca fé.

Esses dois enfoques, um baseado na *estrutura*, na forma, nas descrições morfológicas, excluindo a noção de causalidade; e outro no *processo*, na causalidade, no determinismo e na abstração do qualitativo, foram integrados por Aristóteles pelo seu princípio de *finalidade*, e nas ciências sociais pela noção de *criatividade*, “admitida esta como a faculdade humana de interferir no determinismo causal, enriquecendo de novos elementos um qualquer processo social” (FURTADO, 1978, p. 157).

Se a ciência atual tende a ser aquela baseada na eficácia, na sua possibilidade de dotar o homem da capacidade de prever e de agir, principalmente nas esferas da acumulação e do poder militar, a transformação de caráter verdadeiramente libertador teria de colocar o saber como um fim em si mesmo. A ciência, ao reduzir a realidade e excluir o qualitativo, fornece uma percepção da realidade que é apenas uma parte do conhecimento possível. A civilização industrial foi capaz de ditar a linha demarcatória do que deve ser o campo da ciência, depreciando outras formas de conhecimento, podendo assim se auto-alimentar, mas com nefastas projeções sobre o futuro (FURTADO, 1978).

2.2.1.8 A contestação da dependência cultural e da civilização industrial pela arte, ecologia e igualdade de gêneros

Uma esfera em que há contestação da lógica atual é o movimento ecologista, como descreve Furtado (Ibid., p. 161):

Que os homens hajam tomado tanto tempo para perceber que a lógica do sistema capitalista – no qual a administração dos recursos não-renováveis está subordinada a interesses privados – leva a um implacável empobrecimento da vida em um de seus aspectos fundamentais, que é o das relações do homem com a natureza, ficará como o maior paradoxo de uma civilização que pretendeu ter na razão seu princípio unificador.

A consciência desse problema pode levar à sua discussão na política. É através da atividade política direta e da pressão da opinião pública que se pode contestar a burocratização da vida política, que

representa a concentração de poder e a tomada de consciência desse poder por quem o tem.

A autêntica consciência política vai além da conscientização de classe. A luta pela elevação dos salários reais é um envolvimento político unidimensional, que só dá conta de aspectos do trabalhador como peça do sistema produtivo do qual faz parte. Ficam de fora outros aspectos da vida social e se fortalecem aspectos como a diversificação e sofisticação do consumo, que são parte do processo de acumulação. Como atenta Furtado (1978, p. 162):

Seja porque facilita a difusão das técnicas já conhecidas, seja porque estimula a criação de novas técnicas poupadoras de mão de obra, a pressão no sentido da elevação dos salários reais é algo inerente à dinâmica do capitalismo industrial. Sendo esse um ingrediente do processo de acumulação, a luta política que o tem como único objetivo não pode deixar de reforçar a lógica do sistema.

Canalizar as forças políticas para o objetivo central de elevar o salário real, sendo este o fim em si, acima de todos os antagonismos, representa dificuldades para a obtenção de uma visão global. É nesse contexto que se insere o movimento ecologista, na busca de promover a consciência dos fins nas motivações políticas da sociedade.

Outra rejeição às deficiências da civilização industrial é a questão do gênero: a tomada de consciência pelas mulheres da posição inferior a que foram impostas na civilização industrial. Essa luta – que busca igualdade de oportunidades no acesso a cargos superiores, igualdade de remuneração e o reconhecimento social das atividades ligadas à reprodução da espécie, entre outras – assim como a ecológica, representa um caso em que a visão do mundo vai além da consciência de classe e questiona o tipo de racionalidade presente em nossa sociedade.

O terceiro desses espaços propícios à contestação da tendência neutralizadora da criatividade na civilização industrial destacado por Furtado (1978) é o da criação artística, dadas certas propriedades que as artes têm. Como linguagem elas têm o poder de transmitir mensagens que conseguem alcançar a sensibilidade humana de forma mais ativa, têm papel importante no desenvolvimento da mente humana e realimentam a cultura através da energia potencial presente no

inconsciente coletivo, no qual o artista tem o papel de condensar essas energias (FURTADO, 1978).

A arte que busca a destruição de suas fronteiras, que não se concretiza em *objetivo*, é exemplo da vontade do artista em preservar sua autonomia criadora. É uma expressão da sua não sujeição ao processo de acumulação, que transforma suas obras em valores de troca e o insere totalmente em mecanismos de mercado. É a notoriedade que garante o poder de influência do artista, a eficácia na transmissão de mensagens: “a introdução da economia de escala na produção cultural veio privilegiar certos tipos de espetáculos, reduzindo os seus custos relativos, com amplos reflexos na configuração da demanda final desses produtos” (Id., 2012, p. 58).

Mas esse prestígio muitas vezes é inseparável do mecanismo de mercado, portanto o impacto do artista fica canalizado, restrito, tanto ao público-alvo quanto ao que se produz. Com isso, perde-se a possibilidade de realizar algo inovador (FURTADO, 1978). Daí a necessidade de políticas culturais, para que a produção de bens culturais não se subordine às leis do mercado, estas reforçadas pelas tecnologias de informação e comunicação. De encontro à homogeneização da cultura, a política cultural “terá que preocupar-se não apenas em democratizar o acesso aos bens culturais, mas também em defender a criatividade” (Id., 2012, p. 54).

Agravando a ameaça, a dependência cultural potencializada pelos sistemas de mercado coíbe a livre manifestação da identidade cultural de um povo. Mas esta é fator básico para permitir a criatividade de um povo e a contestação da lógica dos meios, da acumulação.

Se o objetivo fundamental da política de desenvolvimento econômico é melhorar a vida dos homens e mulheres, *seu ponto de partida terá de ser a percepção dos fins*, dos objetivos que se propõem alcançar os indivíduos e as coletividades (Ibid., p. 110, grifo nosso).

O avanço de forças homogeneizadoras baseadas no exterior, utilizando-se do poder econômico e da tecnologia, tende a enfraquecer o poder criativo de outros povos (Ibid., p. 69):

Essa transformação do processo de produção cultural, em face do impacto da tecnologia moderna, traz enormes consequências no plano

social. Assim, ela permite a emergência de sociedade ou países especializados na produção cultural, capazes de dominar os mercados culturais. [...] Em consequência, o fenômeno da dominação cultural assume dimensões antes desconhecidas. Temos, assim, sociedades que são fundamentalmente consumidoras de cultura, e outras que são produtoras.

Ao se estabelecerem políticas culturais é preciso estar atento ao fato de que a cultura e manifestação da criatividade da sociedade não podem ser vistos como um tradicional caso de cálculo econômico. O que não significa que a ciência econômica não possa contribuir com o suporte das formulações políticas para o assunto. A Economia da Cultura, justifica Furtado (2012) surgiu justamente da necessidade de mostrar que muitas atividades culturais necessitam de socialização de seus custos uma vez que estes, relativamente, aumentam em comparação a outros setores da economia – um fenômeno conhecido como *cost disease*¹⁶. A presença do Estado nesse setor, mas claro, sem a pretensão de moldar a criatividade, faz-se então mister:

A política cultural consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade. Ela pressupõe um clima de liberdade e a existência de uma ação abrangente dos poderes públicos que dê prioridade ao social. Essas são condições necessárias para que a atividade cultural brote da própria sociedade, para que se manifeste e desabroche o gênio criativo dos indivíduos. Mas não são condições suficientes para que se obtenha um desenvolvimento cultural. Igualmente necessária é uma ampla difusão dos valores, a fim de que estes se incorporem efetivamente ao viver da população. Cumpre, igualmente, ter em conta que os bens culturais

¹⁶ Ver *Performing arts – the economic dilemma* (BAUMOL; BOWEN, 1965). Quanto mais rápido o avanço tecnológico da economia, maior o aumento no nível de salários e maior a pressão para elevar os custos nos setores que não logram aumento de produtividade, caso das artes performáticas.

são, como referência, frágeis e sua destruição, irreparável (FURTADO, 2012, p. 64).

Em sua passagem pelo Governo Sarney como ministro, Furtado tinha bem claro os objetivos específicos do campo cultural: preservar e desenvolver o patrimônio e a memória culturais; estimular a produção de bens e serviços culturais, sem interferir na criatividade; apoiar a atividade cultural original e a identidade cultural do país; e estimular a difusão e o intercâmbio culturais visando a democratização do acesso à cultura (Ibid., 103). A ênfase na descentralização, na liberdade e no pluralismo se faz presente a todo momento em seu discurso.

São estes três temas as contestações centrais à civilização contemporânea colocadas por Furtado (1978): a alimentação da criatividade em sua forma mais nobre, que é a arte, as relações do homem com a natureza e o suporte social da espécie. Nelas estão a “essência do humano, que é a ânsia de ser livre”, conclui o autor.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo objetivou-se revisitar a teoria furtadiana da dependência em seus aspectos relacionados ao tema da criatividade e cultura. Salientou-se que se a teoria estruturalista da CEPAL (na qual inclui-se Furtado), que buscou promover a industrialização da economia latino-americana, perdeu força no final dos anos 1970, mas que isso não representou um esgotamento de suas ideias. Na percepção de que a teoria estritamente econômica não dá conta de tratar do tema do subdesenvolvimento, Furtado promove uma ampliação de sua abordagem, adotando os temas acima descritos.

No livro de 1978 em que está aprofundada essa problemática, *Criatividade e dependência na civilização industrial*, Furtado expõe a ideia de que a condição dependente em que a maioria dos países se encontra é reflexo da forma como se deu a expansão da economia europeia em busca de excedente. Para isso ele tem de analisar o processo secular no qual se moldaram as características específicas da sociedade europeia dominada pela lógica burguesa de acumulação através da esfera da produção. Esse olhar histórico permite ao autor uma visão ampla da inserção das economias periféricas na divisão internacional do trabalho, inclusive de um ponto de vista mais abstrato, como é o tema da cultura.

Após detalhar toda essa dinâmica, Furtado escreve que essas sociedades periféricas incorporam duas características negativas: a

dependência tecnológica e a dependência cultural. A primeira dada a inserção periférica e tardia na divisão internacional do trabalho. A segunda, derivada de várias fontes, como o fenômeno da imitação dos padrões de consumo dos países ricos (assunto tratado no quinto capítulo desta dissertação).

Ultrapassando então a discussão do desenvolvimento econômico, Furtado parte para a busca de uma visão global das sociedades contemporâneas. Para ele é preciso contestar os valores mais antigos da civilização industrial: a racionalidade instrumental que a tudo influencia. Para o autor a sociedade surgida dos valores colocados em profusão pela revolução burguesa e pela revolução científica tem como norte a acumulação, o que passou a canalizar todo o esforço criativo do homem para este fim. Seria chegada a hora então de repensar essa lógica diante da impossibilidade de sustentação da espécie num mundo que, por exemplo, se preocupa em avançar na tecnologia de armas de destruição globais ou que coloca nas mãos de interesses privados os recursos naturais não renováveis do planeta. Alerta Furtado para o fato de que não deixa de ser alienante o uso do esforço criativo, seja nas ciências ou na arte, para a acumulação. A real liberdade do homem é poder utilizar sua criatividade como melhor entender, sem estar preso a ideologias.

3 QUE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SEGUIR? O DEBATE DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO NO SÉCULO XXI¹⁷

Ao se voltar a Furtado para discutir o desenvolvimento brasileiro no século XXI vê-se que é importante confrontar as principais ideias contemporâneas sobre o modelo a ser seguido pelo País. Busca-se trazer ao debate a importância da proteção das identidades culturais da nossa sociedade para que se possa compreender suas reais necessidades. Como colocado a seguir, a preocupação com o crescimento da renda, com a maior participação da economia nacional no comércio mundial, com a manutenção do salário real e assim por diante (todas essas, questões relevantes há que se dizer) poderia se beneficiar de uma maior reflexão sobre o que atentou Furtado durante tanto tempo. Todas essas questões são meios para um fim maior, que não está representado necessariamente na possibilidade de fazer do Brasil um país com poder de consumo dos membros da OCDE.

O que significa para nós sermos desenvolvidos? Todo o enorme esforço que nossos teóricos fazem para pensar o desenvolvimento pode fracassar caso realmente não saibamos o que superar o subdesenvolvimento significa. Sustenta-se a premissa de que se não atentarmos para os problemas que a dependência cultural traz a tendência à estagnação ainda nos perseguirá por gerações.

A retomada do tema do desenvolvimentismo vem ganhando força nos últimos anos após um período em que a teoria de inclinação neoclássica dominou o cenário teórico na Economia. Também, desde a década de 1990, no âmbito da política econômica seguida pelos Estados Nacionais, a perspectiva do *mainstream* econômico que advogava pelas reformas neoliberais vem sendo desafiada pela crescente instabilidade dos mercados financeiros e por evidências de que os países que mais aceleraram seu crescimento foram os que não seguiram as recomendações do Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 2012b)¹⁸. Em relação ao Brasil, a presença mais destacada da

¹⁷ Este capítulo é uma versão posterior do artigo de mesmo nome que o autor e o orientador enviaram para a Revista de Economia Aplicada da UFRGS em agosto de 2014, portanto antes das eleições presidenciais.

¹⁸ No final dos anos 1990 Fiori (1999) já chamava a atenção para o fato de que a discussão sobre o desenvolvimento tinha voltado à tona, uma vez que esteve em baixa durante os anos de neoliberalismo e que isso era reflexo da gravidade da

intervenção estatal na dinâmica econômica nos anos 2000 contribuiu para uma mais elevada taxa média de crescimento econômico e melhora nos indicadores de distribuição de renda, retomando, por conseguinte, o debate sobre estratégias nacionais de desenvolvimento¹⁹.

Aceito que o Estado tem papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico, o debate contemporâneo está posto em certas estratégias claras e distintas que estão sendo discutidas pela academia e tendem a integrar certos planos de governo e diretrizes de política econômica. As principais estratégias de desenvolvimento para o futuro da nação serão nesta introdução rapidamente listadas e, posteriormente ao longo do artigo, contrastadas e analisadas sob a ótica da necessidade de mudanças institucionais e tecnológicas²⁰.

A primeira corrente em destaque, encabeçada pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira e por José Luis Oreiro, intitula-se “novo-desenvolvimentismo”. Os novos-desenvolvimentistas realizam estudos conjuntos muitos deles publicados em revistas de excelência do Brasil e do exterior, além de posicionarem-se sobre temas relevantes em jornais midiáticos, blogs e páginas pessoais. Seus principais representantes podem ser identificados através do grupo de pesquisa do CNPq intitulado “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”. Alegando posicionarem-se sob um “novo” marco teórico em construção, afirmam que o principal ponto de estrangulamento do desenvolvimento econômico está do lado da demanda, interna e externa, devido a duas

crise asiática de 1997-8, da impotência de políticas ortodoxas em lidar com a nova dinâmica do sistema financeiro e da observação de que as diferenças entre os países centrais e os periféricos aumentaram. Estes pontos indicaram, argumenta Fiori, que o capitalismo global, com seus mercados desregulados e globalizados não daria conta do projeto de desenvolvimento dos países nem da convergência entre eles.

¹⁹ Como aponta Carneiro (2012), após a primeira metade dos anos 2000, com o fracasso das perspectivas da ideologia neoliberal para promoção do desenvolvimento dos países periféricos, principalmente se comparadas ao modelo de expansão econômica da Ásia que não adotou tais políticas, emergiram novas correntes interpretativas do desenvolvimento brasileiro.

²⁰ A demonstração da inclinação partidária das estratégias e de alguns de seus autores que procurou-se aclarar aqui não tem a intenção de esvaziar o debate acadêmico, mas apenas mostrar a importância que tomam os textos teóricos no sentido de implicação prática de política econômica da estratégia que, por exemplo, pode ser adotada dependendo do resultado do pleito de 2014 para o executivo nacional.

tendências estruturais que a restringem. No âmbito interno os salários cresceriam menos do que a produtividade. O gargalo quanto ao mercado externo decorre da tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio, que reduz a competitividade exportadora da nação e, por conseguinte, seu crescimento.

A segunda corrente ultimamente vem sendo denominada de “social-desenvolvimentista”. Segundo Bastos (2012, p. 793), ao contrário do novo-desenvolvimentismo, esta corrente “não se limita a um corpo de ideias sistematizado academicamente”, todavia “parece ter usufruído de crescente influência nos governos petistas (muito embora não se restrinja a militantes ou simpatizantes petistas)”. Correndo o risco de generalização, talvez esse grupo possa ser representado pelos integrantes da Rede Desenvolvimentista (Rede D), onde se destacam Ricardo Carneiro, André Biancarelli e Ricardo Bielschowsky²¹. Reivindicam uma estratégia nacional não voltada para fora, mas ancorada no dinamismo do mercado nacional, com valorização de salários e distribuição de renda.

Além das duas correntes arroladas acima, que se auto intitulam de desenvolvimentistas, avaliou-se neste artigo uma terceira que vem despontando não só no cenário acadêmico nacional, mas principalmente na mídia: os pesquisadores do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG). Edmar Bacha, Regis Bonelli, Gustavo Franco e Samuel Pessôa vêm se destacando nesse grupo através de artigos acadêmicos e críticas na mídia ao atual governo. Em linhas gerais sugerem que a baixa participação da economia brasileira no comércio internacional tem relações com sua reduzida taxa de crescimento econômico e elevada taxa de inflação. Defendem que se no período 2004-2011 a conjuntura externa era favorável (altos preços de commodities e bom fluxo de capitais estrangeiros), a situação a partir de 2011 modificou-se e trouxe à tona a “doença brasileira” – elevada inflação com baixo crescimento. A proposta é que deveria haver mais “exportabilidade” da economia, ou seja, maior integração nas cadeias internacionais de valor.

²¹ A Rede é resultado de uma parceria de três instituições: o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) da UNICAMP, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do MCTI e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A proposta deste capítulo é principalmente contrastar estas três estratégias elencadas acima. Para isso, foi utilizado o estudo de Fonseca (2014), que construiu a definição do conceito de “desenvolvimentismo”, de modo a deixar mais claro o debate brasileiro sobre o tema. Valendo-se dessa definição, surge a questão: as estratégias propostas atualmente pela academia podem ser classificadas como desenvolvimentistas? Para respondê-la teremos que fazer uma análise detalhada de cada uma delas comparando-as com o núcleo comum de atributos que estruturam o conceito – projeto nacional, intervenção consciente estatal e industrialização.

O capítulo está estruturado em três seções. A primeira analisa as três principais correntes que pensam diferentes estratégias para o país. A segunda as compara e as coloca diante da definição do termo “desenvolvimentismo”. A seguinte faz algumas considerações finais sobre o assunto.

3.1 AS ATUAIS ESTRATÉGIAS PARA O BRASIL

Segundo Bresser-Pereira (2012c), a história do Brasil independente pode ser dividida em três ciclos políticos: “Estado e integração territorial”, que cobre o período imperial, o ciclo “Nação e desenvolvimento” que, após o período de transição da República Velha, durou de 1930 até o declínio da ditadura civil-militar, e o ciclo “Democracia e justiça social”, em voga desde final dos anos 1970. Este último ciclo rejeitaria as ideias do nacional-desenvolvimentismo e aceitaria a dependência como fato sociológico e econômico inevitável. O autor afirma que a partir da década de 1970 a continuidade da industrialização estaria garantida através de uma associação com o capital estrangeiro e que os problemas internos à Nação a serem resolvidos seriam o autoritarismo militar e a desigualdade²².

²² Bresser-Pereira critica duramente a tese de que não haveria uma burguesia nacional no Brasil, aceita pelas teorias da superexploração e da dependência-associada. Para ele o Brasil, desde aquele tempo, caracteriza-se por ser uma sociedade nacional-dependente. Ela alterna momentos de maior dependência com outros de maior nacionalismo. “Quanto mais dependente e menos nacional forem as elites nacionais, mais o país estará próximo da semi-estagnação. Quanto menos dependente e mais nacional, maior será a probabilidade de um verdadeiro desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2012c, p. 28).

Nesse sentido, Bresser-Pereira (2007) sugere que, nos anos 1980, o ideário presente nos partidos políticos dominantes (PMDB, PT e PSDB) do Brasil pós-redemocratização partia do pressuposto de que o desenvolvimento econômico estava garantido, além de serem partidos para os quais a ideia de Nação estava quase ausente. Segundo ele (2007, p. 257),

[t]endo nascido de um ciclo de ideias e valores que negava a possibilidade de existência de uma “burguesia nacional”, e portanto de uma Nação, e que supunha o desenvolvimento econômico como assegurado graças à poupança externa ou às empresas multinacionais, esses partidos não tinham a ideia de Nação. Desta forma, não opuseram grande resistência à nova hegemonia que vinha do Norte no bojo da grande onda neoliberal.

Segundo Cordeiro (2014), essa dinâmica político-social na qual estaria assentada o ciclo “Democracia e justiça social” foi determinada por quatro fatores: 1) as disputas ideológicas sobre o modelo de desenvolvimento dos anos 1970, que colocaram frente a frente o antagonismo da teoria da dependência-associada diante da teoria da superexploração imperialista, contribuíram para o enfraquecimento do modelo nacional-desenvolvimentista e a supremacia da visão do desenvolvimento associado; 2) a entrada de novos atores – civis e não mais diretamente ligados à elite do país – na discussão dos rumos do desenvolvimento; 3) a ampliação do significado do desenvolvimento, que expandiu seus limites economicistas e deu um tom multidisciplinar à discussão; e 4) a crescente preocupação com um desenvolvimento sustentável e os limites ambientais de um crescimento irresponsável²³.

23 É interessante notar como todos esses quatro fatores nos remetem a Celso Furtado. 1) A crítica das teorias da dependência relegou ao segundo plano suas ideias nacional-desenvolvimentistas e fez cair em descrença, nos anos do “milagre econômico” brasileiro, seu alerta para a tendência de estagnação e de crise do balanço de pagamentos e crise inflacionária das economias latino-americanas, que vieram a ser confirmadas nos anos 1980-90 (PAULA, 2013). 2) A entrada da sociedade civil na discussão sobre os rumos do país é, para Furtado (1978), fator chave na descoberta dos fins últimos do desenvolvimento esperado. 3) A abertura do escopo de análise da Economia e sobre a economia

A relativa estagnação econômica e a extrema vulnerabilidade externa da economia brasileira nos anos 1990 estariam dessa forma atreladas a adoção de uma estratégia de crescimento com poupança externa. Entretanto, desde meados dos anos 2000 o Brasil estaria recuperando a ideia de Nação (BRESSER-PEREIRA, 2012c). Para o autor, haveria uma volta ao desenvolvimentismo, e talvez esteja se produzindo uma síntese entre os dois últimos ciclos políticos: entre o ciclo “Nação e desenvolvimento” e o ciclo “Democracia e justiça social”.

Cordeiro (2014) analisa o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento e se pergunta sobre a duração do atual ciclo no qual o desenvolvimento brasileiro estaria inserido (ciclo de democracia e justiça social). Segundo o autor, existiriam atualmente cinco projetos concorrentes de desenvolvimento. 1) O projeto de justiça social, hegemônico neste ciclo, sob a batuta do Partido dos Trabalhadores, vem desde a eleição de Lula e em certa medida fez frente aos desafios das crises dos anos 1980 e da onda neoliberal dos anos 1990. 2) O novo-desenvolvimentismo, que para Cordeiro (2014, p. 243) ainda não apresenta uma coalizão definida em torno de seu projeto, mas defende-se aqui que ele já mostra vinculações inclusive políticas, conforme será exposto no decorrer do artigo. 3) O projeto de desenvolvimento sustentável, que estaria sendo defendido mais em debates teóricos e empíricos por novos atores e não teria presença política definida ainda. Estes três seriam os projetos reformistas do desenvolvimento nacional. Há ainda um (4) conservador, que é o projeto neoliberal, que se preocupa com o livre mercado e a segurança jurídica das atividades econômicas, e um (5) revolucionário, que é o projeto socialista. Este último estaria mais enfraquecido desde o colapso da União Soviética e alguns de seus pensadores então passaram a incluir tendências de

brasileira é uma característica marcante dos escritos de Furtado a partir do entendimento de que a teoria do desenvolvimento econômico não era capaz de lidar com a realidade dos países periféricos. Foi nessa época, principalmente na década de 1970, que Furtado passou a colocar a cultura como tendo papel central na dinâmica dos países (CUNHA; BRITTO, 2011). 4) Também estava presente em seus escritos (FURTADO, 1974; 1978) a preocupação com a manutenção da vida no planeta, o que o levou a fazer um alerta sobre o “mito do desenvolvimento econômico”, que explicava a impossibilidade de os países emergentes conseguirem um dia igualar o padrão de consumo dos países ricos diante da escassez de recursos físicos do planeta.

atuação através do sistema democrático. O Quadro 1 resume as principais características dos projetos de desenvolvimento contemporâneos.

Segundo a análise de Cordeiro (2014), dentre os cinco projetos de desenvolvimento, apenas três estão atualmente estruturados: Justiça Social, Novo-desenvolvimentismo e Neoliberalismo. A perspectiva do Socialismo mostra-se enfraquecida e a do Desenvolvimento Sustentável é incorporada ao discurso dos demais projetos de forma marginal. Vale destacar que o autor considera que o atual ciclo promove ganhos, mas ainda não estaria consolidado. Portanto, a entrada de outros fatores, para além da economia, influenciando o debate sobre o desenvolvimento, vem ganhando cada vez mais força. Nesta linha, Mollo (2014) aprova os ideais desenvolvimentistas contemporâneos mesmo entendendo-os como uma busca reformista, que não defenderá a transformação do capitalismo para um modo de produção mais justo. Para ela os avanços que as correntes pós-keynesianas almejam convergem com as propostas marxistas – na linha de autores como Poulantzas e Jessop – pois ao buscarem melhorar a posição dos trabalhadores na relação capital-trabalho, dão condições para sua melhor organização e preparação para a auto-gestão da sociedade transformada.

Nesse sentido, e seguindo a tipologia dos projetos nacionais de Cordeiro (2014), hoje o pensamento desenvolvimentista estaria estruturado em duas grandes vertentes, o social-desenvolvimentismo (Justiça Social) ou “desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado” (como prefere Bastos, 2012) e o novo-desenvolvimentismo ou “desenvolvimentismo exportador orientado pelo setor privado”. Uma terceira estratégia econômica para o país, oriunda da linha de pensamento neoliberal defendida na Casa das Garças/FGV, corre por fora e também busca se fortalecer. As próximas subseções buscam exatamente analisar esses três projetos contemporâneos.

Quadro 1 – O espectro dos projetos políticos de desenvolvimento em disputa no Brasil contemporâneo

	Revolucionários		Reformistas		Conservadores
(A)	Socialismo	Justiça Social	Desenvolvimento Sustentável	Novo Desenvolvimentismo	Neoliberalismo
(B)	Internacionalismo	Solidariedade Sul-Sul	Ambientalismo	Nacional Dependente	Globalização
(C)	Estatismo	Bem-Estar Social/ Redistributivo	Economia Verde	Keynesianismo Industrialista	Livre Mercado
(D)	Proletariado/ Trabalhadores	Cidadãos/ Sociedade Civil	Ser Humano/ Meio Ambiente	Empresariado/ Burguesia Industrial	Burguesia Rural/ Rentista
(E)	Populismo Democrático	Democracia Participativa	Democracia Ética	Democracia Burocrática	Democracia Representativa
(F)	Igualdade	Cidadania	Equilíbrio	Crescimento	Segurança

Fonte: Cordeiro (2014).

Nota: (A) Projeto de desenvolvimento (B) Visão de Mundo (C) Modelo Econômico (D) Ator preponderante (E) Sistema político (F) Condição *Sine Qua Non*.

3.1.1 O social-desenvolvimentismo

O social-desenvolvimentismo enfatiza, sobretudo, a capacidade de a economia brasileira crescer sob o dinamismo de seu mercado interno, com atuação forte do Estado na distribuição de renda e orientação dos investimentos (BASTOS, 2012). Seus principais defensores na academia recomendam muito mais continuidade do que ruptura com o modelo de crescimento instituído a partir de meados da década de 2000. Elevação dos salários, ampliação do gasto social, fortalecimento de empresas e de bancos de investimento estatais, políticas industriais setoriais, microcrédito, habitação popular e erradicação da pobreza são algumas das principais políticas que deveriam ser aprofundadas com presença marcante do Estado na sua condução. A preocupação com o desenvolvimento brasileiro se desdobra para outros temas associados como o do desenvolvimento latino-

americano, a integração regional com o fortalecimento do Mercosul, as relações Sul-Sul e os BRICS. Esta estratégia tem sido em grande monta a utilizada pelo atual governo federal, principalmente no segundo mandato de Lula da Silva e no governo Dilma Rousseff.

Devido à falta de um corpo de ideias sistematizada em textos acadêmicos, é considerado aqui que o ensaio que explicita a estratégia social-desenvolvimentista é o trabalho de Bielschowsky (2012), no qual ele estrutura três frentes ou motores de expansão da renda nacional. Em grande medida, as três frentes das quais discorre o autor resultam de um esforço de síntese para caracterizar a dinâmica nacional ocorrida a partir da segunda metade dos anos 2000 e a necessidade de ajustes estruturais para a garantia de um desenvolvimento sustentado de longo prazo. Tais frentes derivam de características singulares do país que deveriam ser aproveitadas para promover o desenvolvimento. São elas: 1) o amplo (e com grande capacidade de expansão) mercado interno de consumo de massa; 2) a demanda interna e externa pelos abundantes recursos naturais do país; 3) e a demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (tanto econômica quanto social). Defende o autor que se a essa demanda corresponder um investimento vigoroso nossa economia poderá crescer bastante por algumas décadas e de modo ainda mais amplo se aproveitados os dois turbinadores desse investimento: i) os processos inovativos e, ii) os encadeamentos produtivos.

O primeiro motor se vale de um círculo virtuoso que se inicia com forte expansão do mercado de consumo de massa provocando expansão dos investimentos e, pelo aumento da relação capital-trabalho, do conhecimento e aprendizado, da inovação e de economias de escala, eleva a competitividade e a produtividade. Esta então se transmite para lucros e para salários e transforma-se em consumo. Este modelo de produção e consumo de massa exige que se realize no país parte importante dos encadeamentos produtivos para que não aconteça, como previne o autor, de termos “consumo de massa no Brasil e produção em massa na China”. Reconhece-se que isso é essencial para o Brasil não correr riscos de desindustrialização e estrangulamento no balanço de pagamentos a médio ou longo prazo, o que parece, em certa medida, já acontecer²⁴.

²⁴ Segundo a Série Histórica do Balanço de Pagamentos do Banco Central, que pode ser acessada em <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>, o saldo em transações correntes vem caindo vertiginosamente desde 2007, após um período que conseguiu obter superávits entre 2003 e 2007, quando as commodities

O segundo motor se origina da alta demanda externa, principalmente asiática, por recursos naturais, o que pode gerar ganhos na renda brasileira se as atividades baseadas nesses recursos promoverem emprego, progresso técnico e bem-estar social. Isto é, se tais atividades conseguirem se consolidar como mais do que apenas exportação de produtos de baixo valor agregado. Nesse sentido o autor cita Pérez (2010) como um bom exemplo a seguir no uso de recursos naturais como estratégia de desenvolvimento²⁵. Bielschowsky (2012) orienta ainda que é necessário que os bens de capital e insumos utilizados sejam preponderantemente produzidos aqui, podendo então nos beneficiarmos dos encadeamentos produtivos e da inovação. Esta parece ser uma questão chave para os sociais-desenvolvimentistas, pois remete a temas como a defesa da indústria e política industrial, adensamento produtivo e até mesmo substituição de importações. É destacada ainda a preocupação com algumas ameaças claras a esse projeto, como a compra de terra e de outros fatores por outros países, a pressão sobre o meio ambiente e a absorção de ganhos com os recursos

apresentaram alta nos preços. O Brasil registrou déficit em transações correntes recorde de 81,374 bilhões de dólares em 2013, não sendo este financiado pelos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) pela primeira vez desde 2001, deixando mais evidente a deterioração das contas externas do país.

²⁵ Para Carlota Pérez (2010), apesar da elevação dos preços de *commodities* a partir dos anos 2000 ter impulsionado um ritmo maior de crescimento para a América Latina, as capacidades tecnológicas não cresceram no mesmo ritmo e chegam a estar relativamente mais desiguais que nos anos 1970. Enquanto parece ser consenso que certos países asiáticos têm vantagens em indústrias intensivas em mão de obra e a América Latina tem vantagens em indústrias baseadas em recursos naturais, estas poderiam permitir, segundo a autora, especializações diferenciadas. É preciso estar atento à oportunidade que a alta dos preços nos proporciona, para que não seja desperdiçada com crescimento superficial e incremento de importações para o consumo. Para a autora, existe no cenário atual uma janela na qual os países latino-americanos poderiam adquirir capacidades em indústrias ainda baseadas em recursos naturais, mas voltadas para a biotecnologia e a ciência dos materiais, de modo a criar vantagens em áreas que provavelmente estarão na próxima revolução tecnológica, como estas citadas, além de nanotecnologia e bioeletrônica. Haveria, assim, uma migração gradual para a produção de bens com maior valor agregado, diferenciada no sentido de atender demandas específicas e estabelecendo potentes redes de inovação com participação de empresas e universidades, tanto nacionais quanto externas.

pelo setor privado ou por “interesses públicos menores”, como lucro para acionistas ou ganhos com impostos em vez de *royalties*.

O último motor do desenvolvimento é o investimento em infraestrutura por sua característica de fazer girar muitos recursos, empregos e externalidades para toda a economia. Através de áreas como o transporte, a energia elétrica, a habitação e saneamento, telecomunicações e também via Petrobras o investimento deve ser constante e firme, sendo seguido pelo investimento autônomo. Mais uma vez os benefícios vão além dos ganhos que a frente da infraestrutura fornece, pois se esta for bem utilizada, eles se estendem pela economia através encadeamentos e inovação.

Quanto aos dois turbinadores dos três motores, a inovação refere-se a novos processos e produtos enquanto investimentos em encadeamentos produtivos referem-se a setores tradicionais. Apesar de ressaltar que “a inovação tecnológica tem um papel fundamental”, diante da constatação de que as empresas do país não são inovativas, o autor descarta sua função de base da estratégia atual de desenvolvimento, o que não significaria “ficar parado em matéria de inovação e investimentos em segmentos selecionados de alta intensidade tecnológica”, mas dar a ela o papel de incrementar as três frentes de expansão. Ao explicar o peso do segundo turbinador dessa estratégia, em que os encadeamentos produtivos devem fortalecer-se ou mesmo serem inaugurados (nas novas atividades do Pré-sal, por exemplo), relativiza-se mais uma vez o processo inovador em comparação com políticas industriais e demandas do governo no intuito de gerar investimentos e competitividade²⁶.

3.1.2 O novo-desenvolvimentismo

A motivação para Bresser-Pereira e demais pesquisadores do grupo “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” elaborarem uma nova estratégia de desenvolvimento vem dos desafios trazidos pelo atual estágio da economia brasileira. Afirma Bresser-Pereira (2012a) que esse desafio não é mais iniciar a industrialização ou a revolução

²⁶ “[A]s decisões de investimento inclinam-se a depender menos de inovações tecnológicas do que de outros incentivos à rentabilidade como taxas de câmbio mais favoráveis, demanda de governo e outras políticas industriais que possam contribuir para a reconstrução da competitividade perdida” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 731).

industrial brasileira, mas enfrentar os problemas da desindustrialização provocada pelas políticas neoliberais, distinguir política macroeconômica de política industrial, mostrar à sociedade uma política macroeconômica que combine estabilidade de preços e financeira com crescimento e fazer frente não mais a uma oligarquia do setor primário-exportador, mas aos capitalistas rentistas e aos interesses estrangeiros no mercado interno. Para o autor, a instituição básica para o crescimento econômico não é a garantia dos direitos de propriedade e de contratos (como apregoado pela Nova Economia Institucional), mas sim uma estratégia nacional para o desenvolvimento.

Essa nova proposta ganha força no cenário acadêmico e político nacional, mas não é consenso entre os economistas, mesmo os heterodoxos. Diante disso, Bresser-Pereira propõe que o novo-desenvolvimentismo seja a bandeira da linha desenvolvimentista brasileira atual, mesmo com diferentes posições teóricas e de política econômica, na medida em que busque mais do que apenas a adoção do termo, mas principalmente criar uma coalizão nacional que faça frente aos interesses escusos e à retórica dos economistas e seus “modelos matemáticos idealistas”, ao mesmo tempo que trabalhe a consistência teórica²⁷.

Bresser-Pereira chama de “novo-desenvolvimentismo” a estratégia nacional de desenvolvimento aplicada à realidade periférica

²⁷ Neste trabalho foram identificadas duas tendências entre os principais expoentes novo-desenvolvimentistas: em primeiro lugar, a linha defendida por Bresser-Pereira é a de conciliação teórica com o social-desenvolvimentismo. A esse respeito ver em seu sítio (www.bresserpereira.org.br) a carta “Diálogo com a Unicamp sobre novo desenvolvimentismo”, na qual Bresser-Pereira procura aproximação com o social-desenvolvimentismo. Respostas a favor da aproximação foram de André Biancarelli, Pedro Rossi e Pedro Paulo Bastos. Em outra linha, José Luis Oreiro procura vincular o novo-desenvolvimentismo à questão política. Os pontos defendidos por esta estratégia cada vez mais apontam para sua incorporação pela chapa concorrente à presidência de Marina Silva. Oreiro escreveu em 2014 artigo de política econômica para essa aliança. Ver: “A armadilha juros-câmbio: a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro”. Segundo o próprio texto, “produzido à pedido da liderança do PPS com o intuito de embasar as discussões a respeito da elaboração do programa econômico do candidato da aliança PSB-Rede-PPS à Presidência da República”. Disponível em

<<http://jlc coreiro.wordpress.com/2014/04/04/a-armadilha-juros-cambio-a-continuidade-do-desequilibrio-macroeconomico-brasileiro/>>.

da América Latina e de “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” a atual teorização mais sistemática que se faz do estruturalismo no campo da macroeconomia do desenvolvimento, para tratar dos países atrasados, de renda média, mas já industrializados (no caso de países mais pobres seria necessário fazer algumas adaptações). Essa estratégia está sistematizada no livro *Globalização e competição* (2010) e no artigo *Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento*, em autoria conjunta com Paulo Gala (2010), além de artigos sobretudo produzidos por Oreiro e outros sobre crescimento, câmbio e indústria, como *Acumulação de capital, taxa real de câmbio e catching-up* (2013)²⁸.

O novo-desenvolvimentismo defende que embora o desenvolvimento também dependa de fatores do lado da oferta, como boas instituições, educação, infraestrutura etc, o ponto de estrangulamento estaria no lado da demanda. Se o desenvolvimento necessita de uma alta taxa de investimento então é necessário que ele seja correspondido por boa demanda, interna e externa. Porém afirma Bresser-Pereira que essas demandas tendem a ser insuficientes nos países em desenvolvimento devido a tendências estruturais: 1) a demanda interna é deprimida pela tendência do salário crescer menos do que a produtividade já que há oferta ilimitada de mão de obra, barata, criando um problema de insuficiência do mercado interno²⁹; 2) já a demanda externa não é alcançada devido a tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio, pois não existiria nem uma taxa de câmbio de equilíbrio intertemporal para a conta-corrente do país (teoria neoclássica) nem uma flutuação volátil em torno dela (keynesiana), já que nos países em desenvolvimento a taxa de câmbio não seria controlada pelo mercado, mas por crises no balanço de pagamentos³⁰.

²⁸ As publicações dos autores novo-desenvolvimentistas podem ser consultadas no site do grupo Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, e nas páginas pessoais de Bresser-Pereira e José Luis Oreiro. Respectivamente: <http://macrododesenvolvimento.wordpress.com/>; <http://bresserpereira.org.br/>; <http://jlcoreiro.wordpress.com/>.

²⁹ Sobre esse aspecto, os novo-desenvolvimentistas se apóiam na teoria clássica do desenvolvimento de Arthur Lewis.

³⁰ A crise cíclica se dá, num primeiro momento, porque há suspensão da rolagem da dívida (perda de confiança dos credores externos) forçando a desvalorização da moeda local. A taxa de câmbio volta a se apreciar gradualmente puxada pela doença holandesa, por défices em conta corrente causados pelo crescimento com poupança externa, política anti-inflacionária e

Para fazer frente ao problema da sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio que impede o desenvolvimento, o novo-desenvolvimentismo sugere a imposição de um imposto ou retenção sobre a exportação do bem primário, que corresponda à diferença entre as taxas de câmbio de equilíbrio industrial e corrente, fazendo com que a moeda nacional deprecie-se, e gerando um crescimento baseado em poupança interna. A receita do imposto deveria então ser investida em um fundo soberano. O papel do Estado passa a ser de indutor de oportunidades de investimentos, ao mesmo tempo que cuida para zerar o déficit público (importante num cenário de doença holandesa) e aumentar a eficiência em gastos sociais e em cultura. Para a implantação dessa política seria necessário que a sociedade civil fosse consensual quanto aos objetivos do novo desenvolvimentismo, e isso significaria fazer frente, principalmente, à hegemônica ideologia neoliberal e à “nacional-dependência” das elites nacionais.

Ainda em Bresser-Pereira (2012b), o autor se empenha em mostrar o distanciamento da ortodoxia convencional do novo-desenvolvimentismo ao revelar a dupla necessidade do mercado forte, mas também de um Estado forte, sem que um seja inibidor do outro. Deste modo, o novo-desenvolvimentismo seria pragmático, e não fundamentalista de mercado como a ideologia da ortodoxia convencional, que é baseada na teoria neoclássica.

Bresser-Pereira também discute as principais diferenças entre o antigo e o novo-desenvolvimentismo (2012b). Elas estariam relacionadas às mudanças que ocorreram de meados do século XX para cá, quando muitos dos países latino-americanos deixaram de ser pobres, se industrializaram e tornaram-se países de renda média. Assim, a indústria agora não é mais infante e não necessita de proteção generalizada. Logo, o autor enfatiza a necessidade de um câmbio competitivo, passando do modelo de substituição de importações para o modelo exportador. Neste, o mercado disponível não se limita ao interno e a política industrial passa a beneficiar somente as empresas eficientes, que tenham inserção externa. Para o autor, o Estado passa a ter muito mais um papel normativo, de facilitar e encorajar o investimento privado do que de propriamente ser protagonista na produção.

por “populismo cambial”. A crise externa volta a crescer até o ponto em que os credores internacionais não mais aceitam rolar a dívida e outra crise acontece.

3.1.3 O programa (neo)liberal da Casa das Garças

Da mesma forma que foi elegido como simplificação o texto de Bielschowsky (2012) como paradigmático da corrente social-desenvolvimentista, nesta seção será priorizado o artigo de Edmar Bacha, intitulado “Integrar para crescer: O Brasil na economia mundial”³¹. Bacha (2013) sugere que a economia brasileira tem baixa inserção no comércio internacional, trazendo como consequências, por exemplo, o atraso tecnológico, a escala de produção reduzida e a falta de especialização que, por sua vez, têm relações com o baixo crescimento econômico, elevada inflação e desindustrialização. Se no período 2004-2011 a conjuntura externa permitiu nossa economia aproveitar os altos preços de *commodities* e bom fluxo de capitais estrangeiros, a situação a partir de 2011 modificou-se para o autor, e trouxe à tona a “doença brasileira”: elevada inflação combinada com reduzido crescimento econômico³².

³¹ Todavia, inúmeros textos acadêmicos e midiáticos podem ser acessados no site da Casa das Garças, <http://iepecdg.com.br/>.

³² Esse parece ser o projeto nacional ou linha de pensamento econômico que foi utilizada pela chapa de Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nas eleições presidenciais de 2014. Em entrevista a Revista Época Negócios, de março de 2014, Bresser-Pereira afirma categoricamente que o partido político PSDB e seu candidato a presidência possuem forte aproximação com o pensamento da Casa das Garças. Segundo Bresser-Pereira, “no caso do Aécio e gente conhece muito bem, é a Casa das Garças, um grupo altamente ortodoxo, dominado pelas tendências do liberalismo econômico”. Em entrevista ao Estado de São Paulo no dia 15/03/2014 Edmar Bacha declara sua posição partidária e se mostra um consultor informal do programa de Aécio Neves. ESP: “O sr. já apresentou essa proposta [abertura para o comércio internacional] a algum candidato?” EB: “Obviamente eu discuto essas ideias. Vocês devem querer saber sobre a minha relação com o Aécio. Não é segredo para ninguém que sou tucano. Mas não estou na campanha. Quando o Aécio me pergunta alguma coisa, eu apenas digo o que eu acho”. Ver <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,para-escapar-do-pibinho-o-caminho-e-a-abertura-diz-edmar-bacha,179704,0.htm>>. Acesso em 13 de maio de 2014. Gustavo Franco externa sua opção pela política do PSDB em entrevista ao Estado de SP. ESP: “No evento de 20 anos do Plano Real, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que era preciso dar continuidade a um processo interrompido. A proposta é essa, então?” GF: “Claro. É preciso retomar. Isso não quer dizer que aquilo feito no intervalo pelo Partido dos Trabalhadores deva ser jogado fora. Nada disso. O Brasil andou. Lições foram

Alguns fatores internos que alimentariam a doença brasileira são o baixo investimento (18% do PIB em 2012, segundo o IBGE), a alta carga tributária – que “sufoca os investimentos privados e não promove o investimento público” – e a educação precária – refletindo baixa qualificação da mão de obra, como observado nos exames PISA da OCDE. Para além disso, um outro fator que tem tido menos espaço no debate, analisa Bacha, é justamente o da baixa participação da economia brasileira no comércio mundial. A proposta do autor para a estratégia de desenvolvimento, do ponto de vista qualitativo, é que não se tente atacar todas as mazelas da economia de uma só vez, mas que se adote o princípio de desenvolvimento desequilibrado de Hirschman, um desequilíbrio regenerador. Nesse sentido deveria haver maior

apreendidas. Mas é preciso retomar políticas públicas com o intuito de fazer crescer a competitividade e o crescimento. A fórmula de buscar o crescimento empregada pelo governo não deu certo. Pelo menos quando deu foi por fatores cuja efetividade foi derrotado”. ESP: “Como são as discussões no PSDB: há uma visão única ou ainda há divergências?” GF: “Não sei. O PSDB não é assim. Converso muito com gente do PSDB, mas ocorreram pouquíssimas conversas organizadas. Agora, os grupos maiores, que começaram a ser reunir, se dispersam e voltam a se reunir conforme o desejo do candidato. Há alguns economistas muito próximos ao Aécio – Armínio (Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central), Mansueto (Mansueto Almeida, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), José Roberto (José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica), Samuel (professor e pesquisador Samuel Pessôa). Pode perguntar para ele”. Ver <<http://iepecdg.com.br/?acao=reportagens&reportagem=662>>. Acessado em 13 de maio de 2014. Reportagem mostra posicionamento de economistas em torno da campanha de Aécio: “O economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), Samuel Pessôa, confirmou em conversa com o *Broadcast* que já trabalha na formulação da agenda econômica do provável candidato à Presidência Aécio Neves (PSDB). ‘Tenho conversado com o senador há quatro meses’, afirmou. Segundo ele, ainda não há pontos do programa definidos, mas certamente o cenário do ano que vem será de ‘um ajustamento duro da economia’. Durante evento ontem em São Paulo, Aécio afirmou que o ex-presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, ‘ao lado de figuras como José Roberto Mendonça de Barros, Mansueto (Almeida) e Samuel Pessôa, são economistas que estão nos ajudando com a construção de uma agenda para o Brasil’. Ver <<http://www.opovo.com.br/app/politica/ae/2014/04/02/noticiaspoliticaae,3230075/economista-da-fgv-confirma-trabalho-com-aecio.shtml>>. Acessado em 13 de maio de 2014.

“exportabilidade” da economia, de modo a se integrar às cadeias internacionais de valor (em 2012, pelo World FactBook, enquanto sétima maior economia do mundo, em termos de valores de exportação de mercadorias ficamos no 25o lugar, o que contrasta bastante com as posições nos rankings de países ricos ou que conseguiram transitar para o primeiro mundo; países como a Coreia do Sul, 13º PIB global e 7o maior exportador).

Bacha (2013) entende que a economia brasileira foi bem-sucedida ao construir uma indústria de transformação substancial a partir da substituição de importações, mas que faltou um segundo passo, que é produzir não apenas para o mercado interno. Do lado das importações a economia brasileira também seria pouco integrada, tendo como parcela de importações de bens e serviços no PIB 13%, enquanto a Coreia do Sul tem 54%, a Alemanha 45%, a China 27% etc (dados de 2012 do Banco Mundial). Se comercialmente o país está relativamente fechado, financeiramente está aberto ao investimento estrangeiro direto, como mostra o quarto lugar no ranking de destinos preferenciais para essas inversões. Porém as multinacionais que vêm para o Brasil teriam como objetivo explorar o mercado interno protegido e não para integrar o País nas cadeias produtivas globais (como ocorre quando as subsidiárias são abertas na Ásia). Nesse sentido, a proposta defende maior abertura comercial para garantia de eficiência nacional. Ter a conta de capital aberta ao fluxo de investimento ao mesmo tempo que mantém a conta corrente fechada ao fluxo comercial representa para o autor um paradoxo perigoso, pois as empresas

multinacionais lucram ao investir no país, mas o resto da economia definha, ao deslocar para a substituição protegida de importações recursos locais que poderiam ser empregados com maior eficiência em atividades exportadoras (BACHA, 2013, p. 4).

Para que o programa de integração seja bem-sucedido e sustentável, defende Bacha, é preciso haver consenso político e social, que “poderia ser obtido a partir da evidência que o protecionismo claramente não vem conseguindo desenvolver o país” e, para que isso ocorra, duas constatações precisariam ser assimiladas. A primeira é que o isolamento econômico de nossa economia não conseguirá nos retirar

da tendência de pequenos PIBs e da renda média³³. Ele lista os exemplos dos países que alcançaram o desenvolvimento no pós-guerra e que cada um deles, à sua maneira – seja por exportações industriais, de serviços ou de *commodities* – aumentou sua integração com o comércio mundial. A segunda é que os acordos de preferência comercial (APCs) são hoje uma característica irreversível da regulação do comércio internacional e sua intensificação mostra que os países reconhecem que no atual mundo globalizado é preciso interdependência para acelerar o crescimento. O autor defende essa associação entre comércio e riqueza, pois considera que a transformação de um país de renda média em um país de renda alta é mais complicada que o passo anterior de sair da situação de renda baixa, já que os ganhos adicionais de produtividade que geram esse aumento dependem de fatores “que somente podem ser obtidos através da integração do país ao comércio internacional”, como empresas com escala, especialização e tecnologia³⁴.

Destaca Bacha que a ideia da estratégia não é transformar o país em uma plataforma exportadora, dado seu tamanho muito grande, mas integrar competitivamente “as empresas aqui localizadas às cadeias mundiais de valor”, sem que isso signifique contenção da demanda interna ou maior superávit comercial, pois o aumento das exportações deverá ser igualado por aumento das importações no mesmo montante. A proposta então seria condizente com melhorias nas condições de vida da população, mesmo no curto prazo, pois haveria maior demanda por trabalho e aumento do salário real. As multinacionais aqui presentes deveriam então partir da posição privilegiada no mercado interno para

³³ É feita referência ao modelo social-desenvolvimentista, sobre o grande potencial de crescimento a partir do mercado interno, acompanhada da crítica de que essas oportunidades podem ser desperdiçadas “se prevalecer uma mentalidade anticompetitiva, de preservação do mercado interno contra uma suposta invasão dos importados, de desenhos inadequados das concessões e parcerias público-privadas, e de encarecimento da exploração do pré-sal com requisitos excessivos de intervenção estatal e de conteúdo nacional” (BACHA, 2013, p. 7).

³⁴ Para obter a renda média as condições seriam mais amenas, sem necessidade de “muito comércio”, mas poder-se-ia utilizar do mercado interno, da substituição de importações e da oferta ilimitada de mão de obra do campo para elevar a renda, “conforme diagnosticado na análise clássica de Arthur Lewis”.

desenvolverem atividades exportadoras. O exemplo a se guiar seria a Embraer, que importa 70% do que exporta³⁵.

Assim, o programa sugerido tem três pilares, a reforma fiscal, a substituição de tarifas por câmbio e acordos comerciais³⁶. O primeiro

³⁵ Gustavo Franco, em entrevista para o Estado de São Paulo no dia 27/04/2014, explicita a crítica ao modelo atual e defende a volta da liberalização econômica dos anos 1990: “Mas, bom, sobre indústria - é preciso mudar os termos do problema. Depois do Real, estávamos caminhando para uma progressiva integração da indústria para a economia global. Uma economia com muitas empresas multinacionais, com toda a capacidade para fazer com que o Brasil se integrasse às cadeias globais. Porém, uma das marcas do governo PT foi reverter esse movimento, aumentar a proteção e voltar a uma lógica de industrialização dos anos 50 - forçar o aumento do componente local na produção industrial. Isso foi um equívoco que destruiu a nossa produtividade, seja para exportar, seja para competir com o importado. Talvez tenha sido uma das causas mais próximas do declínio industrial que a gente vem sofrendo nos últimos tempos. Poderíamos ter caminhado na direção totalmente oposta - fazer a indústria importar mais. Só exporta mais quem importa e só é competitivo quem é capaz de utilizar os melhores insumos existentes no mundo. Se a gente não tem acesso a esses componentes o que vai ocorrer é a reprodução da reserva de mercado - você se mete a produzir mercadorias na fronteira tecnológica com insumos inferiores, acaba tendo artigos não competitivos, com uma produtividade inferior. Onde a gente deu certo, o exemplo clássico, Embraer, é onde a gente exporta sem restrição de conteúdo local”. Ver <<http://iepecdg.com.br/?acao=reportagens&reportagem=662>>. Acessado em 13 de maio de 2014.

³⁶ Sobre a preocupação com a inflação Bacha, em entrevista para a Revista Istoé Dinheiro do dia 27/12/2013, indica que o governo tenha de fazer política monetária contracionista e corte de gastos. RID: “Qual seria a meta ideal [de inflação]?” EB: “O Brasil precisa perseguir uma inflação de 3%. Daí as pessoas fariam: ‘Tudo bem, com essa inflação nós convivemos bem’”. RID: “Que medidas devem ser tomadas para isso?”. EB: “Uma ideia é manter a meta inflacionária de curto prazo, de 4,5%, mas acrescentar outra de longo prazo, de 3%, para 2020, por exemplo. Com isso, poderíamos pensar em coisas para assegurar que a inflação fique em 3%, em 2020, indo além do controle de juros. É dar um reforço do Tesouro ao Banco Central, ou seja, aliar uma política de controle monetário a uma política de controle de expansão de gastos do governo. A outra proposta é como dar mais potência à política monetária. A principal é a constatação de que, do total do crédito, 50% não são afetados pela Selic. É o crédito que o BB dá para a agricultura, que a Caixa dá para a habitação e que o BNDES dá para os amigos do rei. Em nada disso o BC apita. Em Brasília, os presidentes dessas instituições dão tchauzinho para o pessoal do

requer a simplificação e redução da carga tributária sobre as empresas sem incorrer em aumento da dívida pública, controlando os gastos públicos. Serviria de exemplo a fórmula israelense de limitar o crescimento dos gastos públicos à metade do crescimento potencial do PIB, o que seria 1,5% ao ano (2013).

A substituição de tarifas por câmbio significa diminuir o protecionismo tarifário e desvalorizar o câmbio a um nível que fortaleça as empresas domésticas no exterior. Quanto aos acordos comerciais, o Brasil poderia usar do amplo mercado interno que tem para fazer acordos vantajosos dada sua abertura às exportações de seus parceiros comerciais. Diante das várias possibilidades de acordos, o País teria que obter maior liberdade diante das regras de lista comum para negociação com terceiros países em voga no Mercosul. Nesse sentido, a perspectiva da Casa das Garças percebe o Mercado Comum do Sul como um empecilho à maior integração do Brasil ao comércio internacional.

3.2 DESENVOLVIMENTISMO NO SÉCULO XXI?

Tem-se no texto de Pedro Fonseca (2014) uma busca pela definição do conceito de desenvolvimentismo, de modo a deixar mais claro o debate brasileiro sobre o tema. Segundo o autor, o “termo é geralmente utilizado para designar um fenômeno relativamente delimitado no tempo – século XX –, embora espacialmente mais diversificado” (FONSECA, 2014, p. 31). A formalização do conceito tem origem na observação de seus usos pela comunidade que com ele trabalha. A metodologia empregada por Fonseca (2014) foi a de buscar um núcleo comum dos diversos atributos que o termo ganhou e verificar se existem características mínimas principais. Num passo seguinte aplicou-se um teste em experiências históricas reconhecidamente rotuladas como desenvolvimentistas³⁷.

BC. A política monetária atua apenas sobre o crédito livre, o que gera um esforço duas vezes maior. A minha proposta é encontrar alguma maneira de incluir o crédito dos bancos públicos no âmbito da política monetária, de tal maneira que, quando o BC apita que vai subir os juros, o BNDES contraia os créditos dele”. Ver

<<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20131227/brasil-precisa-perseguir-uma-inflacao/8440.shtml>>. Acesso em 13/05/2014.

³⁷ No passo de observar experiências históricas tipificadas como exemplos de desenvolvimentismo Fonseca (2014) tomou 34 governos de 8 países latino-

Da consulta à literatura dessa época até a atualidade Fonseca (2014) obteve um *core* do conceito alicerçado no tripé: projeto nacional, intervenção consciente estatal e industrialização, tudo isso supondo uma conjuntura capitalista. O desenvolvimentismo remete a uma percepção de programa de ação e assim ganha sua primeira aproximação conceitual: “é uma resposta para superar o subdesenvolvimento” (FONSECA, 2014, p. 44), nos termos de Celso Furtado. Nestes termos, Fonseca (Ibid., p. 59) encontra o seguinte conceito:

entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

Utilizar-se-á esse conceito para verificar se as estratégias descritas na seção anterior vão ao seu encontro. Espera-se assim contribuir com uma dose a mais de rigor conceitual para a discussão contemporânea. Pela ausência da sugestão em qualquer das estratégias de alterar o modo de produção vigente, vamos nos concentrar nas três bases do núcleo do conceito.

3.2.1 Sobre Projeto Nacional

As estratégias do social-desenvolvimento, do novo-desenvolvimento e da Casa das Garças por si só podem ser caracterizadas como projetos nacionais, deliberados, “tendo como objeto a nação e seu futuro” (Ibid., p. 41). Todas elas colimam estabelecer

americanos entre 1930 e 1979. Testou-se a presença de 10 variáveis em cada caso, quais sejam: projeto nacional, intervenção estatal, industrialização, socialismo, capital estrangeiro, burocracia, reforma agrária, redistribuição de renda, planejamento e banco de desenvolvimento. Pode-se observar que as quatro primeiras variáveis representam o núcleo já discutido e, portanto tem respostas idênticas para todos os casos analisados, ou seja, presença das três primeiras e ausência de intenção socialista.

diretrizes a serem seguidas de modo a levar o Brasil a uma posição melhor no futuro. Ficou claro na seção anterior que os meios sugeridos por elas para alcançar tal posição são bem diferentes entre si e é bem possível que os fins buscados também sejam.

Bielschowsky (2012) espera que a expansão das três correntes de demanda se traduza em um forte investimento e em desenvolvimento brasileiro vigoroso para as próximas décadas. Bresser-Pereira defende que sua ideia de desenvolvimento econômico, é um processo de mudança estrutural, ou seja, “de inovação nos setores já explorados e de transferência de mão de obra para setores com valor adicionado per capita e salários médios cada vez mais elevados” (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 685). A estratégia de Bacha (2013) parece objetivar crescimento econômico que retire o país de uma condição de país de renda média para um país de renda alta. Percebe-se que não há consenso sobre o real significado do desenvolvimento que pretendem. Este pode ser tanto uma sociedade mais igualitária alimentada por um crescimento econômico sustentável como uma economia eficiente e forte, que respeita contratos acima de tudo e que eleve a média dos salários do país.

3.2.2 Sobre Intervenção Estatal

A intervenção estatal consciente com o objetivo de colocar o projeto em prática também se faz notar nas três estratégias. Varia bastante entre elas o modo como o Estado deve se comportar. Se no social-desenvolvimentismo o Estado é um agente indutor do investimento, que busca inclusive influenciar a demanda através de repasses às populosas camadas com rendas mais baixas com grande potencial de consumo, no novo-desenvolvimentismo a participação do capital privado já teria papel mais importante de imediato na questão da elevação do investimento e ao Estado caberia principalmente a manutenção de políticas que combatam as tendências estruturais dos salários crescerem menos do que a produtividade e do câmbio se sobreapreciar ciclicamente. Nesse sentido, o novo-desenvolvimentismo propõe intervir nos principais preços macroeconômicos (câmbio, juros e salários), e não em aspectos mais estruturais como infraestrutura, política industrial e política social, como defendem os sociais-desenvolvimentistas.

As questões relacionadas aos ajustes na taxa de câmbio e nas contas públicas, essenciais para a instituição da estratégia novo-

desenvolvimentista, são polêmicas. Em primeiro lugar, a ênfase nas exportações como motor do crescimento somente seria obtida com o alcance da taxa de câmbio de equilíbrio industrial, constituindo-se no curto prazo elevação da taxa de inflação e redução dos salários reais; ou seja, uma redistribuição de renda a favor dos lucros industriais em detrimento dos salários, num típico processo de socialização dos prejuízos, como prefere caracterizar Bastos (2012, p. 791).

Outra controvérsia nesse aspecto refere-se ao patamar da taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Oreiro, Basílio e Souza (2013) chegam a defender uma megadesvalorização, com o câmbio no valor de R\$ 3,26. Todavia, a cientificidade da taxa de câmbio de equilíbrio industrial encontrada pelos autores é contestável. Na verdade, os autores realizam um cálculo bastante simples, uma regra de três: em primeiro lugar assumem que a relação câmbio real efetivo X salários, “adequada” para restabelecer a competitividade da indústria, é a de meados de 2005. Assim, ao encontrarem o valor dessa variável em junho de 2013 e a taxa de câmbio efetiva nesse mês, concluem pela sobrevalorização cambial de 48,12%. Multiplicando esse valor pelo câmbio da época (R\$ 2,20) chegam à taxa de R\$ 3,26. Nessa metodologia, logicamente a taxa de câmbio de equilíbrio industrial pode assumir qualquer magnitude dependendo do período em que se considera apropriada a relação câmbio real efetivo X salários³⁸.

Em segundo lugar, tem-se a problemática do ajuste nas contas públicas defendida pela corrente novo-desenvolvimentista. Argumentam que a taxa de juros no Brasil é muito elevada pelos recorrentes défices em conta-corrente do governo. Nesse sentido, a redução dos juros somente poderia ser realizada se ex ante o governo se tornasse superavitário. Segundo Bastos (2012), esse ajuste nas contas públicas poderia implicar em uma redução no gasto público de até 8% do PIB. Logicamente, trata-se de um programa de ajuste recessivo.

Percebe-se pelos parágrafos acima que a estratégia novo-desenvolvimentista prioriza, sobretudo, a administração de preços macroeconômicos – câmbio, juros e salários – para a garantia do

³⁸ Além do mais, em artigo no jornal Valor Econômico do dia 19/02/2013 Bresser-Pereira defende uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial R\$ 2,80. Todavia, em entrevista no dia 17/09/2012 a taxa de equilíbrio defendida era de R\$ 2,70. Nesse sentido, entre os próprios novos-desenvolvimentistas não há um consenso sobre o valor da taxa de câmbio de equilíbrio industrial, apesar de que teoricamente a argumentação seja relevante.

crescimento sustentado (BASTOS, 2012). A taxa de câmbio ideal seria a de equilíbrio industrial, que permitiria que as empresas nacionais competissem no mercado internacional, além da administrar a doença holandesa. A taxa de juros em patamares reduzidos seria fundamental para impedir a valorização artificial da taxa de câmbio e o déficit público. Os salários deveriam crescer a uma taxa de acordo com a produtividade do trabalho, nem aquém tampouco acima³⁹. Neste último caso, os novos-desenvolvimentistas criticam abertamente a política nacional em vigor de valorização do salário-mínimo acima da produtividade, ou a defesa de um modelo de crescimento *wage-led*, defendido pelos sociais-desenvolvimentistas. Segundo Oreiro (2012, p. 29, grifos do autor),

[a] manutenção da taxa real de câmbio num patamar competitivo nos médio e longo prazos exige não só a adoção de uma política cambial ativa, como também uma política salarial que promova a moderação salarial ao vincular o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho, garantindo assim a *estabilidade da distribuição funcional da renda no longo prazo*.

O argumento é que um aumento cumulativo da participação dos salários na renda nacional, condição necessária para a ocorrência de um crescimento autônomo dos gastos de consumo, é econômica e até politicamente inviável, por produzir tendência de queda da taxa de

³⁹ Escreve Oreiro: “O crescimento dos salários na frente da produtividade do trabalho não só leva a perda de competitividade da indústria como ainda contribui para manter a inflação em patamares elevados devido a pressão de custos. O resultado da apreciação cambial e do aumento do custo unitário do trabalho é, portanto, estagnação da produção industrial combinada com inflação em patamares elevados, a velha 'estagflação'”. Ver <<http://jlcureiro.wordpress.com/2013/05/07/a-moderacao-salarial-inflacao-e-a-competitividade-da-industria/>>. Acesso em 12 de maio de 2014.

lucro⁴⁰, via estagnação da acumulação de capital, e reação da classe capitalista ao seu possível processo de perda de participação na renda.

A questão da intervenção estatal na corrente da Casa das Garças remete a princípios relativos ao *approach* neoclássico e na maioria das vezes é condenável. Bacha (2013) propõe que o Estado seja um agente confiável, que antecipe suas decisões para o mercado poder agir com tranquilidade, e que consiga estabelecer um consenso social e político em torno do projeto de integração. Para isso teria que afastar um pouco de sua influência na economia, com uma reforma fiscal, com menos protecionismo e permitindo um câmbio mais favorável para as empresas em solo nacional se tornarem exportadoras. A política industrial também é colocada em segundo plano. Na verdade, é condenada por priorizar determinados setores em detrimento de outros, o que aproxima neste aspecto o pensamento da Casa das Garças ao novo-desenvolvimentismo.

⁴⁰ É o que busca deixar claro Eleutério Prado em texto publicado em seu sítio virtual. Para ele, Oreiro, “este autor heterodoxo vem apontar como causa da estagnação recente do capitalismo no Brasil a redução da taxa de exploração e, assim, a redução consequente da taxa de lucro”. Em discussão que se segue Prado afirma que Oreiro busca “tirar no curto prazo salário real dos trabalhadores para lhes dar mais crescimento e, assim, mais salário real no futuro. Eles, no entanto, precisam saber bem o que essa proposta significa”. Oreiro se defende escrevendo que ele não busca “tirar salário real dos trabalhadores, a redução do salário real virá de qualquer jeito, pois o atual nível de salários – e de câmbio real – é insustentável. Das duas uma, ou o salário real será reduzido por intermédio de uma desvalorização abrupta da taxa de câmbio em função de uma crise de balanço de pagamentos ou poderá vir por intermédio de uma combinação entre moderação salarial e desvalorização administrada e, portanto, suave da taxa de câmbio. Eu, claramente, prefiro a segunda opção; mas francamente acho que ocorrerá a primeira”. Para o texto de Prado ver <<http://eleuterioprado.wordpress.com/2014/04/17/o-mau-humor-do-mercado/>> e para a discussão ver <<http://jlcoreiro.wordpress.com/2014/04/18/comentarios-de-eleuterio-prado-ao-meu-artigo-a-armadilha-juros-cambio-a-continuidade-do-desequilibrio-macroeconomico-brasileiro/>>. Acesso em 12 de maio de 2014. Em artigo do dia 24/10/2013 da Revista Valor temos a fala de Oreiro sobre a redução dos salários reais: “Não é algo a ser feito da noite para o dia [...]. Estamos vivendo um momento de realinhamento das taxas cambiais no mundo, invariavelmente isso vai afetar os salários. A redução do ganho real de salários, em torno de 20%, deve ser algo para ser feito em cinco, seis anos”. Pode ser acessado em <<http://jlcoreiro.wordpress.com/2013/10/24/estrategia-de-crescimento-divide-heterodoxos-vlor-24102013/>>, acesso em 12 de maio de 2014.

O que certamente diferencia estas duas correntes é que os novos-desenvolvimentistas defendem a administração da taxa de juros e salários. Na perspectiva da Casa das Garças tais preços macroeconômicos seriam determinados pelas forças do mercado.

Também, no programa da Casa das Garças a “doença brasileira” é entendida como uma economia que sofre do mal de ter “crescimento baixo e inflação alta”. Atesta-se desde já que essa afirmativa é altamente contestável, já que a taxa de inflação brasileira não extrapolou na última década sua metas predefinidas pelo COPOM e sua taxa média de crescimento do PIB é superior à dos anos 1990.

O ponto sobre a substituição de proteção tarifária do mercado interno por proteção cambial trata de anunciar uma série de medidas – a redução de tarifas às importações, dos requisitos de conteúdo nacional, das preferências para compras governamentais, das amarras aduaneiras e portuárias etc – com o intuito de sinalizar uma alteração para o mercado. O anúncio dessas medidas faria os agentes financeiros procurarem dólares na expectativa de lucrar com as importações que ocorreriam em decorrência da queda de barreiras tarifárias. A maior demanda por dólares então desvalorizaria o câmbio.

Nesse sentido, a desvalorização cambial serviria como uma espécie de protecionismo horizontal, semelhante à proposta novo-desenvolvimentista. O antiprotecionismo tarifário permitiria acesso a insumos modernos e possibilitaria a integração da indústria brasileira ao comércio internacional, gerando ganhos de tecnologia, de escala e de especialização. Bacha ressalta que a especialização não é macrossetorial, e o princípio das vantagens comparativas se dá não em termos de produtos ou indústrias, mas quanto a estágios, tarefas e atividades. O sequenciamento da liberalização comercial teria que ser mais bem estudado, no sentido de uniformizar a tarifa efetiva para todos os produtos, insumos ou produtos finais, com a possível exceção de indústrias nascentes. Fica claro que a proposta é a de uma nova rodada de abertura, no sentido de continuidade às reformas neoliberais praticas ao longo da década de 1990.

Também a corrente da Casa das Garças, ao preconizar reforma fiscal via corte de despesas, explicitamente admite um intervencionismo estatal menor do que o atual. Em geral, recomenda cortes de despesas de custeio, o que levaria certamente a menores gastos com saúde, educação, políticas sociais, inovação etc. Ou seja, a proposta indiretamente sugere cortes em políticas sociais redistributivas, distanciando-se das priorizadas pelos últimos governos e aproximando-

se novamente da praticada ao longo da década de 1990. Nesse sentido, o pilar intervencionista na corrente da Casa das Garças é minimizado. O Estado a priori é tratado como ineficiente e a maneira de reduzir sua ineficiência é reduzir gastos. Diante destas evidências, não caracterizamos esta corrente como intervencionista de Estado, pois distancia-se do *core* do conceito de Fonseca (2014).

3.2.3 Sobre Industrialização

A terceira característica presente no núcleo comum principal, a industrialização – “como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico” de modo que haja aumento da produção e da produtividade, fazendo deste o ponto central da estratégia econômica e se afastando da ortodoxia, que prima pela estabilidade (FONSECA, 2014, p. 41) – apesar de também estar presente nos três modelos, merece mais cuidado. Em Bielschowsky é a demanda interna que será trabalhada e deverá ser seguida pelo investimento, principalmente em bens de consumo e em infraestrutura, sendo então aproveitada pelos encadeamentos produtivos. Ao mesmo tempo que se preocupa com a “reprimarização” espera o fortalecimento das atividades primárias e dos serviços. Todavia, para essa corrente a indústria segue sendo o setor mais estratégico.

Para Bresser-Pereira a política econômica tem de buscar fortalecer a indústria ao tratar dos gargalos, interno e externo, da demanda. No mesmo sentido, José Luis Oreiro possui inúmeros artigos acadêmicos procurando defender a indústria como um setor chave do crescimento. Nestes termos, são críticos ao processo de desindustrialização brasileiro em marcha nas últimas décadas.

Já em Bacha é clara a proposta de maior integração da indústria brasileira no comércio mundial, seja ela de domínio nacional ou não, mas o foco parece estar muito mais em criar uma atmosfera ideal para o desenvolvimento de atividades lucrativas – exportação de *commodities*, de oferta de serviços ou de manufaturados, não há prioridade – na qual o governo deve conter sua ação à reforma fiscal, à manutenção de um câmbio favorável à exportação e não ao protecionismo. Devido à diversificação e escala da economia brasileira, Bacha defende a integração por esses três setores⁴¹.

⁴¹ Na verdade, os principais expoentes da Casa das Garças abertamente não consideram a indústria um setor especial para a instituição de uma estratégia de

Também, em livro organizado por Edmar Bacha e Mônica Baumgartem de Bolle (2013), intitulado *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*, transparece a ideia de que existe o fenômeno da desindustrialização no Brasil, mas que ele não é problemático. Na verdade, os autores chegam a perceber o fenômeno como salutar, como um processo de ajuste já que a economia brasileira até a década de 1980 encontrava-se sobreindustrializada para os padrões normais da época. Bonelli, Pessôa e Matos (2013, p. 71) chegam a conclusão de que

os exercícios econométricos confirmam a existência de uma indústria com peso muito acima do normal de meados dos anos 1970 até a segunda metade dos anos 1980. A partir daí, ela converge para o padrão normal.

A sobreindustrialização ocorrida até a década de 1980 é denominada de “doença soviética”. Nesse sentido, na contramão de toda a literatura que critica o ajuste neoliberal ocorrido nos anos 1990, os autores entendem essa década como benéfica, já que o abrupto processo de abertura comercial e financeira teria “curado” o Brasil de sua “doença soviética”. Assim, a desindustrialização teria sido salutar, já que possibilitou ao país a convergência para a média internacional de participação da indústria no PIB.

Considera-se relevante que os defensores do benéfico processo de “ajustamento brasileiro” em direção à média mundial de participação manufatureira no PIB respondam duas questões relevantes: 1) Por que quando o Brasil converge para a média mundial de participação da manufatura no PIB, próxima a média das economias desenvolvidas, também não converge sua renda per capita ao nível destes países?; 2) Por que os países que estiveram “sobreindustrializados” (ou sofrendo com a maldição da “doença soviética”) nas últimas décadas apresentaram taxas de crescimento da renda per capita e do PIB

desenvolvimento. Em artigo recente para o Jornal Folha de São Paulo, intitulado “Indústria e câmbio, a missão”, do dia 23/03/2014, Samuel Pessôa afirma categoricamente sua posição a respeito da indústria de transformação: “Não há evidência de que a indústria de transformação seja especial sob algum critério. Isto é, não há evidência de que o retorno social da atividade industrial seja maior do que o da agricultura o da pecuária, o da indústria extrativa mineral ou o das diversas atividades do setor de serviços”.

substancialmente mais elevadas que os países que se “ajustaram”? O fato estilizado das trajetórias nacionais de desenvolvimento, conforme atesta Rodrik (2006), sugere que a melhor estratégia para se alcançar níveis elevados de renda per capita para um país em desenvolvimento é encontrar-se “sobreindustrializado”.

No modelo de integração da CdG encontra-se uma estratégia para o País que não enfatiza suficientemente a indústria como carro chefe da economia, apesar de não descartá-la. Se este é o caso, de acordo com a definição de desenvolvimentismo que se adota, apenas as estratégias do social-desenvolvimentismo e do novo-desenvolvimentismo podem ser caracterizadas como estratégias desenvolvimentistas para o Brasil⁴². O Quadro 2 a seguir explicita nosso entendimento:

Quadro 2 – Presença das características definidoras do desenvolvimentismo

	Projeto nacional	Intervenção consciente estatal	Industrialização
Social-desenvolvimentismo	SIM	SIM	SIM
Novo-desenvolvimentismo	SIM	SIM	SIM
Modelo de integração CdG/FGV	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: Elaboração própria (2015).

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do que se entende como desenvolvimentismo, vimos que há estratégias presentes na academia que nem sequer se enquadram no conceito. Viu-se que para poderem ser caracterizadas como desenvolvimentistas, as estratégias precisam conter os três pilares básicos do núcleo do conceito: projeto nacional, intervencionismo e industrialização. Apesar de todas elas, por si só, poderem ser

⁴² O resultado quanto à estratégia novo-desenvolvimentista vai ao encontro do que Mollo e Fonseca (2013) realizaram ao compará-la ao nacional-desenvolvimentismo utilizando dessas três características que formam seu núcleo duro.

consideradas projetos nacionais, o resultado quanto às outras variáveis difere bastante. O grau de intervencionismo é muito maior no caso do social-desenvolvimentismo, no qual o Estado é um agente indutor do investimento. No novo-desenvolvimentismo o capital privado tem participação maior e o grau de intervenção estatal está mais relacionado ao controle dos preços macroeconômicos. Já o modelo de integração da CdG defende uma eficiência econômica que não vai ao encontro da intervenção estatal, transparecendo a ideia de um projeto nacional que promova uma nova rodada de liberalização comercial, tal qual imaginada e praticada nos anos 1990. Quanto à industrialização, este seria o setor estratégico tanto do social quanto do novo-desenvolvimentismo. Já para Bacha, o foco não parece estar no setor industrial, mas na criação de uma atmosfera ideal para o desenvolvimento de atividades lucrativas conectadas ao comércio mundial, sejam elas a exportação de manufaturados, de serviços ou de *commodities*.

Buscou-se mostrar também que as duas estratégias desenvolvimentistas em debate têm prós e contras e que para o benefício do objetivo maior do desenvolvimento nacional, alguns de seus pontos deveriam ser mesclados, obtendo-se uma evolução na abordagem ao se destacar a problemática das mudanças tecnológicas e institucionais. Reconhece-se que o Brasil deve se valer de sua demanda interna, mas não unicamente. Deve sim se inserir competitivamente no exterior, mas sem que isso signifique dar incentivos ao capital em detrimento do proletariado do País, ou mesmo implementando medidas de cunho austero que malogrem os ganhos reais dos trabalhadores. Já observamos, não faz muito tempo, que realizar crescimento econômico às custas dos menos abastados é qualquer coisa que não o desenvolvimento econômico. É, vale lembrar as palavras de Celso Furtado, realizar “transmutação dos meios em fins”. Os fins deveriam começar a ficar mais claros para todos – como o bem-estar social e a “liberdade” no sentido de Amartya Sen (2003). O debate sobre os meios de obtê-los há de engrandecer se voltarmos àquele que melhor pensou nossa realidade.

Por fim, cabe destacar que o Brasil conseguiu mudar sua posição no sistema interestatal, de condição periférica para semiperiférica (ARRIGHI, 1997), a partir da década de 1930, com políticas desenvolvimentistas conscientes pró-industrialização. Aquele período histórico também foi caracterizado pela grande depressão, crise do *laissez faire* e pela transição de hegemonia econômica mundial (da britânica para a norte-americana). Atualmente, o período atual apresenta

semelhanças com o anterior: crise da ideologia neoliberal, estagnação nos países avançados, declínio econômico da potência hegemônica (EUA) e retomada de políticas desenvolvimentistas em países periféricos (AREND, 2013). Seria o momento de uma nova mudança de posição do Brasil no sistema interestatal, de condição semiperiférica para núcleo orgânico?

Aceito que se pode classificar as estratégias estudadas de acordo com o conceito de “desenvolvimentismo”, seria interessante destacar alguns de seus pontos fundamentais para colaborar no avanço da discussão. O Capítulo 5 procurará realizar essa tarefa ao incorporar a teoria furtadiana estudada no capítulo anterior. Antes, é importante ter uma ideia da posição brasileira no esforço para sair da situação semiperiférica. O próximo capítulo trata desse ponto.

4 ANÁLISE DOS AVANÇOS BRASILEIROS NA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO

No Capítulo 2 viu-se que Furtado trata a condição subdesenvolvida como um reflexo da inserção da maioria dos países de forma atrasada e periférica nas relações internacionais. Os países subdesenvolvidos se encontram desde então em uma situação dependente perante os países centrais. Avançar na busca pela superação do subdesenvolvimento, portanto deve compreender a suspensão das relações desiguais de poder econômico.

Furtado (1978) lista cinco recursos de poder com os quais os países periféricos poderiam contar para diminuir sua dependência. Ter maior controle da tecnologia, de recursos financeiros, de seus mercados internos, de seus estoques de recursos não-renováveis e de sua mão de obra barata pode representar maior capacidade de ação e planejamento de longo prazo para projetos desenvolvimentistas.

É claro que planejar as ações para o desenvolvimento só faz sentido se houver um debate sobre as reais necessidades de transformação da sociedade e dos desafios que se colocam diante dela. Por esta razão é importante atentar para algumas características da estrutura produtiva brasileira que parecem impedir avanços concretos para a economia quanto a uma inserção internacional mais responsável. Como ver-se-á a seguir, a economia brasileira ainda se encontra bastante centrada na exportação de *commodities*, que ganha espaço sobre o setor industrial.

A primeira parte deste capítulo indica algumas características produtivas da economia brasileira, como a especialização em produtos primários e o processo de desindustrialização, que tendem a ter influência na restrição externa e revelam indícios da subordinação tecnológica e cultural de nossa estrutura produtiva. Na segunda seção reconhecem-se avanços recentes do Brasil em relação aos recursos de poder listados por Furtado. A terceira parte traz reflexões finais sobre o tópico.

4.1 A ATUAL CONJUNTURA EXTERNA PARA O BRASIL: DÉFICES E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Nesta sessão estão colocados alguns indícios que mostram as dificuldades geradas pela especialização primária e pelo tipo de integração periférica da economia brasileira no comércio mundial,

situações que precisam ser revertidas se ambicionamos diminuir nossa posição dependente no cenário internacional. Carneiro (2012) busca averiguar até que ponto a recente elevação dos preços das *commodities*⁴³ pode apontar dúvidas sobre a validade da tendência histórica de declínio dos preços desses produtos, sobre as desvantagens de países periféricos neles se especializarem e sobre a possibilidade de alta os credenciar no processo de desenvolvimento econômico.

Deixando clara sua posição já no início do texto, o autor evidencia que os países subdesenvolvidos que tiveram mais sucesso no processo de *catching up* no último quarto do século passado foram aqueles que diversificaram sua produção. Os países asiáticos em desenvolvimento cresceram a uma taxa três vezes maior que a dos países latino-americanos, mesmo neste milênio, quando os preços das *commodities* subiram. Já este último grupo optou por uma estratégia de rápida abertura e integração passiva que o conduziu a uma re-especialização produtiva em recursos naturais.

A tendência histórica de declínio dos preços de produtos primários se mostra menos clara para produtos com oferta monopolizada, como o petróleo e os minerais; porém, numa análise de longo prazo, o autor relativiza o atual aumento de modo que a atual elevação desses preços apenas dificulta a manifestação da tendência histórica. Alguns fatores que contribuem para a sua não manifestação são a demanda asiática, especialmente da China, a dificuldade do controle dos estoques de produtos e sua diminuição e a financeirização das *commodities*, num processo que as transformou em ativos sujeitos a especulações nos mercados futuros, o que implicou volatilidade e aumento nos preços.

Carneiro (2012) relembra que são dois os principais problemas de especializar-se em produtos primários, como mostrou a hipótese Prebisch-Singer: há a deterioração dos termos de troca e a excessiva volatilidade dos preços no curto e médio prazos, que reduz taxas de investimento e o crescimento a longo prazo. Colocados todos esses elementos na balança, o autor não vê a corrente especialização na produção de *commodities* como uma solução para o desenvolvimento de longo prazo. Com o intuito de diminuir a especialização e conseqüente fragilidade perante os choques externos dos preços, faz-se necessária

⁴³ O autor adota o conceito de Sinott (2010), para quem as *commodities* são produtos indiferenciados, com elevado conteúdo natural e baixo processamento industrial.

uma intervenção de modo a administrar a taxa de câmbio, constituindo um fundo de divisas com recursos da tributação de exportações de bens primários. Para ele, a solução ainda passa pela industrialização e pela diversificação produtiva. As atividades industriais têm maior potencial de diversificação ante as atividades primárias na busca por adicionar valor agregado aos produtos, maior capacidade de espraiamento tecnológico para as demais atividades, além de melhor se encadear com elas, defende.

Em tempo, o recente trabalho de Prado, Torraca e de Lima e Silva (2014) analisa o período 1977-2011 e defende que a teoria da tendência à deterioração dos termos de troca ainda é válida, mesmo levando em conta o aumento no preço das *commodities* neste milênio. Segundo eles a queda nos termos de troca se manteve uma vez que os produtos de média e alta tecnologia também se valorizaram.

Arend (2014) chama atenção para um fenômeno que vem acontecendo nas últimas três décadas no cenário econômico, um “processo de reconfiguração geográfica da produção manufatureira global”. A produção manufatureira de países centrais tem perdido espaço para a produção manufatureira de países em desenvolvimento – estes passaram de 10% da produção mundial em 1970 para 40% em 2010 –, em especial, para países concentrados na Ásia. Avessas a esse movimento, as economias latino-americanas perdem espaço no comércio internacional e veem as distâncias no processo de convergência do desenvolvimento aumentarem. O dinamismo industrial dos países asiáticos pode ser ilustrado em comparação com o desempenho brasileiro: em 1970 nossa indústria era 10% maior que as indústrias de China, Malásia, Coreia do Sul e Tailândia juntas; mas em 2010 a indústria brasileira só representou 7% do total dos quatro países (ARENDA, 2014).

Defende o autor que setores dinâmicos, com competitividade no exterior tendem a possuir uma maior elasticidade-renda das exportações e, além de se beneficiarem da demanda internacional, conseguem difundir progresso técnico na indústria interna. Não possuir tais setores pode significar manter uma matriz industrial atrasada que, ao repor capitais e insumos, uma vez que acometida pela dependência tecnológica, amplia o problema de restrição externa ao crescimento. Mesmo que os avanços tecnológicos aconteçam nos países centrais, os países periféricos acabam modificando sua elasticidade-renda de importações. A não-internalização de empresas no estado da arte na tecnologia permitirá que boa parte da renda interna escape.

As indicações da reprimarização da economia brasileira nos levam imediatamente à discussão sobre a precocidade do aparecimento do fenômeno de desindustrialização no Brasil. Marcos e Rocha (2012) defendem que esse fenômeno vem ocorrendo de forma precoce em virtude de mudanças no paradigma tecnológico, do deslocamento de etapas da cadeia produtiva para países com mão de obra mais barata, da política econômica adotada a partir dos anos 1980 e da ocorrência de doença holandesa. Eles mostram que o ponto de máximo da participação de manufatura no PIB ocorreu nos anos 1970 nos países latino-americanos, quando o PIB per capita estava ao redor de 5 mil dólares, enquanto nos países desenvolvidos esse fenômeno se observou quando a renda per capita estava entre 10 e 15 mil dólares.

Arend (2014) informa que nos países avançados nos quais o processo teria se dado de forma natural, a manufatura caiu para menos de um quarto do PIB somente quando a renda per capita estava ao redor de US\$ 20.000, sendo que a renda continuou crescendo e hoje está por volta dos US\$ 30.000. Por suas contas o Brasil inicia seu processo de desindustrialização com renda per capita em torno de US\$ 4.000, na década de 1980 e, não conseguindo avanço, se mantém hoje em US\$ 4.300, cerca de 10% da renda de países como EUA, Japão e Reino Unido. Nos primeiros NICs asiáticos o processo só começou a acontecer na década de 1990 e em 2010 ainda apresentou mais de 25% de participação das manufaturas no PIB, quando sua renda per capita foi da ordem de US\$ 22.000.

Arend (2014) elabora um índice, o Indicador de Desindustrialização Relativa Internacional (DRI), que pode ser maior que um (>1) se o país está se industrializando a uma taxa mais elevada que o país/região referência ou ser menor que um (<1) se o país está se desindustrializando a uma taxa mais elevada que o país/região referência. Em 2010 o Brasil apresentou DRI de 0,65, o que significa que no período 1980-2010 a indústria brasileira teve, em termos relativos, apenas 65% do desempenho da indústria mundial caracterizando, conclui, um *falling behind* manufatureiro nas últimas três décadas.

Numa perspectiva diferente dos autores acima, Bonelli, Pessôa e Matos (2013) primeiramente relativizam o grau de desindustrialização que se nota quando analisados os dados do IBGE, dado que foram realizadas mudanças metodológicas. Entendida por eles como a perda de peso da indústria no PIB a preços constantes, a desindustrialização brasileira teria começado na década de 1970 e avançado até os dias de

hoje. Para dados de 170 países, no período de 1970 a 2010, a variável de participação percentual da indústria no PIB apontou para a não uniformidade entre eles do grau de desindustrialização. Na Ásia, não houve desindustrialização por causa única da China. Na Europa Central e Oriente Médio o fenômeno afetou apenas certos países. A perda de peso da indústria se mostrou mais clara para países da OCDE e América Latina. Numa análise *cross section* os autores compararam economias em subperíodos determinados e tomaram como desindustrialização o resíduo da regressão no que diz respeito a um país especificamente, ou seja, haveria desindustrialização se a participação da indústria no produto ficasse sistematicamente menor do que a norma internacional. Assim, os autores chegaram à conclusão de que o Brasil, na verdade, teve uma indústria com peso muito acima da norma (o que caracterizaria uma doença soviética) entre meados da década de 1970 e segunda metade dos anos 1980, e só então convergiu para o padrão normal e apresentando pequena queda a partir de meados dos anos 1990.

Uma boa aproximação para entender o tipo de inserção da economia brasileira no mercado mundial é através da ferramenta das cadeias globais de valor (CGVs). O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2013a) nos diz que uma *cadeia de valor* representa todos os agentes envolvidos em todas as fases da produção de um bem ou serviço até a sua venda. Uma cadeia de valor global designa cadeias de valor pelo mundo, o que pode se dar através de distribuição de estágios de produção das firmas em diversos países ou pela terceirização de parte da cadeia para parceiros externos. Ao se verificar a parcela de insumos estrangeiros contidos nas exportações de um país temos um indicador para trás da cadeia produtiva. A parcela de insumos produzidos num país contidos nas exportações de outros países nos dá um indicador para frente. Somando esses dois temos uma aproximação de um índice de participação nas CGVs.

O Brasil apresenta índice para trás de menos de 10%, indicando que a economia brasileira tem a característica de ser

fechada, ou porque é forte na produção doméstica de matérias primas e bens intermediários, ou porque produz relativamente poucos bens que demandam componentes vindos do exterior ou ainda porque somos uma economia protegida (IEDI, 2013a, p. 1).

E possui índice para frente de cerca de 20%, “segunda maior entre os países em desenvolvimento, principalmente por conta das exportações de insumos e matérias-primas” (IEDI, 2013a, p. 1), totalizando uma participação total de 30%, bem abaixo da média global, de 57%, dados de 2009.

Parte central da distribuição das CGVs é o investimento. A dinâmica da mundialização do capital potencializou o investimento estrangeiro direto (IED) de modo que nas últimas duas décadas o IED cresceu mais rapidamente do que o PIB e o comércio mundiais. Porém o modo como ele se deu nos países em desenvolvimento foi bastante distinto e geograficamente seletivo. Existem basicamente dois tipos de IED, que são o *greenfield*, que provoca ampliação imediata da capacidade produtiva, e o patrimonial, que compra ativos já existentes no país. O primeiro se dirigiu em maior quantidade para os países asiáticos e exerceu grande influência no processo de transformação industrial daqueles países diante do novo paradigma da microeletrônica. O segundo tipo se concentrou na América Latina, em busca das áreas inseridas no paradigma anterior, pouco contribuindo para alterar a estrutura produtiva desses países (AREND, 2014).

No Sul Ocidental as empresas multinacionais aproveitaram-se da oferta de mão de obra barata, do acesso a matérias-primas e do mercado interno, mas não permitiram o domínio técnico que os países do leste asiático conseguiram e que agora os permite desfrutar de sua capacidade tecnológica para produzir os bens mais demandados no comércio mundial. A sugestão de política econômica do IEDI (2013b) é que o governo deveria estimular seletivamente a participação das empresas nas CGVs, de acordo com os objetivos do desenvolvimento.

Analisa-se então como se comportou o Balanço de Pagamentos brasileiro e, em especial, a conta de transações correntes na última década. Isso poderá indicar algumas tendências problemáticas de nossa inserção internacional. Na Tabela 1 a seguir nota-se que as importações e exportações de bens cresceram consideravelmente até 2011 e no biênio seguinte se mantiveram altas, porém sem grandes incrementos ou com alguma queda. Em 2013 as exportações ficaram estagnadas em relação ao ano anterior, o que não aconteceu com as importações, levando a um saldo na balança comercial (1) 7,6 vezes menor que o saldo de 2012 e o menor nível do período. A diminuição do saldo da balança comercial parece indicar certa diminuição da fortuita maré positiva dos altos preços das *commodities*.

O balanço de serviços e rendas (2) é o principal responsável pelo déficit em transações correntes (4). Nota-se em sua composição a considerável evolução do saldo negativo dos serviços (fretes, seguros, turismo etc), que em 2003 era 3,8 vezes menor que o déficit na conta de rendas (remessas e recebimentos de juros e lucros etc), mas no final do período foi cerca de 20% maior que esta. O saldo em transações correntes se apresentou positivo até 2007, quando começou a queda que alcançou 81,4 bilhões de dólares em 2013. Seria a restrição externa começando a se manifestar? Como em 2013 a conta capital e financeira não pôde fazer frente à queda, pela primeira vez nos últimos anos tivemos um déficit no Balanço de Pagamentos, tendo o governo de utilizar cerca de US\$ 6 bilhões em reservas para saldá-lo.

Tabela 1 – Balanço de Pagamentos do Brasil, 2003-2013, em US\$ milhões

Conta	Ano										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
(1) Balança comercial (FOB)	24794	33641	44703	46457	40032	24836	25290	20147	29793	19395	2558
Exportação de bens	73084	96475	118308	137807	160649	197942	152995	201915	256040	242578	242179
Importação de bens	-48290	-	-73606	-91351	-	-	-	-	-	-	-
(2) Serviços e rendas (líquido)	-23483	25198	-34276	-37120	-42510	-57252	-52930	-70322	-85251	-76489	-87296
Serviços	-4931	-4678	-8309	-9640	-13219	-16690	-19245	-30835	-37932	-41042	-47523
Rendas	-18552	-	-25967	-27480	-29291	-40562	-33684	-39486	-47319	-35448	-39772
(3) Transf. Unilat. correntes	2867	3236	3558	4306	4029	4224	3338	2902	2984	2846	3364
(4) TRANS. CORRENT. (1)+(2)+(3)	4177	11679	13985	13643	1551	-28192	-24302	-47273	-52473	-54249	-81374
(5) CONTA CAPITAL E FINANC. Conta capital financeira	5111	-7523	-9464	16299	89086	29352	71301	99912	112381	70010	73778
Investim. direto	498	372	663	869	756	1055	1129	1119	1573	-1877	1194
Investim. em carteira	4613	-7895	-10127	15430	88330	28297	70172	98793	110808	71886	72583
Derivativos	9894	8339	12550	-9380	27518	24601	36033	36919	67689	68093	67541
Outros investim.	5308	-4750	4885	9081	48390	1133	50283	63011	35311	8770	25830
(6) ERROS E OMISSÕES RESULT. DO BALANÇO (4)+(5)+(6)	-151	-677	-40	41	-710	-312	156	-112	3	25	110
	-10438	10806	-27521	15688	13131	2875	-16300	-1024	7805	-5001	-20898
	-793	-1912	-201	628	-3152	1809	-347	-3538	-1271	3138	1670
	8496	2244	4319	30569	87484	2969	46651	49101	58637	18900	-5926

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil (2015).

Como descrito em Arend (2014), enquanto os países desenvolvidos⁴⁴ transformaram sua estrutura produtiva para se adequar ao complexo eletrônico – mercadorias mais demandas no comércio

⁴⁴ Casos como o dos Estados Unidos apresentaram peso superior a 50% da matriz produtiva em 2009.

global⁴⁵ –, o Brasil (3% da matriz produtiva em 2000, caindo para 2% em 2009) permanece e se intensifica em setores intensivos em mão de obra e em recursos naturais (74% do parque industrial em 2010) e, em menor grau, no setor fordista (23% em 2010). O autor atribui o peso de tais setores ao direcionamento de investimento nessas áreas, inclusive IED, em especial nos derivados de petróleo, na extração de minérios e combustíveis fósseis⁴⁶.

Na Tabela 2 abaixo está apresentada a lista dos principais produtos exportados em 2013. Nota-se a predominância de produtos com baixo valor agregado.

⁴⁵ Segundo Arend (2014, p. 382), dados da Organização Mundial de Comércio mostram que “os produtos manufaturados apresentam ganhos crescentes de participação no total das importações mundiais, pois representavam aproximadamente 50% das importações em 1980, e chegaram na década de 2000, a representar 75% do total das mercadorias importadas no mundo”; em especial, os produtos típicos da microeletrônica.

⁴⁶ Os grupos industriais de *commodities* e fordistas destacados pelo autor elevaram sua participação na estrutura produtiva nacional de 16,4% em 1996 para 36,3% em 2010.

Tabela 2 – Principais produtos exportados, em porcentagem, 2013

Produto	Participação
Minérios	14,5
Material de transporte	13,0
Complexo da soja	12,8
Petróleo e combustíveis	9,2
Carnes	6,7
Químicos	6,0
Açúcar e etanol	5,7
Produtos metalúrgicos	5,5
Máquinas e equipamentos	3,7
Papel e celulose	3,0
Café	2,2
Equipamentos elétricos	1,8
Calçados e couro	1,6
Fumo e sucedâneos	1,4
Metais e pedras preciosas	1,3

Fonte: SECEX/MDIC.

Portanto, em matéria de exportação, o Brasil se especializa em parcela da demanda internacional com tendência de queda. E, para piorar, sendo os produtos manufaturados (máquinas e equipamentos de transporte) os bens mais demandados internacionalmente, o Brasil se especializa, considerando esse setor, em automotivos, que é a parte dessas manufaturas em se encontra em queda nas importações mundiais. Logo, não será essa estrutura produtiva aquela que contribuirá para uma melhor inserção do País na economia global.

Quanto às importações, segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (SECEX/MDIC) (BRASIL, 2014), em 2013 a aquisição de matérias primas e bens intermediários industriais representou 44,4% do total, a compra de bens de capital, 21,6%, os bens de consumo alcançaram 17,1% e combustíveis e lubrificantes, 16,9%. A Tabela 3 abaixo mostra os principais produtos importados em 2013. Confirma-se assim a demanda por produtos do complexo eletrônico e do metal-mecânico.

Tabela 3 – Principais produtos importados, em porcentagem, 2013

Produto	Participação
Combustíveis e lubrificantes	19,1
Equipamentos mecânicos	14,9
Equipamentos elétricos e eletrônicos	11,8
Automóveis e partes	9,4
Químicos orgânicos e inorgânicos	5,5
Fertilizantes	3,7
Plásticos e obras	3,7
Ferro, aço e obras	3,3
Farmacêuticos	3,1
Instrumentos de óptica e precisão	3,0
Borracha e obras	2,1
Cereais e produtos de moagem	2,0
Aeronaves e peças	1,6
Filamentos e fibras sintéticas e artificiais	1,2
Cobre e suas obras	1,0

Fonte: SECEX/MDIC.

4.2 AVANÇOS BRASILEIROS QUANTO AOS RECURSOS DE PODER

Pela primeira vez neste trabalho parte-se da análise do plano das ideias para o plano das práticas. Isto é, analisando dados que remetem ao controle dos cinco recursos de poder para enfrentar a dependência que listamos no Capítulo 2 e que são importantes para o “desenvolvimentismo endógeno” furtadiano, verificaremos a situação atual e os avanços brasileiros nesses quesitos. Em especial, daremos atenção aos últimos treze anos, que remetem à passagem ao governo do Partido dos Trabalhadores.

Consideramos e mostramos evidências anteriormente sobre a aproximação teórica e política entre o social-desenvolvimentismo e o PT. Portanto assume-se que a partir de 2003 com a eleição de Lula para a presidência a estratégia econômica que foi se estabelecendo aproximasse do que hoje se chama social-desenvolvimentismo.

Primeiramente, há que se fazer notar que entre elaborar um plano de ação desenvolvimentista e implementá-lo, há um hiato que não pode ser medido. Interferências externas, pressões internas, “governabilidade”, tudo isso pode contribuir para a não possibilidade de se colocar em prática o que tenha sido pensado anteriormente.

Como o que Furtado entende por desenvolvimento vai além de variações de dados estatísticos, esta análise tem a pretensão apenas de ilustrar avanços e também certas incongruências de nossa situação atual. Para fazer face ao grande poder econômico que as grandes empresas e grandes grupos financeiros exercem globalmente, os Estados da periferia precisam se fortalecer em recursos reais de poder para organizar suas ações de longo prazo.

4.2.1 O controle da tecnologia

Ter controle da tecnologia significa ocupar posição dominante na luta pelo excedente. O momento atual no qual o paradigma das tecnologias de informação e comunicação dá mostras de declínio e o futuro paradigma ainda não se estabeleceu pode ser a oportunidade para os países periféricos buscarem se fortalecer quanto a esse recurso de poder (PÉREZ, 2010).

Na Tabela 4 a seguir verifica-se, através de pedidos de patentes, a busca de alguns países pelo domínio tecnológico em três grandes áreas: as tecnologias de informação e comunicação, a nanotecnologia e a biotecnologia. Como pode-se comprovar, os países mais desenvolvidos apresentam um número significativamente mais elevado de pedidos em todas essas áreas. No Capítulo 5 a seguir argumentar-se-á que a área de biotecnologia tem um papel estratégico para o desenvolvimento econômico. Os EUA aumentaram o número de pedidos de patente em biotecnologia, chegando a mais de 4 mil em 2010. O Brasil também aumentou os pedidos nessa área, mas no mesmo ano apresentou apenas cerca de quarenta pedidos.

Tabela 4 – Pedidos de patentes de acordo com o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, nas áreas da Tecnologia da Informação e Comunicação, Nanotecnologia e Biotecnologia, segundo países selecionados e de residência do inventor e data de prioridade, 2004, 2007 e 2010

País	Ano								
	2004			2007			2010		
	TIC	Nano	Bio	TIC	Nano	Bio	TIC	Nano	Bio
África do Sul	77,7	1	10,3	69,9	1	17,6	66,8	4	13,4
Alemanha	4347	165,1	897,9	4207,7	186,9	885	3952,4	107,2	682,2
Argentina	11,4	0	5,2	14,1	0,6	12,1	12,2	1	4,6
Austrália	584,2	17,9	175,6	529,2	17,5	212	477,9	15,8	167,5
Brasil	64	3,1	22,3	65,5	5,5	35,5	80,8	3	42,6
Canadá	931,9	30,2	267	1312,9	34,5	333	1145,6	31,4	232,7
Cazaquistão	4	0	0	2	0	0	4,3	1	1
Chile	2,7	0	1,4	1,7	2	7,9	11,5	0	8,4
China	1020	15,5	141,6	3380,8	16,2	196	6004	38	419
Coreia do Sul	1878	60,5	207	3445,7	94,3	313	4225,5	141,6	448
Estados Unidos	18032	895,9	4573	19286	688,8	4521	16545	584,4	4070
Índia	153,9	7,8	72,5	317,8	10,1	75,5	471,4	19	114,2
Indonésia	4,9	0	1,5	0,9	0,3	1	1,5	0	2
Japão	11116	399,2	1438	12007	502,6	1116	15829	316	1218
México	14,5	2,8	7,7	22,4	3,3	9	23,2	1,8	6,9
Rússia	203,3	8,5	32,5	191,2	11,5	69,8	211,1	15,7	61,3
Turquia	22,4	1,2	3	47,5	0	2	58,3	0,3	4,4
Venezuela	0	0	0	2,3	0	0,2	0	0	0,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OCDE.

Analisando o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil, verifica-se que o País acompanhou elevação gradual de percentual do PIB investido, alcançado 1,24% em 2012, de acordo com a Tabela 5 a seguir. Porém essa razão ainda é baixa se comparada com países como Japão (3,35%) e Coreia do Sul (4,3%).

Tabela 5 – Percentagem do PIB investida em P&D, segundo países selecionados, 2002-2012

País	Ano										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
África do Sul	-	0,79	0,85	0,9	0,93	0,92	0,93	0,87	0,76	0,76	-
Alemanha	2,5	2,54	2,5	2,51	2,54	2,53	2,69	2,82	2,8	2,89	2,98
Argentina	0,39	0,41	0,44	0,46	0,5	0,51	0,52	0,6	0,62	0,65	0,74
Austrália	1,65	-	1,73	-	2	-	2,25	-	2,19	-	-
Brasil	1,02	1,01	0,97	1,01	1	1,11	1,16	1,15	1,2	1,2	1,24
Canadá	1,99	1,99	2,01	1,99	1,96	1,92	1,87	1,92	1,82	1,74	1,69
China	1,07	1,13	1,23	1,32	1,39	1,4	1,47	1,7	1,76	1,84	1,98
Cingapura	2,1	2,05	2,13	2,19	2,16	2,36	2,65	2,18	2,04	2,17	2,04
Coreia do Sul	2,4	2,49	2,68	2,79	3,01	3,21	3,36	3,56	3,74	4,04	4,36
Espanha	0,99	1,05	1,06	1,12	1,2	1,27	1,35	1,39	1,4	1,36	1,3
Estados Unidos	2,55	2,55	2,49	2,51	2,55	2,63	2,77	2,82	2,74	2,76	2,79
França	2,24	2,18	2,16	2,11	2,11	2,08	2,12	2,27	2,24	2,25	2,29
Índia	0,79	0,77	0,77	0,81	0,88	0,87	0,86	0,89	0,87	0,87	0,88
Itália	1,12	1,1	1,09	1,09	1,13	1,17	1,21	1,26	1,26	1,25	1,27
Japão	3,12	3,14	3,13	3,31	3,41	3,46	3,47	3,36	3,25	3,38	3,35
México	0,39	0,39	0,39	0,4	0,37	0,37	0,4	0,43	0,45	0,43	-
Portugal	0,73	0,71	0,74	0,78	0,99	1,17	1,5	1,64	1,59	1,52	1,5
Reino Unido	1,78	1,73	1,67	1,7	1,72	1,75	1,75	1,82	1,77	1,78	1,73
Rússia	1,25	1,29	1,15	1,07	1,07	1,12	1,04	1,25	1,13	1,09	1,12

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia.

Um aspecto importante na busca por controle da tecnologia é o investimento em educação superior. Por isso destaca-se que desde 2003 foram criadas 18 Instituições Federais de Ensino Superior, chegando o País a 63 IFES em 2013 (dados do MEC). Na Tabela 6 a seguir vemos a evolução do número de bolsas de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) concedidas no País. Em 2002 foram cerca de 13 mil bolsas, chegando em 2012 a mais de 77 mil.

Tabela 6 – Número de bolsas de pós-graduação concedidas, 2002-2012

	Ano										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de bolsas	13013	27360	27847	27896	32199	32070	42305	47153	58032	71957	77757

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MEC.

Gonçalves (2012) argumenta que a partir dos anos 2000 houve aumento da dependência tecnológica no País. Ele mostra um índice que relaciona as despesas com importação de bens e serviços intensivos em tecnologia e os gastos com CIÊNCIA E TECNOLOGIA no país. O índice passou de 2,4 em 2002 para 3,7 em 2010.

De uma maneira geral verificamos que há uma tendência de aumento na preocupação com investimento em tecnologia e inovação, porém, ainda muito aquém do esforço dos países já desenvolvidos.

4.2.2 O controle de recursos financeiros

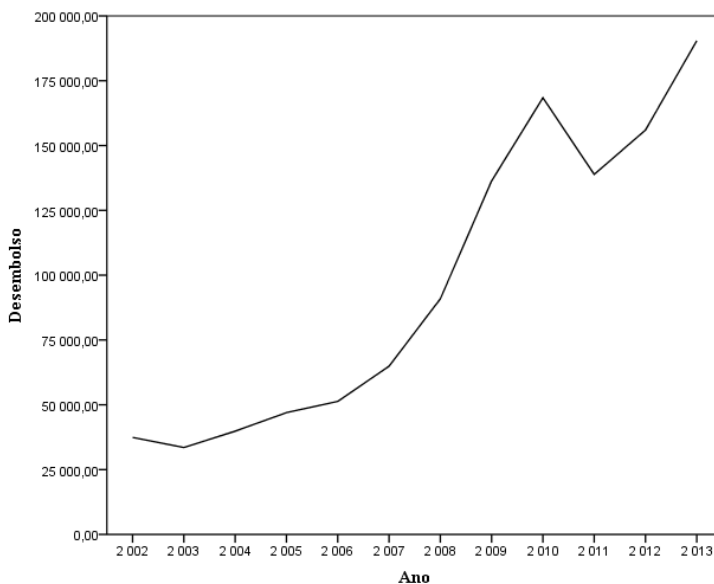
Ter margem de manobra financeira permite aos Estados periféricos utilização dos recursos em projetos de maior prazo, sem que isso signifique seguir políticas econômicas impostas pelos agentes financiadores. Num cenário global de relações comerciais desiguais, isso dá poder ao Estado. Furtado (1978) exalta a capacidade que uns poucos países dependentes tiveram para se organizar e controlar a oferta de petróleo a partir da década de 1970. Nesse sentido, as possibilidades que o Pré-sal oferece são animadoras. Como visto, combustíveis e lubrificantes representaram quase um quinto do total das importações em 2013. Além de ter o potencial de trazer grandes divisas para o País, as novas reservas podem significar menor dependência na importação de derivados.

Outra organização entre países periféricos para controle de recursos financeiros parece se avizinhar. Os países do BRICS vêm mantendo conversas desde 2009 para formar cooperações entre esses países. Apesar de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul ainda não serem um grupo fixo, formalmente constituído, a interação entre seus membros aumenta. Reflexo disso foi o resultado da VI Cúpula, realizada no Brasil, na qual os membros acordaram a constituição de dois

importantes instrumentos financeiros: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o NBD é voltado para financiar projetos em economias emergentes e o ACR para apoiar os países membros em cenários de flutuações do Balanço de Pagamentos.

Já no Brasil o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem papel importante no financiamento do setor produtivo. É o principal agente do Estado na oferta de crédito indutora de investimento produtivo. Em 2002 o banco desembolsou cerca de R\$ 37,4 bilhões, e, numa tendência crescente, disponibilizou R\$ 190 bilhões em 2013.

Gráfico 1 – Evolução dos desembolsos do BNDES, em milhões de R\$, 2002-2013



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES.

Gonçalves (2012), por outro lado, aponta para a crescente vulnerabilidade externa estrutural. Já mostramos que começam a ser apresentar problemas de desequilíbrios de fluxos, já que o financiamento das transações correntes está cada vez mais complicado, caracterizando maior vulnerabilidade externa conjuntural. Ele mostra que há problemas na estrutura, no desequilíbrio de estoques: o passivo externo financeiro

líquido – passivo externo financeiro (passivo externo total do país menos o IED) menos as reservas internacionais – aumenta de US\$ 222 bilhões em 2002 para US\$ 628 bilhões em 2010.

Faz-se necessário então somar capacidades de financiamento para planos de ação estratégica para a economia nacional, sem que isso signifique a adoção de políticas austeras ditadas pelos credores. As possibilidades que se afiguram para o Brasil parecem interessantes no médio prazo quanto ao crédito e, infelizmente, possivelmente se mostrarão oportunas diante da crescente vulnerabilidade externa.

4.2.3 O controle dos mercados internos

Ter controle sobre os próprios mercados internos requer exercer um controle sobre as subsidiárias de empresas do exterior. Significa ter meios para não simplesmente ceder às multinacionais a exploração da demanda interna. O Brasil dispõe de um amplo mercado interno e busca avançar para incluir maior contingente de pessoas ao combater a pobreza e a má distribuição de renda. Ter um grande mercado interno traz possibilidades de poder no comércio global.

De acordo com o modelo de Bielschowsky (2012, p. 730), o “mercado interno de consumo de massas [...] será tanto mais amplo quanto melhor vier a ser a distribuição da renda”. Logo, além de favorecer a expansão do mercado interno, a distribuição da renda representa o enfrentamento da heterogeneidade social. Na Tabela 7 abaixo encontram-se os índices de Gini para desigualdade de renda e a razão entre a renda domiciliar per capita dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.

Tabela 7 – Indicadores de desigualdade de renda, 2002-2013

	Ano										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Razão 10%/40%	22,20	21,42	19,93	19,56	18,71	18,12	17,01	16,66	15,64	15,40	15,28
Gini	0,589	0,583	0,572	0,570	0,563	0,556	0,546	0,543	0,531	0,530	0,527

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA/Pnad.

Pode-se ver que houve avanço em ambos indicadores e que há uma tendência de queda na desigualdade de renda no País que, sabemos,

é bastante elevada. O Uruguai, por exemplo, apresenta índice Gini de 41,3 para 2012 e a Noruega 26.8 para 2010 (dados do Banco Mundial).

Outro aspecto importante para o crescimento da demanda interna, mas sobretudo pelo significado inclusivo que tem, é a luta contra a pobreza. Alguns autores comprovam os avanços intervencionistas obtidos pelo Governo Lula, em especial os relacionados à bandeira da luta contra a pobreza. Singer (2010) afirma que as melhoras efetivas para parcela da população pobre brasileira representam um realinhamento eleitoral em torno dessa agenda, e que não mais poderá ser abandonada “sob o risco de morte política”. Para ele o “lulismo” tende a erradicar a pobreza monetária absoluta num intervalo pequeno de tempo, mas não uma sociedade desigual no mesmo período, pois a tendência de redução da desigualdade se faz lentamente.

Erber (2011) também compartilha da ideia de que a prioridade do combate à pobreza não deve mais sair da agenda desenvolvimentista. Para o autor, contudo, no Governo Lula a convenção mais ligada a essa agenda, a “convenção neo-desenvolvimentista”, que também se baseia em maior atuação do Estado, principalmente em infraestrutura e construção residencial, existiu, mas foi subordinada a uma outra, a “convenção institucionalista restrita”, centrada na teorização neoclássica e defendida pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central.

Na Tabela 8 a seguir vê-se a diminuição da taxa de pobreza⁴⁷ brasileira nos últimos anos. Há uma queda significativa, estando a taxa atualmente em cerca de 16% da população (aproximadamente 30 milhões de pessoas). Número longe de satisfatório, mas com boa tendência de queda.

Tabela 8 – Taxa de pobreza, 2002-2012

	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Taxa de pobreza	34,4	35,8	33,7	30,8	26,8	25,4	22,6	21,4	18,4	15,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA/Pnad

⁴⁷ A taxa de pobreza mostra o percentual de pessoas na população com renda inferior ao dobro da linha da extrema pobreza – calculada pela Organização Mundial de Saúde, representa o valor da cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para uma pessoa.

No caso de outros países periféricos que não dispõem de amplos mercados internos, seriam preciso coligações para que a rivalidade entre eles quanto à localização de atividades econômicas não represente a perda desse recurso. O esforço sul-americano, orientado pelo Brasil (primeiro Governo Lula) à frente do Mercosul, de integrar os mercados do continente vai ao encontro dessa questão.

Na Tabela 9 a seguir encontra-se a percentagem do PIB pela qual o IED corresponde. Nota-se que essa razão vem aumentando no Brasil, chegando a corresponder a 32,2% em 2013, mostrando crescente interesse de investidores estrangeiros na exploração do mercado interno. Diante desse avanço, o Estado deveria buscar selecionar o tipo de investimento mais interessante para seus projetos futuros.

Tabela 9 – Percentagem do IED quanto ao PIB de países selecionados, 2002-2013

País	África do Sul	Argentina	Brasil	China	Índia	Estados Unidos	México	Rússia
Ano								
2002	32,30	42,28	19,93	14,87	5,11	18,29	21,21	20,54
2003	33,92	37,24	24,04	13,84	5,50	21,18	22,92	22,48
2004	36,64	34,29	24,30	12,62	5,32	21,98	25,09	20,69
2005	39,14	30,10	20,56	11,90	5,16	21,38	27,10	23,59
2006	40,97	28,12	20,25	10,47	7,48	23,61	27,72	26,86
2007	46,07	25,75	22,66	9,33	8,77	24,37	28,62	37,78
2008	30,62	23,46	17,40	8,31	9,68	16,78	22,74	12,99
2009	48,86	25,87	24,74	9,27	12,79	20,64	34,17	30,99
2010	49,43	23,89	31,84	9,88	12,06	22,73	34,61	32,17
2011	39,67	21,43	28,12	9,73	10,73	22,45	24,33	23,96
2012	42,55	21,63	33,05	9,96	12,00	24,00	30,52	24,46
2013	39,73	23,21	32,20	10,27	11,78	29,18	30,84	26,85

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Unctad.

Gonçalves (2012) mostra que no Governo Lula houve aumento da dependência em relação às matrizes estrangeiras, caracterizando um processo de desnacionalização. Segundo o autor a razão entre as

remessas de lucros e dividendos ao exterior e o PIB passou de 1,9% em 2002 para 2,1% em 2010. Estes números, se não mostram grande variação, representam para o autor a ausência de mudanças na estrutura de propriedade das grandes empresas.

4.2.4 O controle do acesso às fontes de recursos não-renováveis

Recursos naturais como o petróleo representam uma grande fonte de poder para os países periféricos. Há que se ter mente que a forma como a tecnologia foi concebida na civilização industrial não se preocupou com a possibilidade da oferta desses bens não ser elástica indefinidamente, como colocado por Furtado (1978). Como disse uma vez Artur Bernardes, ex-governador de Minas Gerais e ex-presidente, “minério só dá uma safra”. Logo, mais do que ter estoques, controlar globalmente sua oferta aumenta consideravelmente a eficácia desse recurso.

A provável crescente oferta de combustível fóssil que o Pré-sal proporcionará não pode servir para aumentar o desperdício desse recurso, que é limitado. Parte da acumulação gerada tem de ser empregada para reorientar o tipo de tecnologia que se usa para perfis mais econômicos.

As associações entre países exportadores de certos bens não-renováveis é a via que Furtado (1978) indica para que se consiga manter elevados seus preços no mercado internacional, proporcionando aos países, geralmente periféricos, maior acesso a recursos financeiros.

4.2.5 O controle do acesso à mão de obra barata

A ampla oferta de mão de obra barata deve ser usada como barganha pelos países periféricos nas relações com o capital externo. Mais uma vez é preciso que haja cooperação para que o controle desse recurso funcione. Furtado (1978) sinaliza para a introdução de impostos sobre a exportação de manufaturados de modo a reter parte dos ganhos que as multinacionais auferem ao explorar a barata força de trabalho periférica.

Dada a grande oferta de países com baixa remuneração do trabalho, as multinacionais podem escolher onde alocar suas plantas, proporcionando a elas esse recurso de poder. A situação há que se inverter. Devido à sua grande fonte de mão de obra e de consumo, a China conseguiu impor condições para a instalação de empresas

estrangeiras em seu território. É essa seletividade que o Brasil precisa alcançar, escolhendo as inversões estrangeiras que se sejam mais consonantes com suas estratégias.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecnologia ainda é monopólio dos países centrais. Portanto fortalecer-se nos demais recursos é imprescindível. Mais do que apenas aumentar as relações econômicas, o esforço do Brasil para aumentar a cooperação entre os países sul-americanos e entre demais países em desenvolvimento deve refletir a organização de recursos de poder. Controlar a produção do Pré-sal, rever as concessões privatistas de recursos naturais que aconteceram no passado e utilizar estrategicamente de seu amplo mercado interno aumentam a possibilidade da criação de massas de recursos financeiros. Se bem utilizadas, podem ampliar a campo de ação do País, como se fortalecer na frente tecnológica.

Nota-se que o Brasil avança em certos setores, principalmente quanto à justiça social na última década. Sabe-se que a busca por tratar a heterogeneidade estrutural é um dos pontos-chave para a superação do subdesenvolvimentismo. Porém, os avanços na estrutura da economia nacional ainda estão muito aquém da enfrentação da ordem internacional. Gonçalves (2012) argumenta que o Governo Lula, ao buscar implantar um tipo de nacional-desenvolvimentismo, acabou por implantá-lo às avessas: desindustrialização, “dessubstituição” de importações, reprimarização, perda de competitividade internacional, maior dependência tecnológica, desnacionalização e concentração do capital, aumento do passivo externo e predominância do capital financeiro sobre o industrial.

Para reordenar as relações internacionais e confrontar a divisão internacional do trabalho há que se organizar uma vontade política na periferia para que a discussão sobre os meios de se buscar o desenvolvimento avance. “Contudo, não se deve perder de vista que a luta conta a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e que não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo” (FURTADO, 1978, p. 113).

5 EM BUSCA DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTISMO PARA O SÉCULO XXI

Analisadas a teoria furtadiana da criatividade e dependência cultural e as atuais estratégias de desenvolvimento para o Brasil, não poderia-se deixar de refletir sobre como uma estratégia baseada nas hipóteses de Furtado poderia ser elaborada. Longe de querer esgotar tal possibilidade, acredita-se que uma atual leitura do autor pode contribuir para a discussão do papel do governo na busca da superação do subdesenvolvimento. Não atentar para as especificidades da situação periférica arroladas por Furtado pode significar cair na armadilha do mito do desenvolvimento. Os sinais começam a ser sentidos nas dificuldades impostas pela especialização produtiva e pelo desequilíbrio nas contas externas.

Passadas décadas da formalização cepalina da crítica ao modelo ricardiano de vantagens comparativas ainda não conseguimos fazer frente a especialização primária e aos problemas que dela decorrem. Continuamos dependendo da alta de preços de *commodities* para equilibrar o Balanço de Pagamentos.

No contexto contemporâneo do mercado internacional globalizado é complicado concorrer até mesmo pelo mercado interno. Lidar com a eficiência dos países industrializados que têm vantagens de produtividade e com os país que podem competir via preços dadas suas vantagens de mão de obra elástica, treinada e barata, requer promover mudanças estruturais no nosso setor produtivo ou superproteger nossas indústrias internas. Esta última garante certo alívio no Balanço de Pagamentos, mas apenas momentaneamente.

O motivo é que a demanda interna tem uma característica que Celso Furtado (1978) destacou há certo tempo, mas pouca atenção se tem dado a sua tese: sofremos de dependência cultural. Esse fenômeno está na base de uma série de problemas ligados à tendência à estagnação defendida por Furtado. Isso se reflete de forma clara no tipo de consumo de nossa população, que é imitativo do padrão de consumo das elites dos países abastados.

Como não perceber que os elevados padrões de consumo em que se instalara a chamada classe média tinham como contrapartida a esterilização de parte substancial da poupança e estavam em direta contradição com os ambiciosos planos de investimento do setor público? As tensões

estruturais que daí resultaram estão na origem da proclividade ao endividamento externo e das pressões inflacionárias incontrolláveis, essas duas tenazes que hoje [1984] imobilizam o governo e asfixiam o sistema produtivo (FURTADO, 2012, p. 32-3).

A dinâmica produtiva dos países centrais é moldada para desenvolver sempre novos produtos que estarão entre os mais demandados pelos consumidores do mundo inteiro, fenômeno exacerbado pelo tipo de tecnologia dominante atualmente (informação e comunicação) que, por sua característica, acentua a globalização. Logo, não basta apenas proteger nossa indústria, pois nossa demanda estará com os olhos voltados para o que há de mais moderno no exterior, num ímpeto incessante de satisfazer necessidades conspícuas que preenchem o bem-estar psicológico daqueles que podem, cada classe em sua medida (VEBLEN, 1953).

O reflexo na balança comercial é claro e extremamente deficitário. Mesmo que passemos a produzir tais bens aqui, com fatores nacionais, substituindo importações, precisaremos de certos insumos ou bens de capital que garantam eficácia na produção, mas que são feitos no exterior. A dependência cultural torna-se então dependência tecnológica. Ao nos espelharmos no exterior dando as costas para nossa própria cultura ficamos incapacitados de “pensar” novos bens (FURTADO, 1978), para ficarmos apenas no plano produtivo.

A industrialização tardia característica dos países latino-americanos desencadeou a intensificação do processo de dependência cultural que nos faz ter uma criatividade técnica imitativa, uma vez que não consegue acompanhar o passo das inovações produtivas no mercado global. Tentar nos inserir no atual paradigma tecnológico parece ser uma corrida perdida. De acordo com evolucionistas neo-schumpeterianos, o capitalismo passa por ciclos em que um tipo de tecnologia se torna o principal de sua época e o motor da inovação. Para Pérez (2008, 2010) o atual paradigma, baseado nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), já dá sinais de certo esgotamento, ao mesmo tempo que um novo paradigma parece se apresentar.

Estaria aí a chance dos países atrasados: se inserir de forma ativa no novo paradigma tecnológico do capitalismo contemporâneo, este baseado principalmente na biotecnologia. Segundo a autora, os países latino-americanos teriam vantagens que lhes proporcionariam boa inserção na nova dinâmica produtiva que vai estabelecer quais os

produtos mais lucrativos no comércio mundial. O Brasil poderia então passar a exportar certa qualidade de bens que não mais causasse restrição externa, mas sim uma renda que promovesse ganhos tanto para a indústria como para os trabalhadores, desencadeando um tipo de desenvolvimento econômico mais próximo do que almeja-se.

Esse tipo de desenvolvimento pretende ser muito mais voltado a tratar de certas incongruências específicas do subdesenvolvimento latino-americano do que se restringir a associar avanço a elevação de variáveis macroeconômicas. O “desenvolvimento endógeno” aí encontra sua importância. Furtado e os autores que vieram após e também pensaram tal plano atentam para a função da criatividade. É este o elemento que promove o enfrentamento da dependência cultural e o questionamento da racionalidade da civilização industrial. Essa combinação, espera-se, permitiria um novo tipo de inserção no comércio global.

A primeira seção deste capítulo tenta apreender, muito com base em Rodríguez (2009), pontos para a sugestão de uma estratégia desenvolvimentista baseada na teoria furtadiana colocada nas seções anteriores. A segunda seção analisa as contribuições de autores que propõe formas de lidar com o que descrevemos no capítulo segundo como dependência cultural-material ou tecnológica. São estudados aqui autores como Carlota Pérez – sua teoria das revoluções tecnológicas e das possibilidades de *catching up* para os países latino-americanos – e Albuquerque – e os sistemas nacionais de inovação e inclusão social. A terceira seção traz contribuições neo-estruturalistas para um novo tipo de inserção internacional. A quarta seção faz sugestões às estratégias desenvolvimentistas a partir de elementos constituintes de uma estratégia de desenvolvimento para o século XXI. A quinta parte faz considerações finais ao capítulo.

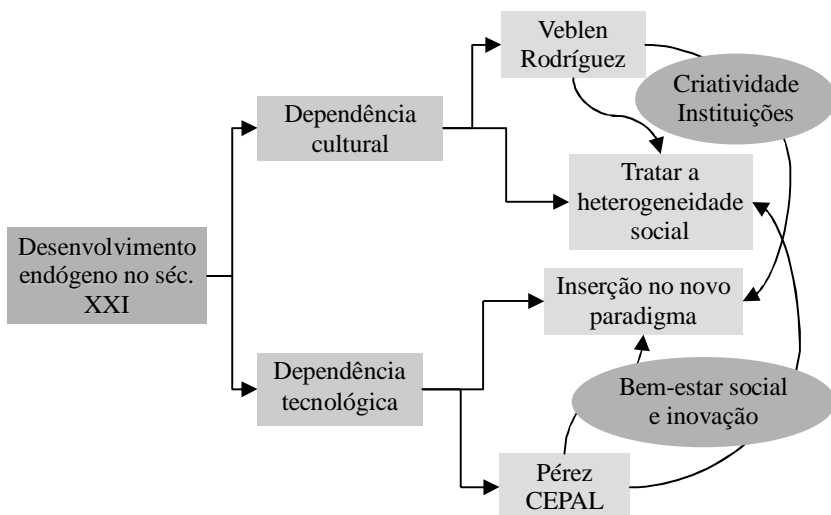
5.1 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Para Rodríguez (2009), a análise de Furtado engloba os âmbitos econômico e sociopolítico em um mais amplo, o cultural. Esse enfoque o levou a perceber dois estigmas das sociedades periféricas: a heterogeneidade social – reflexo de uma dinâmica social incapaz de impulsionar a melhoria de suas condições de vida – e a dependência cultural – que dá conta do papel desarticulador que teve para as culturas periféricas sua forma específica de incorporar-se à civilização industrial, inibidora da emergência das capacidades criativas que o

desenvolvimento requer. A proposta do “desenvolvimento endógeno” que Rodríguez extrai dos escritos furtadianos consiste na necessidade de reversão desses dois estigmas, levando a sociedade a ordenar suas prioridades.

A sugestão furtadiana de desenvolvimento para o século XXI aqui apresentada está totalmente inserida nessa ideia, mas salienta também a combinação dela com a importância do enfrentamento da dependência tecnológica. A estrutura do desenvolvimento endógeno para o século XXI está apresentada na Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Esquema do desenvolvimento endógeno furtadiano para o século XXI



Fonte: elaboração própria (2015).

O “desenvolvimento endógeno” consiste então na consolidação da identidade cultural, em reverter a dependência cultural que nos caracteriza. É “nesta consolidação [que] se encontra a chave para impulsionar a criatividade que enriqueça os vários sistemas culturais específicos” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 437). Importante então o papel que tem nesta consolidação os grupos sociais que ficaram excluídos da influência dos padrões de consumo imitativo, pois eles puderam manter parte de suas profundas raízes culturais. Ademais, o “desenvolvimento endógeno” requer uma intencionalidade, um impulso político em prol de

transformações nos planos econômico e sociopolítico. É o conjunto da sociedade, seus diferentes estratos sociais, que através da tomada de consciência política, redefinirá os fins últimos do desenvolvimento.

Herrlein Jr. (2014), ao investigar sobre a possibilidade de um novo modelo de Estado desenvolvimentista (ED) para a América Latina – um modelo que seja distinto do que se deu no século XX, principalmente no Leste Asiático, sem o viés autoritário que o ED lá tomou – aponta como modelo básico o “desenvolvimento endógeno” proposto por Furtado. Ele defende a possibilidade histórica atual para um Estado desenvolvimentista democrático (EDD), que tenha uma função desenvolvimentista e que confronte as contradições do desenvolvimento capitalista.

Como colocado em Furtado (1978), as forças que impulsionam o desenvolvimento das sociedades capitalistas estão estruturadas em dois eixos: os agentes que acumulam – as empresas; e as organizações sociais que buscam difundir socialmente os frutos da produtividade. Cabe ao Estado administrá-las. No processo de globalização há a emergência de um sistema global. De um lado o conjunto das empresas transnacionais representa um sistema de forças, e a coalização dos Estados nacionais dependentes, onde as organizações sociais ainda estão em um estágio menos avançado, representa o outro. Os países desenvolvidos tendem a concentrar os ganhos de produtividade gerados pela expansão de seu capital uma vez que suas organizações sociais são mais fortes. Para o autor a periferia somente poderá frear esse processo se as forças combativas que fazem frente a apropriação do excedente pelas empresas transnacionais se desenvolverem e consolidarem.

Para a reversão da heterogeneidade social faz-se necessário uma transformação sociopolítica que impeça a canalização dos excedentes em imitação de padrões de consumo. Assim se assegura um nível alto de poupança, o que deve vir junto da formulação de objetivos de médio e longo prazos para obtenção da homogeneização social.

A apropriação local dos excedentes gerados não significa uma política comercial com menor intercâmbio externo de bens e serviços. Rodríguez (2009) explicita que para Furtado a tecnologia moderna, acessada em boa parte via comércio internacional, tem papel imprescindível no desenvolvimento. O dilema central que se coloca para o “desenvolvimento endógeno” é como ter acesso responsável às tecnologias modernas sem que se adotem valores que comprometam a identidade cultural.

Destaca Rodríguez (2009) que a modernização do consumo na periferia, resultado de cópia de padrões do centro, reflete mais do que o simples comprometimento da poupança e do nível e ritmo de acumulação. Esse mimetismo reflete uma valorização de ideias e valores do estrangeiro, da ideia das grandes conquistas do progresso, e associa-se isso a considerações de destaque e de prestígio social. Muitas dessas ideias e valores que a imitação do consumo traz são incorporados, através das elites, nas ordens econômica, sociopolítica e jurídico-institucional do país. Desse modo, ocorre uma distorção na busca pela transformação social almejada, tendo seu alcance limitado.

Sobre o modo como agem os indivíduos (e, em especial para nossa discussão, os consumidores), Veblen (1953, p. 38) informa que, em qualquer comunidade em que os bens são tidos como propriedade privada, um indivíduo, para manter um bem-estar emocional, precisa possuir a mesma quantidade de bens que os demais indivíduos de sua classe possuam. Melhor ainda se possuir mais que eles. Logo, o quanto mais conseguir acumular, melhor suas possibilidades para elevar sua satisfação ao se diferenciar de ainda maior número de indivíduos. Por outro lado, uma pessoa que esteja em grau de riqueza pecuniária inferior ao de seus semelhantes, irá sofrer crônica insatisfação enquanto não alcançar tal nível.

In modern civilized communities the lines of demarcation between social classes have grown vague and transient, and wherever this happens the norm of respectability imposed by the upper class extends its coercive influence with but slight hindrance down through the social structure to the lowest strata. The result is that the members of each stratum accept as their ideal of decency the scheme of life in vogue in the next higher stratum, and bend their energies to live up to that ideal (Ibid., p. 70).

A emulação garante a vontade inerente dos indivíduos a buscar poder de compra para obter tranquilidade de espírito e de mente. O que permitirá obter uma boa reputação será tal capacidade pecuniária, e o modo de mostrá-la será através do lazer, do ócio e do consumo conspícuo de bens (Ibid., p. 70). “*Among the motives which lead men to accumulate wealth, the primacy, both in scope and in intensity, therefore, continues to belong to this motive of pecuniary emulation*” (Ibid., p. 40).

Investigando sobre a origem do fenômeno do consumo conspícuo de bens, Veblen (1953, p. 63) afirma que nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico, esse tipo de consumo que excede ao de mínima subsistência pertenceu normalmente à classe ociosa. Com o surgimento de um sistema industrial e de trabalho assalariado essa restrição tendeu a desaparecer. O consumo de bens de luxo é, das várias tradições disseminadas pela classe ociosa, uma das mais influentes na vida econômica que se seguiu, tomando o papel de uma norma convencional que não viria a ser contestada. Não importa a classe social a que se pertença, mesma na mais pobre, o consumo conspícuo só é renunciado em caso de necessidade extrema. Sendo o consumo de bens diferenciados uma prova de riqueza, este fenômeno se torna honorífico. Falhar em consumir em quantidade e qualidade logo se torna uma condição de inferioridade e demérito (Ibid., p. 64).

It [consumo conspícuo] has served as the norm to which consumption has tended to conform, and any appreciable departure from it is to be regarded as an aberrant form, sure to be eliminated sooner or later in the further course of development (Ibid., p. 63).

Para Veblen (Ibid., p. 42), para um indivíduo assegurar sua estima perante seus semelhantes não é suficiente que tenha riqueza e poder. É necessário também que os coloque em evidência. Para ele (Ibid., p. 37) a posse de riqueza e bens se torna a base para a obtenção de reputação e estima na sociedade industrial. A propriedade é utilizada para representar o sucesso e se torna o meio mais direto para distinguir um sujeito realizado dos demais. Daí a busca e a ilusão das classes sociais menos abastadas pela riqueza, um esforço que garante a continuidade da coesão social. Vilaça e Conceição (2014) defendem que a teoria vebleniana (em especial, do que se trata sobre efeito demonstração na diferenciação de classes) pode ser usada para identificar características nas estruturas produtivas das economias dependentes.

Acontece que a forma como os países periféricos internalizaram a capacidade de produção – substituição de importações dadas restrições externas à importação de bens de consumo (em especial bens a serem consumidos pelas elites, que têm como característica gastar o excedente na emulação de padrões de consumo do exterior, numa dinâmica que pode ser derivada da teoria da classe ociosa de Veblen) –, leva a uma

constante busca – característica da dependência tecnológica – por técnicas que nada têm a ver com a realidade em que estão inseridas.

Seguindo esta linha, Arend (2008) destaca a aproximação entre Furtado e Raymundo Faoro quanto às causas do atraso econômico brasileiro e os relaciona com a abordagem evolucionista de neoschumpeterianos e institucionalistas. Ambos os autores dão peso à ação das classes dominantes da sociedade que, ao emularem o padrão de consumo das sociedades estrangeiras, acabam por colocar o país numa “trajetória dependente de modernização”, trajetória esta que gera subdesenvolvimento.

A modernização [...] acarreta um processo de ruptura com a cultura local, que impede com que aflore o capitalismo industrial e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico autônomo (AREND, 2008, p. 667-8).

Assim, as técnicas estrangeiras aqui implantadas pelo projeto modernizador das elites causam poupança de mão de obra, aumentam as fileiras do exército industrial de reserva e servem para manter a heterogeneidade social em níveis elevados. Além disso, junto das técnicas os países acabam por importar também valores estranhos a suas culturas, que passam a se espalhar nas várias instâncias da sociedade civil. Vemos então que a dependência cultural se mostra tanto na imitação do padrão de consumo, em constante modernização, do exterior – o que acaba retroalimentando a dependência tecnológica, uma vez que esses produtos e sua técnica produtiva são elaborados nos países centrais – como na imitação das ideologias estrangeiras. Esses novos valores não permitem que ocorra na periferia a reflexão e a contestação dos fins que almejam nossa sociedade e dos meios implantados para buscá-los.

Fazer a mediação entre aqueles que se beneficiam da ideia de progresso e o grande extrato da população carente de liberdades essenciais não é questão simples e requer uma conduta política hábil e com bases firmes na população. Para Herrlein Jr. (2014, p. 12) o ED tem papel principal para coordenar as demandas que surgem na dinâmica desenvolvimentista. Nos casos do Japão, Coréia do Sul e Taiwan, os EDs que lá atuaram dirigiram o mercado e tiveram certas características comuns: I) o desenvolvimento econômico foi prioridade e se baseou em termos de crescimento econômico e de produtividade (e não de bem-estar); II) houve compromisso com a propriedade privada e o mercado;

III) o Estado interveio no mercado utilizando-se de formulações criadas por uma elite burocrática econômica e um organismo piloto; IV) foram utilizadas numerosas instituições para coordenação com o setor privado; V) a governabilidade se estabeleceu de modo que os burocratas *governavam*, mas os políticos *reinavam*, subjugando os primeiros às necessidades dos grupos sociais que mantinham a estabilidade do sistema; VI) tiveram um perfil autoritário e corporativista, em oposição à democracia e ao pluralismo político (HERRLEIN JR., 2014).

Apesar da pressão sobre as camadas populares, tais governos lograram legitimidade à medida que houve distribuição dos benefícios do crescimento econômico e da industrialização sustentados: a industrialização que por lá ocorreu foi intensiva em trabalho e com pleno-emprego, além de distribuir renda de modo relativamente igualitário. Os EDs se utilizaram de autoritarismo para controlar o mercado interno, selecionando importações e contendo o consumo em favor da acumulação de capital. Tais reformas permitiram a esses países a superação do subdesenvolvimento.

Segundo Herrlein Jr. (2014) o que difere as experiências bem-sucedidas do Leste Asiático dos resultados inferiores dos países latino-americanos foram a “natureza das coalizões sociais de sustentação do Estado” e o “correspondente padrão de relações Estado-sociedade” (Ibid., p. 16). Isto é, a falta que a reforma agrária fez aqui se refletiu na importância dos latifundiários, sua economia exportadora e em sua vinculação com a futura industrialização substitutiva de importações:

A partir de uma economia nacional exportadora, a possibilidade de realizar *importações fáceis* vem atender às necessidades da produção e de sua modernização. Mas, especialmente, serve ao consumo dos estratos mais ricos, em sociedades nacionais marcadamente estratificadas – devido à colonização escravista e/ou dominadora e destruidora de povos autóctones –, configurando padrões de consumo elitistas e inadequados ao grau de desenvolvimento econômico nacional (Ibid., p. 16, realce no original).

É claro que o que defende Herrlein Jr. (2014) é um tipo diferente de ED, já que o antigo, em seus períodos iniciais, baseou o aumento de competitividade internacional em “baixos salários, jornadas semanais de trabalho muito extensas (de 50 horas a 60 horas), ausência de legislação social ou de salário mínimo” (Ibid., p. 14). Para o autor, a busca pelo

“desenvolvimento endógeno” passar por, através da democracia, identificar e atender as necessidades básicas da população:

A meta do desenvolvimento endógeno resgata o sentido original das propostas de superação do subdesenvolvimento: a mobilização de recursos ocultos, ou seja, de forças produtivas latentes na cultura nacional e no seio da massa popular, a qual passa a se mover como povo que luta para seu próprio desenvolvimento, como sociedade civil engajada na mudança que melhora a vida de todos (HERRLEIN JR., 2014, p. 61).

Essa busca, sob relações capitalistas, também propõe acumulação de capital, mas não significa distanciar-se da promoção das capacidades humanas. Logo, o EDD deve

estar comprometido com a formulação e a legitimação de uma estratégia de desenvolvimento produtivo e do projeto nacional. Deve promover a acumulação de capital, buscando a maior agregação de valor no país, e fomentar a formação de empresas nacionais competitivas em nível internacional, além de promover o progresso científico e tecnológico vinculado à produção nacional e sob controle nacional (Ibid., p. 36).

Há que se estabelecer, portanto, a forma como se dará o desenvolvimento e os fins a serem buscados, construindo um consenso democrático entre o controle da propriedade privada e o poder de consumo dos trabalhadores. Retirada de um discurso que Furtado (2012, p. 33) proferiu em 1984, a citação a seguir se mostra propícia para a data atual dada a instabilidade política:

A superação desse impasse, somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzi-la. Ora, essa vontade coletiva terá de surgir de um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. É aqui que se insere a questão inicial: que somos? Uma reflexão sobre nossa própria identidade terá que ser o ponto de partida do processo de reconstrução que teremos pela

frente, se desejamos que o desenvolvimento futuro se alimente da criatividade do nosso povo e contribua para a satisfação dos anseios mais legítimos deste. Devemos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior. A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir espaço à realização das potencialidades de nossa cultura.

Segundo Rodríguez (2009), a perspectiva de Furtado sobre a cultura é geral e abstrata pois ele percebe a cultura como um sistema no qual a mudança e o enriquecimento são inerentes, e cujas partes guardam significado somente como um todo, não podendo ser separadas. Esse sistema é suscetível de mudanças e readaptações, que se explicam através de inovações que alteram a coerência entre essas partes. Se as alterações conduzem a redefinições da coerência do sistema, pode-se alcançar um estágio diferente do ponto de partida, o que abre um leque de alternativas e possibilidades.

A penetração de elementos estrangeiros é impeditiva das “conexões sistêmicas” necessárias para a expansão de uma identidade cultural própria que permita a busca pelo desenvolvimento. Mas se a assimilação de técnicas estrangeiras que permitem melhorar a nossa eficácia produtiva também representa um vetor da aceitação desmedida de valores exteriores e prejudiciais à nossa cultura, como se daria a preservação desta última?, pergunta Furtado (2012). O próprio autor oferece dicas de como pensar o problema. Para ele, dada a complexidade do fenômeno, não existe solução única ou ótima. “Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar [...]” (FURTADO, 2012, p. 41). Promover o acesso maior a bens culturais é importante, mas pode interferir de modo demasiado com as formas de criatividade da população.

Após um país conseguir internalizar o processo de industrialização, Furtado indica que o mimetismo das elites nacionais perante o padrão de consumo dos centros causa dois grupos principais de problemas, o do uso não-produtivo do excedente gerado internamente e a incorporação de valores estrangeiros – que nada tem a ver com nossa cultura – na sociedade. Se, por um lado, há pressões no Balanço de

Pagamentos, comprometimento da poupança e do nível de, de outro ocorre uma distorção na busca pela transformação social almejada, o que impede que se criem “conexões sistêmicas” necessárias para a expansão de uma identidade cultural própria que permita um consenso na busca pelo desenvolvimento. O papel da criatividade aí se revela, pois é ela que deverá orientar as alterações e inovações que permitem tais conexões.

Esclarece-nos Rodríguez (2009) que a essas alterações e inovações estão relacionados dois tipos de criatividade, um que diz respeito à técnica, à melhoria da capacidade produtiva que permite gerar excedentes econômicos e, assim, novas opções à sociedade (âmbito da cultura material), e outro que refere-se à utilização destes avanços para o enriquecimento do universo de ideias e valores de uma sociedade, permitindo, por exemplo, impulsos criativos artísticos, de reflexão filosófica e de investigação científica (âmbito da cultura não-material). “[P]ara dar curso ao desenvolvimento, a capacidade criativa do homem deverá orientar-se para a geração de inovações” (Ibid., p. 416). Assim, a chave fundamental e mais ampla do desenvolvimento é o enriquecimento da cultura não-material. E especificamente, a chave crucial está no âmbito sociopolítico, já que é através da ativação política e da consciência crítica que se obtém, com vontade coletiva, inovações nesse âmbito e na instância jurídico-institucional que o regula. Isso permitiria reduzir as tensões geradas pela acumulação material e alcançar a continuidade do desenvolvimento.

Percebemos que a questão da dependência cultural pode ser tratada em duas questões, uma mais relacionada à tecnologia e outra relacionada aos valores de uma sociedade, mesmo que não se possa separá-las integralmente.

Nesse sentido e já adiantando o que está por vir, Albuquerque (2007) e Pérez (2010), autores neoschumpeterianos, conseguem focar na preocupação com o *catching up* necessário para reverter o quadro de dependência tecnológica sem se esquecerem da heterogeneidade social. Para eles é vital a criação de um sistema produtivo eficiente e tecnologicamente autônomo.

No atual contexto de globalização, de crescente “mundialização” da cultura material e não-material, a proposta de um “desenvolvimento endógeno” sustentado em uma intencionalidade política que ao mesmo tempo se articule em torno de valores culturais permanentes da sociedade configura-se para Rodríguez (2009) como a única resposta possível frente ao desafio de desarticular o eixo da lógica dos meios a

serviço da acumulação em um curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social. Restaria saber se os povos periféricos poderão ou não recorrer à criatividade, pois é essa a base essencial de estratégias de “desenvolvimento endógeno”.

Diante da preocupação de diversos autores, orientados em maior ou menor grau por Furtado, com os problemas característicos das sociedades tecnologicamente e culturalmente dependentes, era de se esperar que essas discussões fossem incorporadas pelas atuais estratégias de desenvolvimento para o Brasil. Infelizmente não parece ser esse o caso. Como mostrado no Capítulo 3, os principais projetos para o país sofrem de uma falta de discussão, sobretudo, sobre o caráter culturalmente dependente de nossa inserção tecnológica no comércio exterior, ainda que possam, uns mais e outros menos, discutir o enfrentamento de mazelas sociais como a miséria e a redução da pobreza.

5.2 CELSO FURTADO E CARLOTA PÉREZ: A APROXIMAÇÃO ENTRE ESTRUTURALISTAS E NEO-SCHUMPETERIANOS CADA VEZ MAIS CLARA

5.2.1 Uma oportunidade singular para a América Latina

Para Carlota Pérez (2008, 2010), apesar da elevação dos preços de *commodities* a partir dos anos 2000 ter impulsionado um ritmo maior de crescimento para a América Latina, as capacidades tecnológicas não cresceram no mesmo ritmo e chegam a estar relativamente mais desiguais que nos anos 1970. Enquanto parece ser consenso que certos países asiáticos têm vantagens em indústrias intensivas em mão de obra e a América Latina tem vantagens em indústrias baseadas em recursos naturais, esta poderia permitir, segundo a autora, especializações diferenciadas: trata-se do desenvolvimento criativo de indústrias de processamento de recursos naturais como forma de superação do atraso, redução da pobreza e desenvolvimento do mercado interno. Seria preciso estar atento à oportunidade que a alta dos preços proporciona, para que não seja desperdiçada com crescimento superficial e incremento de importações para o consumo.

Para ela, existe no cenário atual uma “janela de oportunidade” – um período curto com condições propícias ao desenvolvimento – na qual os países latino-americanos poderiam adquirir capacidades em indústrias ainda baseadas em recursos naturais, mas voltadas para áreas

que têm chance no próximo “paradigma tecnoeconômico e organizativo”. Haveria, assim, uma migração gradual para a produção de bens com maior valor agregado, diferenciada no sentido de atender demandas específicas e estabelecendo potentes redes de inovação com participação de empresas e universidades, tanto nacionais quanto externas. Segundo a autora (2010, p. 124),

[l]a adquisición de capacidades en las industrias basadas en recursos naturales, vinculadas a la biotecnología y a la ciencia de los materiales, tiene la ventaja de preparar el terreno para el posicionamiento adecuado en las tecnologías que hoy se vislumbran como probables protagonistas de la próxima revolución tecnológica: biotecnología, nanotecnología, bioelectrónica y nuevos materiales.

Para se integrar de maneira competitiva nesta nova possibilidade, seria preciso um grande esforço de preparação. Tais áreas não são intensivas em mão de obra, pelo contrário, utilizam trabalhadores com graus médios e altos de escolaridade, o que implica, mesmo que uma contribuição ao crescimento econômico, a formação de um hiato entre ricos e pobres e a manutenção de desemprego e de pobreza. Assim, a proposta de Pérez sugere ações em busca de um desenvolvimento num “modelo dual integrado”, compreendendo duas direções, *desde arriba* ou *top-down* e *desde abajo* ou *bottom-up*.

A direção de cima, já colocada, é ganhar competitividade nos mercados mundiais e alcançar a fronteira tecnológica, utilizando-se da alta dos preços dos produtos naturais para financiar esse esforço tecnológico e a formação de capital humano. A estratégia da metade de baixo se daria em níveis geográficos menores, municípios ou *clusters* produtivos especializados, por exemplo, onde se identificaria e facilitaria o desenvolvimento de atividades geradoras de riqueza dirigidas a um mercado adequado, seja ele local, nacional ou global. Esta face do modelo se faz necessária diante do fato da face tecnológica não ser intensiva em trabalho, pelo contrário. Essas ideias vão ao encontro de trabalhos que priorizam o processo de crescimento econômico com igualdade e distribuição de renda (BIELSCHOWISKY, 2012; CEPAL, 2010, 2012; ERBER, 2011; FAJNZYLBER, 2000; SINGER, 2010).

Essa estratégia dual não se daria somente via mercado nem tampouco totalmente via Estado. Seria preciso uma coordenação estatal – firme em suas instâncias institucionais – das ações consonantes dos vários agentes. O aprendizado que levaria à dinamização da economia apresenta três passos, formando um sistema nacional de inovação forte quando bem interligado, a saber: o setor público, com uma estrutura governamental competente e bem articulada; o setor educacional, que precisa estar sempre atualizado; e o setor empresarial, que precisa aumentar gradualmente sua capacidade de inovação. Não havendo modelo pronto, o sugerido pela autora seria uma soma das estratégias de desenvolvimento exitosas.

Nos escritos de Pérez (2008, 2010) fica evidente sua expectativa positiva quando a autora afirma que os países latino-americanos, por possuírem recursos naturais abundantes, teriam vantagens em iniciar um processo de busca de uma dinâmica desenvolvimentista baseada em inovações geradas a partir dessas áreas, como biotecnologia e combustíveis renováveis. Porém, não parece ser este fator – a presença de recursos naturais – uma vantagem em si para tal modelo de busca pela fronteira tecnológica. É possível testemunhar que os países avançados já se mostram preocupados com essa busca há mais tempo e parecem, assim, já adiantados no processo, como mostrado na Tabela 4 do capítulo anterior. Outros países competidores que teriam vantagens parecidas com o Brasil em seguir a mesma estratégia, como cita Pérez (2010), são a África do Sul, a Rússia e o Cazaquistão. Pelos dados podemos perceber que eles também apenas começaram nessa rota, o que corrobora com a autora. O fato dos países centrais não possuírem os recursos naturais não os impediu de buscar melhor uso para eles. Se a dinâmica inovante nessas áreas mais uma vez for alcançada não pelos países periféricos, mas pelas economias avançadas, essa janela se fechará e nós teremos perdido mais uma oportunidade de *catching up*. Por isso a ênfase na preocupação com o papel do governo em investir em inovação.

Albuquerque (2007, 2009), por sua vez, afirma que o Brasil se encontra em uma posição estagnada no cenário internacional, ou seja, não avança no *catching up* tecnológico e social (como fez a Coreia do Sul). Parece então haver um “efeito rainha vermelha” para o caso brasileiro, pois os esforços técnico-científicos tem sido suficientes apenas para manter o país na posição relativa atrasada diante dos países avançados. Ele defende que a política econômica do país deva se articular para combinar dois tipos de sistemas, o de inovação – que

impulsione o progresso técnico e a inserção ativa na ordem internacional – e o de bem-estar social – que mitigue a concentração de renda e garanta inclusão social – para escapar daquilo que Furtado chamou de “polarização modernização-marginalização” causada pelo tipo de industrialização característico dos países periféricos. Nesses países, salienta, a elite socioeconômica, originalmente ligada a atividades primário-exportadoras, constitui um padrão de consumo imitativo e importador do padrão das elites dos países avançados.

Analisa o autor que, na periferia, com o desenrolar do processo de substituição de importações e a internalização da produção desses bens de consumo, houve a necessidade de subsidiar, ao menos temporariamente, a importação de bens de capital, o que bloqueou o desenvolvimento local dessa indústria gerando efeitos persistentes no desenvolvimento tecnológico endógeno, constituindo uma trajetória específica de crescimento econômico. Porém os ganhos de produtividade obtidos com essa tecnologia produtiva poupam mão de obra e criam desemprego estrutural. Numa fase seguinte a economia conseguiria, segundo Albuquerque (2007, 2009), internalizar também a produção de bens de capital, entretanto a dinâmica capitalista pressupõe constantes revoluções tecnológicas (que acontecem nos países centrais), o que acaba introduzindo sempre novos produtos e bens de consumo que serão demandados, mais uma vez, pelo consumo imitativo das elites periféricas e das classes que buscam uma parte desse status. A repetição do processo se dá então continuamente, com importação de produtos, substituição de importações e importação de bens de capital. O resultado final é o processo de modernização (roupas de luxo, carros e *gadgets* importados etc) e marginalização (desemprego estrutural, os sem-casa, os digitalmente excluídos etc) que é permanentemente renovado pelas revoluções tecnológicas iniciadas no centro.

Renova-se assim o dualismo estrutural, primeiro entre agricultura e indústria, depois entre setores tradicionais e modernos, e agora entre os âmbitos formal e informal dos setores modernos, como indústria e serviços. O que parece marcar o ritmo do avanço na produtividade das economias periféricas industrializadas é a diversificação do padrão de consumo das elites, o que não leva a repercussões positivas nas condições de vida da maioria da população. Isso limita o tamanho do mercado interno e afeta negativamente as possibilidades de progresso técnico, quebrando o impulso para o desenvolvimento. Albuquerque, na busca por contribuições para um projeto de *catching up*, se utiliza dos ensinamentos de Celso Furtado para analisar os motivos do nosso

fracasso histórico. No sentido mais propositivo ele busca lições de processos históricos bem-sucedidos específicos, como Alemanha e EUA no século XIX e Japão, Coreia do Sul e Taiwan. De modo amplo, apreende-se que

as inovações institucionais são um pré-requisito e sua dinâmica é essencial. A capacidade para implementar tais inovações e a flexibilidade para mudá-las ao longo do processo são decisivas. Capacidade de coordenação para a criação e a mudança institucional são as variáveis-chave do processo e componentes decisivos de políticas públicas ajustadas à dinâmica do capitalismo do século XXI (ALBUQUERQUE, 2009, p. 69).

A estratégia proposta por Albuquerque envolve a tripla combinação de sistema de inovação, sistema de bem-estar social e democracia – que garanta a inclusão social, a diversidade e a pluralidade nos dois sistemas mencionados. Fundamenta-se então um diálogo entre o estruturalismo (em especial a “inadequação tecnológica” de Furtado) e o evolucionismo (o conceito de sistemas nacionais de inovação). Há um arranjo institucional profundamente enraizado, útil para as elites, que deve ser desobstruído. Dada a polarização modernização-marginalização, se faz necessário não somente a expansão quantitativa de instituições existentes, mas alcançar melhores níveis de distribuição de renda, o que garante a geração de novas demandas e aumento do mercado interno. Para escapar dessa polaridade é necessário um padrão de desenvolvimento tecnológico que se guie, através de instituições democráticas, pela interação multifacetada entre o sistema de inovação e sistema de bem-estar social, defende o autor.

5.3 UMA NOVA INSERÇÃO É POSSÍVEL?

Desde as primeiras contribuições a Cepal foi marcada pela crítica à especialização exportadora de matérias-primas e isso não se alterou com o passar dos anos. Na década de 1990 o discurso se concentrou na ineficiência desse tipo de especialização, na vulnerabilidade na movimentação de capitais e nas dificuldades para uma transformação produtiva social eficaz. A sugestão de ação estatal era a de executar políticas para fortalecer a transformação produtiva com equidade (BIELSCHOWSKY, 2000). Nesta seção é mostrado que as propostas

(neo)estruturalistas vão ao encontro do que entendemos por um desenvolvimento furtadiano.

Segundo Paiva (2006) ocorreu nos anos 1990 um resgate do velho ideal cepalino, que agora propunha políticas de reconstrução nacional, visando o longo prazo e que incluíam um conjunto de políticas ativas direcionadas ao fortalecimento da estrutura produtiva e da inserção competitiva internacional (chave para a superação de grande parte dos problemas econômicos da América Latina, baseada na formação de uma base tecnológica e industrial), bem como políticas redistributivas de renda e de emprego, capazes de engendrar uma sociedade mais justa e menos excludente. Para alcançar o objetivo da “transformação produtiva com equidade”, informa a autora, seria necessário a ruptura com as tendências históricas de concentração e exclusão, a consolidação de um desenvolvimento político e economicamente independente que levasse em conta potencialidades internas da região e as necessidades fundamentais da sociedade.

Principal inspiração para os novos escritos cepalinos foi o economista chileno Fernando Fajnzylber que em 1983 escreve o trabalho que lhe dá maior notoriedade até então, *La industrialización trunca de América Latina*, no qual ele realiza profundo estudo do processo de industrialização latino-americano. Informa Paiva (2006) que o ponto chave da crítica era que no padrão de industrialização latino-americano não se via conhecimento tecnológico e progresso técnico, o que produzia extrema subordinação tecnológica. Isso tudo como resultado da debilidade do aprendizado tecnológico e da baixa criatividade. Para se avançar na “eficiência” do setor industrial, não apenas a eficiência no aspecto microeconômico importava, mas também no aspecto institucional, de modo que se alcancem dois objetivos fundamentais, o crescimento e a criatividade. É notória aqui a aproximação com Celso Furtado.

Em 1989 é lançado *Industrialização na América Latina: da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”* (FAJNZYLBER, 2000), que apresenta a base conceitual da “transformação com equidade” e traça um estudo comparativo e empírico dos padrões de crescimento de economias latino-americanas e de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento que vincula densidade tecnológica com dinamismo produtivo, destacando a competitividade no comércio internacional, obtida com incorporação de progresso técnico e uma agenda de transformações de caráter sistêmico. Verificou-se empiricamente que era possível crescer com equidade. Estava lançada assim a base de uma

nova agenda de discussões sobre a estratégia estatal na CEPAL, reflexão denominada “neo-estruturalismo”. Fajnzylber (2000) defendia ser necessário combinar a transformação produtiva com os objetivos de estabilização e ajuste, com vistas à integração à economia mundial e crescimento seguindo as tendências do comércio internacional (como foi feito na experiência asiática bem-sucedida). Para além das medidas macroeconômicas que viabilizassem tanto a industrialização quanto a competitividade autêntica, era necessário um conjunto de ações de caráter sistêmico que permitisse geração e absorção de progresso técnico e incremento de competitividade.

Assim, o que diferenciou a experiência latino-americana das bem-sucedidas foi a nossa incapacidade de agregar valor intelectual aos recursos humanos e naturais disponíveis. Não se conseguiu na América Latina “abrir a caixa-preta do progresso técnico”, resultando em um desenvolvimento imitativo, que não refletia sobre as carências e potencialidades internas de nossa sociedade (PAIVA, 2006).

Seguindo a linha deixada por Fajnzylber, a Cepal (2010, 2012) nos dias de hoje indica que a preocupação não mudou. Na conjuntura do pós-crise, que diminuiu o bom ritmo de crescimento das economias latino-americanas, o desafio de fortalecer as conquistas sociais e a agenda de inclusão mais uma vez se coloca. A defesa do documento cepalino de 2010 é em torno da centralidade do tema da igualdade no desenvolvimento.

A primeira dimensão da igualdade remete à questão dos direitos e ao papel do Poder Judiciário para garanti-los. A segunda remete à justiça social e a uma estrutura socioeconômica e política que a promova. A igualdade nessa estrutura prevê a inserção no sistema produtivo por meio do trabalho. Assim, é fundamental que a economia e o sistema produtivo tenham distribuição territorial e capacidade de gerar empregos de qualidade. Os eixos da igualdade na dimensão da justiça social requerem acesso aos recursos produtivos, ao financiamento e aos mercados, além do desenvolvimento de capacidades e a disponibilidade de infraestrutura e tecnologia. Ponto importantíssimo nessa questão, é que a agenda da igualdade deve incluir, como complemento, a agenda da diferença, no sentido de avanço rumo à maior igualdade entre desiguais, observando diversidades e fazendo uso, quando necessário, de recurso institucional de discriminações positivas em favor das categorias desfavorecidas.

O documento de 2012 aponta para a necessidade de definir uma mudança estrutural desejável. Os neo-estruturalistas defendem que seria

preciso realocar recursos em setores ou atividades voltados ao conhecimento e inovação tecnológica, incorrendo em diversificação para setores e atividades que tenham rápido crescimento de demanda (interna ou externa) de forma que essa demanda seja atendida por oferta interna, mas proporcionando exportações e importações de modo equilibrado, sem pressões no Balança de Pagamentos.

Assim, para Cepal (2012) o desenvolvimento está associado a uma estrutura produtiva com dois tipos de eficiência mais dinâmicas para o crescimento da produtividade, da produção e do emprego no tempo: a eficiência schumpeteriana, que prevê setores mais intensivos em conhecimento, com maior difusão de capacidades no conjunto da economia e que lideram o processo de inovação; a eficiência keynesiana prega o dinamismo da demanda dos bens produzidos internamente, tanto para o mercado interno quanto o externo. Se um país não produz bens que tem demanda em rápido crescimento, suas firmas não terão estímulos para elevar a inversão e a produção. Adotando o mesmo discurso de Pérez, o documento defende que a força motriz da mudança estrutural é a inovação em processos e produtos com base em novas tecnologias e geração de conhecimento e que será a evolução da fronteira tecnológica que determinará quais as estruturas produtivas mais eficientes que predominarão. Como o paradigma atual parece em mutação, se relacionando cada vez mais com as áreas de nanotecnologia e biotecnologia, o novo paradigma a surgir, talvez dessa combinação destacada, permitirá transformações nas estruturas econômicas, institucionais e sociais em todo o globo.

No processo em voga, os países que lideraram as tecnologias de informação e comunicação conseguiram grandes avanços nas melhorias de seus índices econômicos e sociais, ou seja, desenvolveram-se. O discurso aqui também é pelo aproveitamento da curta janela de oportunidade que se apresenta. De um ponto de vista mais institucional, as adaptações sistêmicas buscadas se darão com maior fluidez quanto maior for o peso da democracia, da idoneidade e transparência das instituições políticas, da disposição dos agentes nos espaços deliberativos, nos canais de participação e mecanismos de representação política e de tomada de decisões (CEPAL, 2012).

5.4 AMPLIANDO OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO DESENVOLVIMENTISMO PARA O SÉCULO XXI

Nesta seção procurou-se mostrar que as duas estratégias que, em capítulo anterior, foram de consideradas desenvolvimentistas têm prós e contras e, que para o benefício do objetivo maior do desenvolvimento nacional, alguns de seus pontos deveriam ser mesclados e revistos, obtendo-se uma evolução na abordagem. Em primeiro lugar, reconhece-se que o Brasil deve se valer do potencial de seu dinamismo do mercado interno, proporcionado pelos ganhos decorrentes de uma melhor distribuição de renda, como apregoa o social-desenvolvimentismo, mas não unicamente. A estratégia de aproveitar a demanda externa inserindo-se competitivamente no mercado global é vital, como defende o novo-desenvolvimentismo. Todavia, isso não pode significar preterir ganhos reais dos trabalhadores para incentivar o capital.

O problema estrutural relevante da economia brasileira contemporânea está diretamente atrelado a sua relativa estagnação da produtividade. Segundo Cavalcante e De Negri (2014), os fatores que concorreram para o ciclo de crescimento econômico e inclusão social a partir dos anos 2000 envolviam as políticas sociais de redistribuição de renda e de valorização do salário-mínimo, a expansão do crédito, a incorporação de um grande contingente de população ao mercado de trabalho e de consumo e um cenário externo de crescimento acelerado que impulsionou a valorização de *commodities* exportadas pelo Brasil. O ciclo esteve, portanto, fortemente associado ao crescimento da taxa de ocupação e de participação e não parece ter sido acompanhado, na mesma proporção, pelo crescimento dos indicadores de produtividade. Todavia, num futuro próximo, a preservação de maiores taxas de crescimento do PIB per capita somente pode ser alcançada se houver um crescimento representativo da produtividade do trabalho ao longo dos próximos anos, uma vez que não se espera uma elevação das taxas de participação e ocupação. Essa debilidade do capitalismo brasileiro vem restringindo sua capacidade de aproveitar impulsos de demanda interna e externa, já que se trata de um problema estrutural, e não conjuntural (CAVALCANTE; DE NEGRI, 2014).

Talvez diante das dificuldades impostas pelo perfil não-inovativo das empresas nacionais Bielschowsky, com o objetivo de tornar sua estratégia o mais viável e o mais próximo da realidade possível, inserida numa “mera possibilidade histórica”, relegue a um segundo plano a importância das inovações para o desenvolvimento. Seja como for, se a ideia de formular uma estratégia é justamente externar possibilidades a serem aproveitadas para transformar uma realidade, entende-se que a inovação deva ser protagonista nas políticas implementadas, tanto

visando o mercado interno, como a melhor inserção no comércio internacional. Não sendo o esforço científico e tecnológico ainda maduro no país e logo não podendo se estabelecer como motor do desenvolvimento no curto prazo, o autor espera que essa situação se altere no futuro e que o país descubra nichos de progresso técnico para concentrar-se. Concorda-se em parte com essa visão, mas parece urgir o esforço em certos nichos já neste momento, enquanto a janela de oportunidade para inserção no possível novo paradigma ainda está aberta (PÉREZ, 2010). Entretanto isso faz da inovação o tópico principal de uma estratégia bem-sucedida para o século XXI.

Algumas ressalvas importantes que Bielschowsky considera valem destaque. Ele escreve que está “propositadamente ausente, na formulação, a ideia frequente de que exportações de bens industriais possam ser um motor de investimento em si mesmos” (2012, p. 730) uma vez que foi constatado que as empresas que aqui produzem estão essencialmente preocupadas com o mercado interno e que o mercado externo representa apenas um complemento. Diante deste fato, segundo o autor, as empresas deveriam ganhar corpo se utilizando de nossa demanda interna para somente então buscar terreno no exterior (*growth-led export*). Isso então seria um passo no futuro, após ampla utilização da demanda nacional. Apesar de essa ser, no caso dessa estratégia⁴⁸, uma preocupação apenas para o longo prazo, já provoca inquietação o modo como se daria a inserção internacional das empresas nacionais. Buscar ganhar escala e produtividade nos parece pouco para fazer diante da concorrência forte no mercado externo, ou ainda para frear os efeitos da dependência tecnológica e da restrição externa ao crescimento.

Para produzir os bens mais rentáveis que são demandados pelo mercado globalizado é preciso estar no estado da arte da tecnologia, o que se mostra complicado quando as empresas se voltam para a demanda brasileira que, por sua vez apresenta certas características de um país culturalmente e tecnologicamente dependente, a la Celso Furtado. Se a demanda interna é culturalmente dependente, ela é imitativa dos padrões de consumo da demanda global. Se os brasileiros estão preocupados em demandar o que há de mais moderno no mercado,

⁴⁸ “[A] inovação não é aqui considerada como uma frente de expansão em si mesma, já que a atividade de P&D no país ainda não está suficientemente inserida nas estratégias de expansão das empresas. Se isso vier a ocorrer, como se dá nos países mais desenvolvidos, a inovação poderá tornar-se um quarto motor do desenvolvimento a longo prazo” (2012, p. 731).

as empresas que aqui atuam e para eles produzem, precisam se reinventar todo o tempo, adaptando seu parque produtivo, comprando novidades em bens de capital e insumos para tentar seguir o rastro das empresas inovadoras – logo, são tecnologicamente dependentes. O resultado é problemático já a curto prazo, basta observar os défices recorrentes em transações correntes do país. Talvez por “limita[r]-se à dimensão econômica” Bielschowsky (2012) não considere tal abordagem e tal entrave. Nesse sentido, a questão da restrição externa ao crescimento deveria estar presente na agenda.

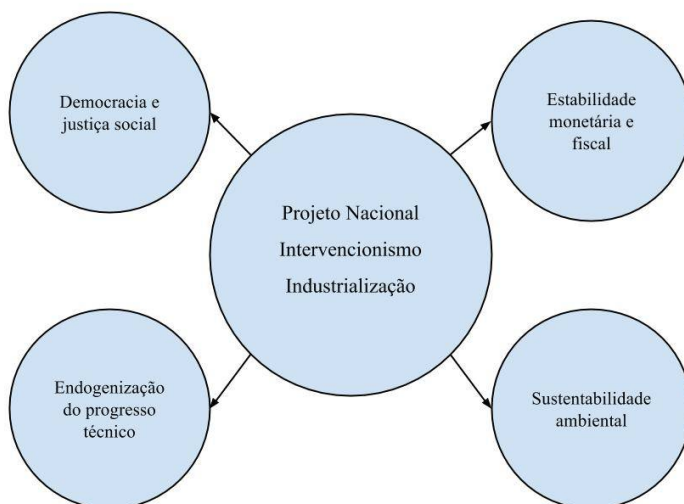
Quanto ao novo-desenvolvimentismo, segundo Mollo e Fonseca (2013), seus defensores enfatizam diferenças entre este e o desenvolvimentismo do século XX que “não são evidentes por si mesmas, e devem ser questionadas” para que não se criem distorções. Como já colocado, o novo-desenvolvimentismo compartilha do mesmo núcleo duro do “antigo”, mas para Mollo e Fonseca seus autores “mostram certa incompreensão na maneira de conceber o desenvolvimentismo antigo”. Primeiramente argumentariam pela necessidade de uma nova estratégia já que a antiga está associada a “irresponsabilidade fiscal ou despreocupação inflacionária”, o que a ortodoxia viria a criticar como populismo econômico⁴⁹. O *novo* então teria de ser pensado como uma terceira via, o que Mollo e Fonseca dizem fazer com que essa estratégia “pare[ça] concordar com a crítica”. Os autores usam então do contra-exemplo dos governos de Vargas para mostrar que essas críticas e tal associação entre desenvolvimentismo e irresponsabilidade não procedem.

⁴⁹ A preocupação de Oreiro com a possível saída da inflação de sua meta nos mostra sua visão sobre o tipo de política a ser adotada para reduzi-la, sem, é claro, usar da valorização cambial: “O problema é que o espaço existente hoje para uma nova rodada de apreciação da taxa de câmbio é zero. A estagnação da produção industrial e da exportação de manufaturados desde 2010, em conjunto com o crescimento do déficit em conta corrente que se aproxima do patamar de 4% do PIB, mostram, de forma inequívoca, que a taxa de câmbio se encontra sobre-valorizada. Isso significa que nos próximos anos um ajuste no sentido de uma taxa de câmbio mais desvalorizada será inevitável. Dessa forma, o canal da taxa de câmbio não estará disponível para fazer uma 'desinflação sem dor'. Não restará alternativa que não o 'purgatório' do aumento do desemprego”. Disponível em <|coreiro.wordpress.com/2014/05/13/e-viavel-uma-meta-de-inflacao-de-3-para-2019-portal-vamos-ao-debate-13052014/>. Acessado em 13 de maio de 2014.

Além disso, alertam para o fato de que a ênfase da estratégia novo-desenvolvimentista se faz na taxa de câmbio, pois o tipo de industrialização sugerida e que faz a economia crescer é aquela voltada para as exportações (*export-led*) e que contrasta com o modelo de crescimento via mercado interno com substituição de importações (*wage-led*). A prioridade então parece se dar mais no crescimento econômico do que na elevação dos salários e do PIB per capita. Mollo e Fonseca sugerem que se a prioridade não fosse exportar, a variável-chave não seria o câmbio, mas a taxa de juros que, se diminuída, poderia, ao evitar entrada de capitais especulativos, impedir apreciação do câmbio ajudando não somente as exportações como também o fortalecimento do mercado interno, avançando em questões redistributivas, de emprego e de salário. Centrar o crescimento na política cambial, e não na política industrial, revela continuidade no atual paradigma tecnológico e estrutura produtiva, perpetuando o problema estrutural da estagnação da produtividade brasileira. A não preocupação com a mudança estrutural fica clara na defesa da centralidade da taxa de câmbio para o novo-desenvolvimentismo, pois a adoção de uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial possibilitaria que “empresas que utilizam tecnologia no estado da arte mundial sejam competitivas”.

Nesse sentido, como forma de síntese, são apresentados na Figura 2 os principais elementos que deveriam estar presentes em uma estratégia de desenvolvimento para a superação do atraso no século XXI.

Figura 2 – Elementos basilares da estratégia de desenvolvimento para o século XXI



Fonte: elaboração própria (2015).

Em primeiro lugar, não se deve perder de vista em pontos mais diretos e propositivos a questão cultural no debate desenvolvimentista. Não é objetivo deste trabalho ditar o que deve ou não ser especificamente incorporado em uma estratégia desenvolvimentista. Portanto, entende-se que deva haver um debate contínuo sobre o que significa pensar o desenvolvimento com base em nossa cultura. Como salientado por Furtado (2012, p. 34),

a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento. É porque a abordagem da problemática do desenvolvimento não se tem beneficiado de prévia reflexão sobre nossa cultura que nos contentamos com montagens conceituais sem raízes em nossa história, nos diagnósticos da situação presente e em nossos ensaios prospectivos.

Considera-se ainda relevante a manutenção do *core* do conceito desenvolvido por Fonseca (2014). Isso porque acredita-se aqui na importância do papel do Estado e da indústria para a instituição de uma estratégia de *catching up* (projeto nacional). Vários estudos contemporâneos corroboram para a importância do papel do Estado e da indústria na trajetória de desenvolvimento das nações (CHANG, 1999; 2004; CHANG; EVANS, 2000; RODRIK, 2006). Ao se analisar trajetórias de desenvolvimento capitalista de sucesso percebe-se que tais sempre contaram com a presença do Estado como ator estratégico, o qual cumpriu com variável intensidade diversas funções estruturantes e reguladoras da atividade econômica (CHANG, 2004; GERSCHENKRON, 1973). Com isso, sociedades atrasadas que lograram superar sua defasagem tecnológica e alcançar elevados níveis de produtividade e renda per capita fizeram do Estado seu principal instrumento estratégico.

Nesta quadra, destaca-se a importância do ambiente histórico e social na análise de trajetórias capitalistas (ZYSMAN, 1994). Dada a heterogeneidade institucional de cada nação, e de acordo com determinado período histórico das relações econômicas internacionais, percebe-se a ocorrência de diversos processos ou “tipos” de desenvolvimento econômico. Portanto, o que a história econômica ensina é que justamente existe diversidade de estratégias de desenvolvimento, e não um modelo único. O emparelhamento (*catching up*) por parte de países retardatários com as nações capitalistas já desenvolvidas é um processo sujeito a variantes históricas, que se prendem à estrutura social pretérita à industrialização e às condições das relações econômicas internacionais na etapa histórica do capitalismo mundial (OLIVEIRA, 2003), além das possibilidades concretas de ingresso a novos paradigmas tecnológicos.

Faz-se mister, portanto, interromper o processo de desindustrialização precoce brasileiro, bem como incitar a mudança da estrutura produtiva nacional. Conforme identificou Arend (2014), a indústria brasileira desde a década de 1990 apresenta elevada inércia em sua estrutura produtiva e no seu comércio exterior. Em grande medida, também pode-se afirmar que a composição estrutural da indústria brasileira contemporânea deriva da última política industrial de grande magnitude implementada no país: o II PND. Esta política industrial concretizou-se na década de 1980 e, desde esse período, o Brasil revela extrema dificuldade de diversificar sua estrutura industrial em direção à incorporação dos novos setores emblemáticos da revolução tecnológica

que irrompeu exatamente neste período (microeletrônica). Tais setores industriais foram decisivos para o processo de rejuvenescimento industrial e conseqüentemente pelo salto de produtividade das economias que tiveram capacidade adaptativa para ingressar nesse novo paradigma tecnoproductivo (AREND; FONSECA, 2012).

Segundo Arend (2014), a economia brasileira apresenta ínfima inserção de sua indústria nas novas tecnologias ancoradas na microeletrônica, capazes de acarretar elevação da produtividade nacional de forma sustentada. É o grupo industrial que apresenta a menor participação percentual na estrutura produtiva, o menor grau de adensamento produtivo e a menor corrente de comércio. Os motores do investimento e do crescimento nacional, há décadas, são os grupos industriais relacionados a *commodities* agroindustriais e à indústria representativa do antigo padrão fordista de produção, esta última também limitada pela baixa potencialidade futura de desencadear inovações tecnológicas capazes de proporcionar elevação sustentada da produtividade.

Logicamente, não existe uma “receita pronta” para o rompimento da inércia produtiva brasileira. O que deve ficar claro é que estratégias de desenvolvimento carecem de inovações institucionais, o que não exclui a imitação de arranjos construídos por outros países em vias de superação do atraso. Entretanto, o desenvolvimento econômico se configura e deriva de estratégias domésticas, e não do mercado mundial (RODRIK, 2002).

Uma estratégia endógena também deve conceber a impossibilidade física de uma civilização global industrial com um alto nível de consumo. Se o desenvolvimento econômico pode significar um mito, um objetivo inalcançável dependendo do prisma que se adota, é necessário entender que os fins a serem buscados não estão necessariamente ligados a imitar o padrão de vida dos países que hoje chamamos desenvolvidos. A sustentabilidade ambiental apregoada aqui está muito mais relacionada a transformações na demanda do que a possibilidades miraculosas da tecnologia para a redução da “pegada ecológica” da humanidade⁵⁰.

Por fim, a questão crucial é que uma estratégia de desenvolvimento no século XXI deve incorporar outros elementos que

⁵⁰ Conceito desenvolvido na década de 1990 por Wackernagel e Rees que representa a área produtiva necessária para prover a humanidade com os recursos renováveis que requisita e ainda absorver o impacto.

não necessariamente estavam presentes no século XX. Se o desenvolvimentismo no século XX ancorava-se, em maior ou menor grau, na concentração de renda e no autoritarismo (1964-1985), e/ou na aceleração inflacionária e no endividamento público (Plano de Metas do governo JK, II PND), o desenvolvimentismo contemporâneo não pode (ou não deveria) valer-se desses artifícios, o que o torna mais problemático de instituir-se. Estabilidade monetária e democracia com justiça social são valores já enraizados na sociedade brasileira. Tanto o social-desenvolvimento quanto o novo-desenvolvimentismo são enfáticos ao defender esses dois aspectos. Todavia, o avanço prático em ambos os projetos nacionais deveria se concentrar na incorporação de elementos que garantissem a busca por endogeneizar o progresso técnico, na esteira de um novo paradigma tecnoeconômico sustentável (PÉREZ, 2010).

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que verificamos na abordagem furtadiana é que ela ultrapassa a preocupação com a problemática do subdesenvolvimento e da relação desigual entre os países (dependência). Ela vai às origens das características essenciais de uma sociedade voltada para a acumulação – a civilização industrial – de modo a atestar sobre os perigos do uso que se faz da racionalidade instrumental que levam o homem e sua história para o caminho da ruína. Furtado permite-se ainda lançar luz sobre as possibilidades de contornar esse quadro se for possível reorientar a criatividade – a capacidade criadora, a escolha do que fazer com o excedente – para objetivos que realmente interessam para a sociedade, para fins que não se balizam pela acumulação em si. Por isso não poderia ser diferente sua crítica à consciência política dos trabalhadores que se distingue apenas pela percepção de classes e pela busca pelo aumento do salário real. Lutas como essa carecem de uma visão global, pois se encontram subordinadas à lógica da civilização industrial.

Para Furtado há a necessidade de se buscar novas formas de sociedade que garantam ao ser humano liberdade e criatividade. Destaca Paula (2013) que são estes dois tópicos os pontos iniciais para um projeto de desenvolvimento para a transformação social que dê conta da dominação capitalista no âmbito da acumulação e de outros temas mais amplos, como a atividade artística, novas formas de atividades políticas, novas relações de gênero, nova ecologia. O que esse o autor defende aqui é que Celso Furtado, apesar de abertamente não se dizer marxista,

não subestimou a centralidade da dominação capitalista sobre processo de acumulação. O que ele fez foi ampliar a agenda da luta social para incorporar questões alheias tanto ao capitalismo quanto a qualquer regime autoritário (PAULA, 2013, p. 43).

Ele destaca que Furtado explicita a incompatibilidade entre o capitalismo e a vida plenamente humanizada: é coerente a visão da importância das massas populares no processo de transformação estrutural, de acordo com seu “programa da revolução social brasileira”, o qual não é compatível com a dominação burguesa por estar estabelecido em bases de solidariedade, compartilhamento, distribuição primária da renda, liberdade e igualdade, em que as classes populares são os agentes protagonistas.

Uma coisa parece certa: a busca desenfreada pelo excedente e a sujeição de todas as esferas da vida social a ela não deve ser o objetivo último do desenvolvimento econômico. “A acumulação, que possibilita a elevação do nível técnico, constitui via de regra uma condição necessária para reduzir a dependência, mas está longe de ser condição suficiente” (FURTADO, 1978, p. 101). Mas como alcançar o desenvolvimento se o que permitiu à maioria países centrais alcançar tal estágio foi justamente a inserção ativa e dominante no globo? Se o melhor nível de distribuição de riqueza e de qualidade de vida em suas sociedades é reflexo dessa acumulação, da posição dominante de forças que exercem sobre os demais países e da luta interna pelo controle do excedente, a busca pela superação da dependência então não passaria por desafiar o atual quadro de apropriação do excedente gerado no globo – o que, de maneira prática, significaria exatamente focar nas esferas que permitem a acumulação (sem, é claro, se esquecer de fazer valer os conflitos internos que permitem homogeneizar os frutos dessa acumulação) –?

Ora, o próprio Furtado começa a desembasar as ideologias por trás dessa lógica ao apresentar as ideias de *ideologia* e *desenvolvimento* enquanto bases para a legitimação da busca racional pela acumulação. A ideia de desenvolvimento acima refletida difere-se bastante do que ele entende como um desenvolvimento verdadeiro – que nada tem a ver com a *performance* entre países – que reflete a solução dos problemas internos específicos e de crescimento cultural próprio. Configuram

quedas na armadilha da dependência as tentativas de países periféricos de tentar reproduzir os valores materiais da civilização industrial.

Vale aqui lembrar o peso que tem as reflexões críticas de Furtado (1974) à publicação de *The Limits to Growth* (1972):

A conclusão geral que surge dessas considerações é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cênicos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. [...] O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento* (FURTADO, 1974, p. 75, grifos no original).

Parece se fazer afigurar a ideia de que o país conquiste, num primeiro momento, autonomia político-econômica, combata os estímulos

periféricos da heterogeneidade social e que dê condições para a livre manifestação da criatividade. Será isso, num momento posterior, que permitirá confrontar a lógica transmutada dos meios, enfraquecendo os sistemas de dominação externos – como o fenômeno da dependência e o avanço do poder das organizações multinacionais – e internos – os interesses das elites. Seria a partir dessa dinâmica que as sociedades voltariam sua atenção para os problemas intrínsecos de uma civilização baseada na lógica dos meios, na racionalidade instrumental, na qual o homem perde a liberdade de escolhas e transforma-se em simples ingrediente do sistema produtivo.

Como se pôde notar, há uma confluência entre diversos autores e instituições quanto à necessidade de se preocupar tanto com o crescimento e os ganhos de produtividade quanto com os ganhos sociais e a promoção de oportunidades mais bem distribuídas pela população. O tipo de avanço proposto converge em torno dos objetivos de amadurecimento tecnológico da capacidade produtiva e da equidade social. A conjuntura atual da economia parece mostrar um interregno no qual o Brasil pode escolher se fechar e tirar vantagem da possível queda dos preços e difusão da tecnologia dos produtos inseridos do paradigma tecnológico em vias de ser substituído ou buscar uma inserção internacional competitiva em busca de maior balanço em suas trocas comerciais, se valendo de seu potencial para usufruir do possível novo paradigma da biotecnologia. Mais uma vez está em jogo aqui o direito à criatividade, à possibilidade de promoção de nossas próprias características que podem ser utilizadas para diminuir a influência externa naquilo que importamos e exportamos e que nos provocam restrição externa ou ganhos no comércio. É o direito, a longo prazo, da liberdade de ser um país qualitativamente melhor inserido internacionalmente para promover condições melhores a seus habitantes, de forma mais igual e justa.

6 CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como motivação inicial contribuir para a discussão das concepções furtadianas sobre criatividade e dependência cultural. Apesar de Celso Furtado ser sempre discutido nos cursos de Economia do País, pouca atenção se volta para os temas presentes, principalmente, em *Criatividade e dependência* (1978). Com isso em mente, procurou-se propor um trabalho em que diminuísimos o nível de abstração das ideias de Furtado para propor intervenções práticas na busca da superação do subdesenvolvimento.

A teoria da dependência cultural foi a maneira que Furtado encontrou para refletir sobre os desequilíbrios causados pelo processo de industrialização atrasado da América Latina. Cepalino, este autor percebeu que tornar o continente industrializado não significaria estar mais próximo do desenvolvimento. Sua argumentação parte de uma análise histórica da inserção periférica dos atuais países atrasados na divisão internacional do trabalho e mostra que a industrialização que por aqui ocorreu não teve o viés criativo que teve nos países desenvolvidos.

Furtado mostra uma dualidade entre o lado da oferta e a demanda. De um lado a manifestação de uma dependência tecnológica que faz o País adotar tecnologias externas em nossa matriz produtiva; de outro, a sociedade periférica é caracterizada por má distribuição da renda e por sua associação com padrões de consumo de fora do país, influência de uma dependência cultural.

É diante dos problemas derivados desses dois tipos de dependência que se buscou contribuir para a discussão de um tipo de desenvolvimentismo furtadiano para o século XXI. O “desenvolvimento endógeno” aqui proposto está baseado em duas frentes: combater a dependência tecnologia e a dependência cultural. É preciso reverter a face mais recorrente da dependência, que é a heterogeneidade social, ao mesmo tempo em que se procure inserir de maneira mais qualitativa no comércio global.

A dependência cultural se manifesta através de um fenômeno que acomete primeiramente a elite econômica da sociedade e se espalha por toda ela. Há uma solene tentativa de emulação dos padrões de consumo das elites dos países desenvolvidos, ou seja, do que há de mais moderno no mercado mundial. Junto do processo de modernização na periferia e da já destacada implantação de métodos produtivos do exterior, ocorre uma assimilação de valores estranhos à nossa cultura.

Para fazer frente à dependência, principalmente em sua face cultural, é necessário que uma sociedade tenha liberdade para utilizar sua criatividade e para decidir, em última instância, os destinos para o uso do excedente que produz. Entretanto separar o plano cultural do tecnológico não é eficiente. O direito à criatividade, em um mundo no qual os Estados não conseguem fazer frente ao poder econômico dos empreendimentos globais, passa por internalizar capacidades técnicas que propiciam tomar as rédeas da própria economia. Isso só será possível com a manifestação da lógica, dos valores internos da sociedade, da consciência crítica, da ativação política e da descoberta de seus *finis*. Assim, sua criatividade não ficará à mercê dos valores de outras sociedades, de seus modos de vida. O governo pode, contudo, buscar enfrentar a homogeneização da cultural, preservar e difundir o legado cultural para a população, e estimular a produção de bens e serviços culturais, mas preocupando-se em não interferir na criatividade.

Para inverter a inserção periférica na ordem mundial um país precisa estar atento a cinco recursos de poder listados por Furtado (1978): o controle das finanças (ter acesso a recursos financeiros, como ao controlar o preço de certos recursos naturais), o controle dos mercados (não ceder a exploração da demanda interna a firmas internacionais sem requerer contrapartidas interessantes, com a cessão de tecnologia), o controle do acesso aos recursos não-renováveis (controlar a oferta e perceber a possibilidade de sua escassez), o acesso à mão de obra barata (reter parte do excedente originado pela exploração da força de trabalho pelas empresas multinacionais) e, principalmente, o controle da tecnologia. Esta tem a propriedade de se substituir aos demais recursos de poder. Controlá-la significa controlar a acumulação e melhor captar o excedente.

A dependência tecnológica é o resultado do tipo de inserção internacional das sociedades periféricas. Quando o País optou por transformações produtivas modernizantes, reforçou-se a concentração de renda nas elites. A profusão da indústria moderna encontra vantagens no tipo de consumo das elites, o qual não estava disponível para o resto da sociedade. Foi essa qualidade de demanda que trouxe para a matriz produtiva o setor de bens supérfluos, que se beneficia de economias de escala e melhor contribui para a elevação do PIB, mas é poupadora de mão de obra e alheia à maioria da população. Como esse tipo de consumo está em constante mutação, desenvolvida nos centros de pesquisa das matrizes das multinacionais, existe sempre a necessidade

de se readequar o parque produtivo. Porém as inovações técnicas são monopólio de quem as patenteia.

Considera-se serem relevantes as propostas de autores que sinalizam para a necessidade de uma inserção dinâmica no comércio global sem desconsiderar a necessidade de se fazer frente à heterogeneidade social. É o caso de Pérez (2010) que propõe um modelo dual no qual os países latino-americanos devem utilizar-se de vantagens em indústrias baseadas em recursos naturais, aproveitar a janela de oportunidade na qual o novo paradigma da biotecnologia parece se afirmar e nele se inserir competitivamente. Por outro lado, dado o viés poupador de trabalho da especialização, atividades em níveis geográficos menores, geradoras de riqueza, deveriam ser incentivadas.

Uma maneira prática de sugerir mais atenção às ideias de Furtado foi analisar as ditas atuais estratégias de desenvolvimento e sugerir reflexões sobre alguns pontos. Primeiro, havia que se buscar um teste para saber se tais estratégias realmente têm inspiração desenvolvimentista. Valendo-se do conceito de “desenvolvimentismo” elaborado por Fonseca (2014), se averiguou se três das mais estruturadas estratégias brasileiras – o social-desenvolvimentismo, o novo-desenvolvimentismo e o modelo de integração da CdG/FGV – podem ser consideradas desenvolvimentistas ou não. Rapidamente, uma política econômica é considerada desenvolvimentista se concentrar três atributos: projeto nacional, intervenção consciente estatal e crescimento da produção e da produtividade sob orientação da indústria.

Mostra-se que projeto de integração é o único que não pode ser considerado uma estratégia desenvolvimentista, uma vez que o foco não parece estar no setor industrial, mas em propiciar na economia uma conjuntura favorável a atividades lucrativas conectadas ao comércio mundial: exportação de manufaturados, de serviços ou de *commodities*. Não que seus defensores ambicionem o rótulo de desenvolvimentistas, mas isso mostra o viés ortodoxo de seus planos. Apesar de o social e o novo-desenvolvimentismo diferirem em grau de intervencionismo (no primeiro, este é muito maior, sendo o Estado o grande indutor do investimento), a indústria é o ponto chave para o crescimento da economia (o primeiro enfoca a expansão da demanda via mercado interno e o segundo cita a demanda interna, mas também visa principalmente as exportações).

Entende-se que uma estratégia de desenvolvimento para o século XXI deve manter o *core* do conceito. Deve também ter como elementos basilares: democracia e justiça social; estabilidade monetária e fiscal; a

busca por internalizar o progresso técnico; e sustentabilidade ambiental. E antes de tudo, deve priorizar a reflexão sobre nossa cultura no debate sobre o desenvolvimentismo brasileiro. Defende-se que é através da livre manifestação da cultura que se conseguirá discutir e avançar sobre o significado de superar o subdesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. Catching up no século XXI: construção combinada de sistemas de inovação e de bem-estar social. In: SICSÚ, J.; MIRANDA, P. (Org.). **Crescimento econômico: estratégias e instituições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

_____. Celso Furtado, a polaridade modernização-marginalização e uma agenda para a construção dos sistemas de inovação e de bem-estar social. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. (Org.). **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri, SP: Manole, 2007.

AREND, M. **50 Anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. 2009. 251 f. Tese (Doutorado em Economia) – UFRGS, Porto Alegre.

_____. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014.

_____. Atraso via modernização cultural: uma leitura evolucionista das obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado. **Economia**, Brasília, v. 9, n. 3, p. 651-681, set/dez. 2008.

_____. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In: VIEIRA, R. (Org.). **Brasil, China e EUA na Economia Política do Sistema-Mundo Capitalista**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

_____. Revoluções tecnológicas, finanças internacionais e estratégias de desenvolvimento: um approach neo-schumpeteriano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 363-393, nov. 2012.

AREND, M.; FONSECA, P. C. D. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-54, jan/mar. 2012.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Vozes: Petrópolis, 1997.

BACHA, E. L. Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial. In: Fórum Nacional (Sessão especial), 2013. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INAE, 2013. Disponível em: <<http://iepecdg.com.br/uploads/texto/130912BACHAFNAC.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BACHA, E; DE BOLLE, M. **O futuro da indústria no Brasil:** desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Econ. Soc.**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

_____. Introdução. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. RJ: Record, 2000.

BONELLI, R; PESSÔA, S; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, E; DE BOLLE, M. **O futuro da indústria no Brasil:** desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Balança comercial brasileira** – dados consolidados. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior. Brasília: MDIC, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Rede Desenvolvimentista e o Novo Desenvolvimentismo. In: Seminário Desenvolvimento e Crise Global: impactos no Brasil e na América Latina da Rede Desenvolvimentista, Unicamp, 8 maio 2012. **Anais...** Campinas, [s. n.], 2012a. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em 13. out. 2013.

_____. **As três interpretações da dependência**. 2010. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em 13 out. 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D. (org.). **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

_____. **Macroeconomia da estagnação**. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. Os três ciclos da sociedade e do estado. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 13-51, jan/jun. 2012c.

_____. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil?. **REP**, São Paulo, vol. 31, nº 2 (122), p. 305-314, abr/jun. 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **REP**, São Paulo, vol. 30, nº 4 (120), p. 663-686, out/dez. 2010.

BURGUEÑO, Ó.; RODRÍGUEZ, O. Desenvolvimento e cultura: notas sobre o enfoque de Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Org). **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. SP, São Paulo: Brasiliense, 1982 [1991].

CARNEIRO, R. M. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Econ. Soc.**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012.

CARNEIRO, R. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina. **Serie Macroeconomía del desarrollo**, Santiago, nº 117, p. 1-47, 2012.

CAVALCANTE, L. R; DE NEGRI, F. Produtividade no Brasil: uma análise do período recente. **Texto para Discussão IPEA**, nº1955, 2014.

CHANG, H. The economic theory of the developmental state. In: WOO-CUMINGS, M. **The developmental state**. Itaca, New York: Cornell University Press, 1999.

CHANG, H.; EVANS, P. The role of institutions in economic change. In: Meeting of the “Other Canon” group, Oslo, Aug. 2000. **Proceedings...** Oslo, 2000.

CHANG, H. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Econ. Soc.**, Campinas, v. 5, p. 1-30, dez. 1995.

CEPAL. **A hora da igualdade**: brechas por fechar, caminhos por abrir. Trigésimo terceiro período de sessões da Cepal. Brasília, 2010.

_____. **Cambio estructural para la igualdad**: una visión integrada del desarrollo. Trigésimo cuarto período de sesiones de la CEPAL. San Salvador, 2012.

CORDEIRO, R. M. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. **REP**, São Paulo, v. 34, n° 2 (135), p. 230-248, abr/jun, 2014.

CUNHA, A. M.; BRITTO, G. When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s. In: 15th Annual Conference of the European Society for the History of Economic Thought, 2011, Istanbul. **Proceedings...** Istanbul: ESHET, 2011.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ERBER, F. As convenções do Desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política. **REP**, São Paulo, vol. 31, n° 1, p. 31-55, mar. 2011.

FAJNZYLBER, F. Industrialização na América Latina: da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”. In: BIELSCHOWSKY, R (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FIORI, J. L. Introdução: de volta a questão da riqueza das nações. IN: FIORI, J. L. (org). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro, RJ: Ed Vozes, 1999.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. IN.: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Ed.). **Presente e futuro do desenvolvimentismo brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. O Brasil na Era Lula: Retorno ao Desenvolvimentismo? **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 23, p. 403-428, maio/ago. 2013.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

_____. **Ensaaios sobre a cultura e o Ministério da Cultura**. D'AGUIAR, R. F. (Org). Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1974.

_____. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

GERSCHENKRON, A. **Atraso económico e industrialización**. Barcelona: Ariel, 1973.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. **REP**. São Paulo, nº. 31, p. 5-30, fev. 2012.

GUIMARÃES, V. et al. Convergências e complementaridades da corrente neo-schumpeteriana com o pensamento estruturalista de Celso Furtado. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. (Org). **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri, SP: Manole, 2007.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HERRLEIN JR., R. A construção de um estado democrático para o desenvolvimento no século XXI. **Texto para Discussão, v. 1935**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

IEDI. **O lugar do Brasil na cadeia global de valor**. Carta IEDI N.º 578. 2013a. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_578.html>. Acesso em: 13 out. 2014.

IEDI. **O descompasso brasileiro entre investimento externo direto e participação nas Cadeias Globais de Valor**. Carta IEDI N.º 597. 2013b. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_597.html>. Acesso em: 13 out. 2014.

MARCONI, N; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro. **Econ. Soc.** Campinas, v. 21, p. 853-888, 2012.

MOLLO, M. L. R. **O debate desenvolvimentista**: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/14.01.Mollo-Debate_desenvolvimentista-REP.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

MOLLO, M. L.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisões Conceituais. **REP**. São Paulo, n° 2 (131), v. 33, p. 222-239, 2013.

MOREIRA, A. G.; AREND, M. Que estratégia de desenvolvimento seguir? O debate desenvolvimentista brasileiro no século XXI. In: XIX Encontro Nacional de Economia Política (SEP), 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.

OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. Ed. Unesp, 2003.

OREIRO, J. L. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**. São Paulo, nº 26, v. 75, p. 29-40, ago. 2012.

OREIRO, J. L.; BASÍLIO, F. A. C.; SOUZA, G. J. G. Acumulação de capital, taxa real de câmbio e catching-up: teoria e evidência para o caso brasileiro. In: Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 31 set. 2013. **Anais...** São Paulo: FGV, 2013. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Jose%20Luiz%20Oreiro%20forum%202013.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

PAIVA, S. C. F. **Estratégias de política industrial e desenvolvimento econômico**: ideias e ideais de Fernando Fajnzylber para a América Latina. 2006. 308 f. Tese (Doutorado em Economia) – Unicamp, Campinas.

PAULA, J. A. Celso Furtado, desenvolvimento e transformação social. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. RJ: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

PÉREZ, C. Dinamismo tecnológico e inclusión social en América Latina: una estrategia de desarrollo productivo basada en los recursos naturales. **Revista de la Cepal**, Santiago, nº 100, p. 123-145, abr. 2010.

PÉREZ, C. A vision for Latin America: a resource-based strategy for technological dynamism and social inclusion. **Working Paper Series**, [s. l.], n. 08-04, p. 1-32, Jul. 2008.

PRADO, L. C. D., TORRACA, J. F., DE LIMA E SILVA, J. C. Um novo olhar sobre um antigo debate: a tese de Prebisch-Singer é, ainda, válida? **Texto para discussão**, 003/2014, IE/UFRJ, 2014. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2014/TD-IE-003-2014.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2014.

- RODRÍGUEZ, O. Desenvolvimento e cultura: a perspectiva de Celso Furtado. In: RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RODRIK, D. Growth Strategies. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. (Eds.). **Handbook of Economic Growth**. Vol. 1A. Amsterdam: Elsevier North-Holland, 2002.
- RODRIK, D. **Industrial development**: stylized facts and policies. Harvard University, August, 2006.
- RODRIK, D. The Real Exchange Rate and Economic Growth. **Brookings Papers on Economic Activity**. Sep, 2008. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/Files/Programs/ES/BPEA/2008_fall_bpea_papers/2008_fall_bpea_rodrik.pdf. Acesso em: 11 out. 2013.
- ROSTOW, W. W. **The stages of growth**: a non-communist manifesto. London: Cambridge University Press, 1960.
- SCHUMPETER, J. A instabilidade do capitalismo. In: **Clássicos de literatura econômica**: textos selecionados de macroeconomia. Brasília: Ipea, 2010.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SEN, A. Development as capability expansion. In: FUKUDA-PARR S., et al. **Readings in Human Development**. New Delhi, New York: Oxford University Press, 2003.
- SINGER, A. Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe. **Revista de Economia da PUC-SP**. São Paulo, ano 2, nº 4, jul/dez. 2010.
- VEBLLEN, T. **The theory of the leisure class**: an economic study of institutions. New York: A Mentor Book, 1953.

VILAÇA, A. P.; CONCEIÇÃO, O. A. Emulação, efeito demonstração e dependência: uma análise das contribuições de Veblen para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento periférico. In: XIX Encontro Nacional de Economia Política (SEP), 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.

ZYSMAN, J. How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and Corporate Change**. Oxford, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.

ANEXO A – Lista das obras de Celso Furtado⁵¹

- Obra autobiográfica* (A fantasia organizada; A fantasia desfeita; Os ares do mundo). Coordenação: Rosa Freire d'Aguiar. Ed. Definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Essencial*. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar. Prefácio: Carlos Brandão. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
- Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa, 50 anos. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar Furtado; Introdução: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- Em busca de novo modelo*: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra. 2002.
- Introdução ao desenvolvimento*: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2000. (Edição revista pelo autor de Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar).
- O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra. 1998. _____. Lisboa: Gradiva. 1999.
- Seca e poder*: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1998.
- Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Organização: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra. 1997. 3 v.
- Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra. 1992.
- Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra. 1991.
- ABC da dívida externa*: o que fazer para tirar o país da crise financeira. São Paulo: Paz e Terra. 1989.
- A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra. 1989.
- Transformação e crise na economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra. 1987.
- A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.
- Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.
- Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.
- A nova dependência, dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982. (Coleção Estudos Brasileiros).

⁵¹ Obtida em <<http://www.centrocelsofurtado.org.br>>.

O Brasil pós-“milagre”. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. (Coleção Estudos Brasileiros).

Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1980.

Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978. _____. São Paulo: Círculo do Livro. 1978. _____. Prefácio: Alfredo Bosi. Ed. Definitiva. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976. (Coleção O Mundo de Hoje). _____. Lisboa: Dinalivro. 1976.

A economia latino-americana. São Paulo: Editora Nacional. 1976. _____. 4.ed. Prefácio: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974. _____. São Paulo: Círculo do Livro. [19--?]. _____. São Paulo: Paz e Terra. 1996. (Edição de Bolso, abreviada pelo autor).

A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1973.

Análise do “modelo” brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1972. (Coleção Perspectivas do Homem).

Formação econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Lia Editora. 1969.

Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Saga. 1968.

Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Nacional. 1967. _____. Lisboa: Dom Quixote. 1971. _____. São Paulo: Abril Cultural. 1983. (Coleção Os Economistas). _____. 10.ed. rev. São Paulo: Paz e Terra. 2000. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.

Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1964. (Perspectivas do Novo Tempo).

A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1962. (Perspectivas do Novo Tempo). _____. Recife: Editora Universitária. UFPE, 2009. (Coleção Nordeste).

Subdesenvolvimento e Estado democrático. Recife: Condepe. 1962.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961. _____. Apresentação: Rosa Freire d'Aguiar Furtado. 5. ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Contraponto, 2009 (Economia política e desenvolvimento).

A Operação Nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 1959.

Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1959. _____. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1965. _____. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1963. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). _____. São Paulo: Publifolha/Folha de São Paulo. 2000. (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro). _____. Prefácio: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1959. _____. Ed. fac-simile. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1959. (Ed. comemorativa BNDES, 2012).

Perspectivas da economia brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 1958. _____. Introdução: Rosa Freire d'Aguiar Furtado; Apresentação: Marcos Formiga. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1956.

A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite. 1954.

L'économie coloniale brésilienne. 1948. Tese (Doutorado em Economia)- Universidade de Paris, Paris, 1948. _____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Hucitec/Abphe. 2001.

Contos da vida expedicionária: de Nápoles a Paris. Rio de Janeiro: Zelio Valverde. 1946.